



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCELO ARANDA STORTTI

**APRENDER A RESISTIR E RESISTIR PARA APRENDER: UM
ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE EMERGEM
DAS LUTAS DE ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
NO RIO DE JANEIRO.**

RIO DE JANEIRO
VERÃO/2019

MARCELO ARANDA STORTTI

Aprender a resistir e resistir para aprender: um estudo sobre a Educação Ambiental que emergem das lutas de atingidos pela indústria do petróleo no Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Celso Sanchez Pereira

RIO DE JANEIRO
VERÃO/2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

TESE DE DOUTORADO

Marcelo Aranda Storti

“Aprender a resistir e resistir para aprender: um estudo sobre a Educação Ambiental que emergem das lutas de atingidos pela indústria do petróleo no Rio de Janeiro”

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Prof. Dr. Celso Sanchez Pereira
(orientador)

Profª. Drª. Cleonice Puggian
(avaliadora externa)

Prof. Dr. Bruno Andrade Pinto Monteiro
(avaliador externo)

Profa. Dra. Guaracira Gouvêa de Sousa
(avaliadora interna)

Prof. Dr. Leonardo Villela de Castro
(avaliador interno)

Profa. Dra. Léa Velocina Vargas Tiriba
(avaliadora interna)

Prof. Dr. Rafael Nogueira da Costa
(avaliador externo)

Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutam por um mundo mais justo, a todos aqueles que fazem da sua vida a constante busca pela construção de uma sociedade libertária.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os sonhos sonhados, compartilhados e poucas são as palavras de agradecimentos que todas as pessoas que sonharam os mesmos sonhos mereciam ser apresentadas nesse texto, porém, devido a grande emoção de meu peito e a ausência de palavras, conto com a compreensão de todos os que sonharam comigo de alguma forma para a elaboração dessa pesquisa.

Primeiramente agradeço ao meu anjo da guarda, os espíritos responsáveis pelos trabalhos em que participo, aos orixás e a todos os espíritos familiares e aos amigos do outro mundo, por estarem sempre me guiando espiritualmente, me protegendo e me dando a sabedoria, paz e a criatividade necessária para concentrar-me na materialização dessas palavras que já tinham sido pensadas, sonhados e escritos por muitos outros.

Aproveito a oportunidade também para agradecer aos meus companheiros de militância, que me mostraram a efetividade e a possibilidade da construção de um outro mundo possível, contribuindo para tornar esse texto claro, conciso e dialogando com a realidade de nossas lutas, aos companheiros do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía da Guanabara (FAPP-BG), a Associação Permanente de Entidades Ambientistas (APEDEMA), Movimentos Baía Viva, a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e a Rede Estadual de Educação Ambiental (REARJ) e ao Grupo de Estudos em Educação Ambiental "Desde El Sur" (GEASUR) e o meu muito obrigado, sem vocês a luta socioambiental seria impensável, mais dolorosa e "esquizofrênica". A todos vocês compartilho a autoria desse trabalho, guardando para mim os equívocos do percurso.

Agradeço aos meus familiares, por sempre terem acreditado, apoiado e estarem ao meu lado em todas as dificuldades que esta experiência humana propiciou ao meu espírito, e que brindaram comigo a todas as conquistas, por tudo isso, agradeço aos meus pais Maria Lucia (em memória e espírito) e Leir, a minha irmã Michelle e sobrinho Theo, aos filhos Pedro, Fellipe, Vinícius, Joanna e aos amigos que eu não conseguiria fazer justiça nomeando a todos sem esquecer nenhum.

E em especial a minha esposa, Simone, por sua paciência quase que angelical e seu amor incondicional. Nunca poderei agradecer por todo cuidado, auxílio e parceria. Obrigado por ser minha melhor amiga, meu grande amor e minha heroína. Essa conquista é nossa, porque você se fez presente com toda a sua força, e disponível para me socorrer em tudo que for necessário.

E esse texto, assim como muitos outros, não seria possível de existir, sem a paciência, a amizade e a orientação do Professor Doutor Celso Sanchez que em todo esse período conturbado da geopolítica mundial e lutas socioambientais, sempre se mostrou compreensivo as minhas dificuldades enquanto aprendiz de cientista, companheiro de luta que me mostra a cada dia o caminho espiritual/material das lutas cotidianas .

E finalmente, agradeço a todos os funcionários da UNIRIO, com um abraço especial para a Sônia, que representará todos, incansavelmente contribuem sem o devido reconhecimento para formação de futuros profissionais em processo de crescimento científico. Meu humilde agradecimento também as mulheres e homens que trabalham de forma terceirizada que são invisibilizados pela força do conhecimento eurocêntrico hegemônico, mais que sempre tem um sorriso no lábio e estão dispostos a nos ajudar nas pequenas coisas da vida como compartilhar um café.

RESUMO

A partir das lutas socioambientais ocorridas na América Latina e no Caribe e os processos de espoliação de territórios, formas de viver, culturas, maneiras de se comunicar e a morte de membros desses grupos sociais, principalmente as suas lideranças, faz necessário estudos que entendam as práticas sociais e os processos educativos que emergem dessas lutas, antes que os mesmos desapareçam para sempre com os seus líderes e participantes. O objetivo geral dessa tese foi analisar as práticas pedagógicas, processos educativos e a educação ambiental que emergem das lutas sociais em torno do FAPP-BG. E os objetivos específicos foram: Descrever os territórios e as práticas sociais pedagógicas e os processos educativos ambientais que emergem das lutas socioambientais do FAPP-BG; Analisar as concepções dos sujeitos históricos militantes do FAPP-BG sobre os saberes construídos através das práticas sociais vivenciadas e analisar as especificidades e particularidades da educação ambiental (EA) que emergem das lutas e dos processos sociais pedagógicos destas.

Com base na técnica de Análise de conteúdo foram selecionados 7 participantes desse Fórum que foram entrevistados de forma semi-estruturada. Além disso, levantamos os documentos e produções audiovisuais dos movimentos sociais anteriormente explicitados com o objetivo de conhecer e analisar os processos educativos emergentes dessas atividades. A pesquisa revelou as seguintes categorias de análises: racismo e oprimido ambiental; sujeito da terrexistência, territorialania e a EA desde el sur. Essa EA outra é territorial, indicando que as territorialidades publicizam a necessidade de um território-mundo, suleando o horizonte, em dialogo com o pensamento crítico latino-americano e da decolonialidade, exaltando a sociogeobiodiversidade dos territórios, a sua pluralidade de maneiras de senti-pensar e de re-existir, propiciando um novo patamar nas lutas socioambientais dos sujeitos da terrexistência que resistem e re-existem mais pela instituição da policultura da mente e do viver dos sujeitos da terrexistência em busca da sua territorialania.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental crítica, educação popular, ecologia política, colonialidade do poder, colonialidade do saber, pedagogia dos afetados.

ABSTRACT

From the socio-environmental struggles that have occurred in Latin America and the Caribbean and the processes of spoliation of territories, ways of living, cultures, ways of communicating and the death of members of these social groups, especially their leaders, requires studies that understand the social practices, and the educational processes that emerge from these struggles before they disappear forever with their leaders and participants. The general objective of this thesis was to analyze the pedagogical practices, educational processes and environmental education that emerge from the social struggles around FAPP-BG. And the specific objectives were: To describe the territories and social pedagogical practices and environmental education processes that emerge from the socio-environmental struggles of the FAPP-BG; To analyze the conceptions of the militant historical subjects of the FAPP-BG on the knowledge built through the social practices lived and to analyze the specificities and particularities of the environmental education (EA) that emerge from the struggles and the pedagogical social processes of these. Based on the technique of Content Analysis, we selected 7 participants of this Forum who were interviewed in a semi-structured way. In addition, we raise the documents and audio-visual productions of the social movements previously explained in order to know and analyze the educational processes emerging from these activities. The research revealed the following categories of analysis: racism and environmental oppression; subject of terrexistence, territoriania and EA from the south. This other EA is territorial, indicating that the territorialities publicize the need for a world-territory, sweeping the horizon, in dialogue with critical Latin American thinking and decoloniality, exalting the socio-biodiversity of the territories, their plurality of ways of feeling- thinking and re-existing, propitiating a new level in the socio-environmental struggles of the subjects of terrexistence who resist and re-exist more by the institution of the polyculture of the mind and the living of the subjects of the terrexistence in search of their territory.

Key-Words: critical environmental education, popular education, political ecology, coloniality of power, coloniality of knowledge, pedagogy of the affected.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa dos Bairros localizados próximo do complexo industrial petroleiro, petroquímico e da termoelétrica (fonte: <http://www.assecampe.com.br/comunidade.html>)

Figura 2 Mapa da distribuição de conflitos ambientais relacionados a mineração (fonte: http://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/)

Figura 3 Mapa da distribuição de conflitos ambientais relacionados ao petróleo e fracking (Fonte: <http://www.opsur.org.ar/blog/mapa-2/>)

Figura 4 Cartaz de divulgação do Seminário sobre a REDUC e Petróleo.

Figura 5: Folder da programação do seminário organizado pelo FAPP-BG

Figura 6: Foto do tóxic tour inserido na programação do seminário (SEMIJAIRE)

Figura 7: Foto do “toxic tour” feito no Espírito Santo durante o seminário

Figura 8: Foto da plenária final do seminário no Espírito Santo.

Figura 9: Foto do ato público dos 13 anos do vazamento de óleo causado pela Petrobras

Figura 10: Foto do Ato contra os crimes da Petroleira Chevron

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

DEDS – Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EA – Educação Ambiental

EAC – Educação Ambiental Crítica

EPEA – Encontro e Pesquisa em Educação Ambiental

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEASUR – Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur

GEMA – Grupo de Educação Para o Meio Ambiente

OCD – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo

Redalyc – Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Desconstruindo-me como militante e me (re)descobrimo pesquisador.....	8
Problematização e Justificativa.....	16
1. Em busca de um sul para sulear novos saberes.	19
1.1 Da territorialização colonial ao projeto educativo contra hegemônico.....	21
1.2 O Pensamento Crítico Latinoamerica e a Decolonialidade	29
1.3 Bases teóricas da Colonialidade	31
1.4 Colonialidade do Saber.....	35
1.5 Colonialidade Pedagógica.....	37
1.6. Pedagogia Decolonial.....	45
1.7 Dialogo entre a Colonialidade pedagógica, Pedagogia Decolonial e a Educação Ambiental.....	49
2. CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAI DA GUANABARA, R.J. (BRASIL): O FAPP-BG E SEUS CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS.....	54
2.1 De zona de sacrificio a zona de resistência.....	54
2.2 A hegemonia do projeto da Colonialidade: injustiças e conflitos socioambientais.....	65
2.2.1 A necroeconomia, os conflitos ambientais e as perdas dos modos de viver e existir das populações.....	67
3. Percursos teórico-metodológicos.....	74
3.1.1 Material textual e audiovisual	77
3.1.2 Entrevista Semi-estruturada	78
3.2 Tratamento das informações coletadas	81
3.2.1 Análise Temática	82
3.2.2 Categorias de Análise	83
4. Aprendendo a resistir e resistir para aprender.....	89

4.1 As Vozes das Lutas Socioambientais Antipetroleiras do Recôncavo da Guanabara e os diálogos e a ecologia de saberes: FAPP-BG.....	94
4.1.1 Histórico.....	96
4.1.2 Práticas sociais e ações coletivas.....	99
4.1.3 Práticas educativas.....	109
4.2 Diálogos analíticos de saberes.....	120
4.2.1 Categorias	124
4.2.1.1 Racismo e Oprimido ambiental.....	125
4.2.1.2 Sujeito da terexistência (territorialidade + resistência + existência e re-existencia.....	126
4.2.1.3 “Territoriana”	146
4.2.1.4 Educação Ambiental Desde El Sur: uma proposta.....	151
4. Considerações finais	157
5. Referências Bibliográficas.....	163
Anexo 1	165
Anexo 2	177
Anexo 3	180

INTRODUÇÃO

“esto es un acto de preparación para los próximos enfrentamientos (ya no existe punto medio niño) este es un acto de co-co-combate la lucha de clases se ha agudizado (comenzó la cruda batalla hace rato) contra los enemigos del pueblo no te hago la finta compa si das pelea y te unes a la ronda, dale cara al opresor lleva bien puestos los palompas y al compás de estas bombas promulguemos el nosotros. Te ofrezco mis manos sinceras y el poder mirarnos los rostros dejando vanidades, banalidades que rondan si no calamidades vendrán y nos pasarán mucha cuenta atento al paso de la historia aquí no hay gloria si lo piensas la memoria es el camino que nos muestra (...) que los errores del pasado fueron dispersión y en jaque dejaron al pueblo entero a la deriva, y pa' que? no se repita la derrota toma nota ,enfoca la meta y dispárale al de arriba a quema ropa te doy la mano brother y lo que espero es que de vuelta a la hora de los qui' hubo tu no le cierres la puerta al cambio nuevo de los buenos hombres que debaten te invito chico al rito subversivo del combate ...”

(Rapper Chilenos - Porta Voz e Funky flu)

Ouvir jovens a cantar sobre as desigualdades sociais e de classe (como descreve a "letra" no rap acima) e olhar a realidade e os conflitos socioambientais que pululam ao meu redor me fazem refletir e querer pesquisar mais profundamente sobre esses temas. E para buscar bases teóricas e metodológicas que me auxiliem nesse empreitado procurei fazer o doutorado para mais conhecimentos e ferramentas me apropriar. Porém, para a minha surpresa esse mergulho nos saberes acadêmicos também estimulou uma viagem interior demandando de mim refletir sobre a minha própria história, pensar nas minhas memórias e fazeres. Neste sentido, nesse começo dessa conversa apresento como fui me constituindo como ser "sentipensante", como afirmar Fals Borda (1990) e nesses últimos anos como um "aprendiz" de pesquisador "engajado" comprometido com a tentativa de buscar fazer uma ciência rebelde e subversiva. Além disso, me proponho a falar da minha caminhada, entendendo que é disso que se trata um doutorado, de uma caminhada e não de um ponto de chegada, tornar-se doutor é estar se tornando constante aprendiz por isso trazer o percurso da caminhada revelando as escolhas de caminhos, tropeços escorregões desvios e acertos, poucos acertos, torna-se um ato de compartilhar com o leitor um mapa de possibilidades desse vir-a-ser.

Desconstruindo-me como militante e me (re)descobrir como pesquisador.

A minha formação de ser “sentipensante”, como explica Fals Borda (*op. cit.*), se deu desde o final dos anos 80, durante a minha vivência em uma escola pública da educação básica e lá me tornava um aluno militante.

Sendo sempre representante das turmas pelas quais eu passava, no último ano do ensino fundamental, conheci de perto o movimento estudantil secundarista, a qual logo me identifiquei, e me tornei membro efetivo da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

Aprendi muito com as palestras dos militantes que durante os anos da ditadura, lutaram bravamente pelas liberdades de todos os brasileiros e através deles conheci autores como Marx, Weber, Adam Smith, Malthus entre outros.

Nessa época o acesso ao sistema nascente de saúde pública era pior do que é hoje, nos levando a buscar nas plantas e em senhoras mais sábias da comunidade, chamadas de “Benzedeiras”, o tratamento para as doenças. Porém além do tratamento encontrei conhecimento e sabedoria compartilhada comigo. Em paralelo a esse aprendizado, conheci a Umbanda, religião de matriz africana que me ajudou a refletir sobre questões filosóficas da vida e da morte e das sabedorias que emergem do contato, de outra, forma com a natureza.

Esse processo de conhecer e respeitar as forças da natureza fez crescer na minha pessoa o interesse por esse tema, bem como, na necessidade de conhecer mais sobre ele. Esse contato e a minha curiosidade me levaram a encher a professora de ciências de perguntas sobre essas e outras questões. A minha insistência sobre aprender além do que estava presente nos livros, me proporcionou ser monitor da professora, sendo responsável, sob a supervisão dela, por preparar as aulas de ciências, bem como, organizar e arrumar os materiais do laboratório de ciências que a escola possuía.

O somatório dessas experiências contribuiu para a minha escolha de estudar biologia. No meu ensino médio, também em escola pública, ampliei a minha participação nos movimentos estudantis e participei de palestras oferecidas pelos partidos políticos para jovens militantes desse movimento.

Em 1992, iniciei a minha trajetória acadêmica estudando biologia, porém devido a dificuldades financeiras entrei, também, para o curso de engenharia militar, no Centro

de Formação de Oficiais do Exército (CPOR-RJ) que me dava um soldo (salário) que ajudou a viver e a garantiu que eu pudesse estudar.

Nesse mesmo ano, foi realizado no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92). Esse evento internacional organizado por representantes de diferentes países, ocorreu de duas formas: um evento oficial da ONU realizado para autoridades governamentais e líderes mundiais e um grupo de "Stakeholder" de membros da sociedade civil e um evento paralelo organizado pela sociedade Civil, chamado de Fórum Global¹.

Como participava do movimento estudantil, soube que estavam recrutando universitários para auxiliar durante os dias do evento. Depois de ter sido aceito como voluntário e viver uma experiência de troca de conhecimentos com pessoas de diferentes países, pude perceber que a pluralidade de sujeitos sociais nesse evento, corroboravam com a ideia de construir um “novo modelo de sociedade”, porém ainda não existia um consenso sobre que modelo seguir, pois o mesmo estava sendo construído em torno da ideologia do Desenvolvimento Sustentável (OLIVEIRA, 2007).

Nesse evento, também trabalhei em um grupo de debates localizado em uma das "tendas", que tinha como objetivo construir um Tratado das Organizações Não-Governamentais e dos Movimentos Sociais sobre a Educação Ambiental (EA). Nesse espaço tive a oportunidade de conhecer um ilustre desconhecido para mim, chamado de Paulo Freire.

Tive a oportunidade de acompanhá-lo da recepção até a tenda e lá auxiliá-lo durante a sua palestra servindo água e café. O fato mais marcante para mim durante a palestra dele foi quando ele disse

... não se faz educação dentro da cabeça de ninguém; se faz educação no contexto histórico, no contexto cultural. É por isso também que ela não pode ser neutra... A invenção da existência deu-nos a possibilidade de estarmos não apenas no mundo, mas com o mundo. Eu posso mudar o mundo e é fazendo isso que eu me refaço. É mudando o mundo que eu me transformo também... Nós temos que colocar a existência decentemente frente à vida, em sua contradição com a vida, em sua dialeticidade, de tal maneira que a existência não mate a vida e que a vida não pretenda acabar com a existência, para se defender dos riscos que impõe. Isso para mim faz parte dessa briga pelo verde. Lutar pelo verde, tendo certeza de que sem homem e mulher o verde não tem cor (FREIRE, 1992. apud VIEZZER, OVALLES; 1996, p. 14).

¹ Nessa época conheci o professor Celso Sánchez, na época estudante de biologia e militante da Ong GEUMARJ que lutava pela preservação da Ilha Grande no Rio de Janeiro.

Estar imerso nesse grupo, me permitiu conhecer diferentes ambientalistas e jovens cientistas que participavam de diferentes movimentos sociais e ONGs. Nesse sentido, me interessei em conhecer mais sobre esse movimento e desenvolver atividades de educação ambiental nos espaços religiosos e comunitários em que participava.

Paralelamente a isso, busquei ampliar a minha formação científica, pois meu sonho era me tornar um cientista. Após ser aprovado para fazer iniciação científica e receber uma bolsa para estagiar na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), procurei conciliar a teoria, prática educativa e a pesquisa. Inicialmente me dediquei a uma pesquisa sobre os moluscos terrestre e aquáticos e os seus parasitas. E posteriormente me aproximando dos estudos sobre promoção, educação em saúde e educação ambiental, com bolsas da FAPERJ de Apoio técnico.

A minha *curiosidade epistemológica*, referendada nas palavras de Paulo Freire:

à curiosidade epistemológica – superando a curiosidade ingênua, ela se faz mais metodicamente rigorosa. Essa rigorosidade metódica é que faz a passagem do conhecimento do senso comum para o do conhecimento científico. Não é o conhecimento científico que é rigoroso. A rigorosidade se acha no método de aproximação do objeto. A rigorosidade nos possibilita maior ou menor exatidão no conhecimento produzido ou no achado de nossa busca epistemológica (FREIRE, 2003; p. 78).

me auxilia a compreender o mundo, culminou em uma pesquisa que dialogou com a metodologia da pesquisa participante e a análise da fauna, flora e dos problemas ambientais de um trecho do rio Tinguá. Nesta monografia, observei que a construção do conhecimento pelos participantes foi muito grande, bem como, a revalorização desse rio, localizado na Baixada Fluminense, que tinha perdido a sua dimensão estética e ecológica de berçário da vida, para se tornar um diluidor de esgotos dos moradores das comunidades localizadas ao redor dele, pela ausência de políticas públicas de saneamento na região.

O levantamento de dados para essa pesquisa me fez conhecer a biblioteca do Centro de Informação sobre Reciclagem e Meio Ambiente, chamado de RECICLOTECA, da ONG Ecomarapendi, onde reencontrei ambientalistas que tinham

participado da RIO-92 e ali se reuniam para continuar debatendo os problemas socioambientais do Rio de Janeiro.

Em uma dessas conversas falou-se da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e da Rede Estadual de Educação Ambiental (REARJ) a importância que ambas tinham e o seu momento, naquela época, que se encontravam, com as suas atividades paradas.

A partir daquele momento continuei dialogando com esse grupo de educadores que durante uma dessas reuniões fizeram uma breve análise do estado atual dessas duas redes e tiveram a ideia de "reanimarem", a REARJ, organizando um Seminário sobre essa "rede" na Baixada Fluminense.

Esse evento, estimulou a organizarmos outras atividades ligadas à REARJ e incentivou as articulações de educadores de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, culminando na realização do VII Encontro Estadual de Educação Ambiental em 2003. Essa troca de saberes estimulou a articulação com educadores de outros estados para reanimar a participação dos mesmos na REBEA, culminando na organização do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em 2004.

Essa efervescência de ideias, teorias e práticas em diálogo constante com educadores ambientais, ambientalistas, movimentos sociais e pesquisadores proporcionou o florescimento de diversas reflexões tais como: que práticas pedagógicas emergem da educação ambiental praticada por esses sujeitos sociais? E que teorias estão por trás dessas práticas?

Esses questionamentos, somados a necessidade de um aprofundamento teórico destes primeiros anos de práxis nesse campo, bem como, o surgimento de uma nova "arena" de disputa no campo da educação ambiental, isto é, o grupo de trabalho número 22 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) despertaram o desejo de percorrer novos caminhos de pesquisa, me incentivando a dar continuidade nos meus estudos fazendo uma pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado) na área da Educação.

Quando estava fazendo o curso de biologia, já fazia planos para fazer o mestrado, pensando em diferentes temas que eu poderia fazer dentro da área da Educação Ambiental. Inicialmente, me instigava buscar compreender melhor as diversas correntes teóricas e tendências da práxis da educação ambiental e as suas implicações para a educação formal. Porém, acabei mudando a investigação ao ler nas publicações dessa época e observar que já havia muitas pesquisas sobre esse tema.

Decidi, então, trazer o referencial da representação social, associado com a virada retórica para o campo da educação ambiental, muito pouco explorado naquele momento. A revisão da literatura me encaminhou para escolher como sujeitos da minha pesquisa os formadores dos educadores ambientais.

Nesse sentido, utilizei as orientações teórico-metodológicas destes referenciais e elaborei uma investigação sobre a "representação social de educação ambiental produzida pelos pesquisadores do grupo de trabalho número 22 da ANPED" (STORTTI, 2009).

Assim, após mergulhar na representação social desses pesquisadores/educadores ambientais e nas suas práxis educativas, observamos que a maioria deles deram os primeiros passos nos movimentos sociais e apresentavam uma identidade relacionada a esse grupo.

"... pois alguns pesquisadores tiveram e ou continuam tendo envolvimento com o movimento ambientalista brasileiro e/ou internacional. Essa participação foi vivenciada de duas maneiras: uma direta, expressa no discurso dos entrevistados relacionados aos movimentos sociais diretamente ligados ao ambientalismo em sua vertente conservacionista; e, a outra, indireta, ligada aos movimentos sociais populares que depois se aproximaram da discussão ambiental..." (STORTTI, *op. cit.*, p. 55).

Nessa pesquisa observamos que existe uma disputa pela hegemonia desse campo, que poderia ser unicamente associada as diferentes correntes teóricas, porém nós observamos que

"...está relacionado com a valorização do trabalho teórico, do "pensar", que para os entrevistados tem mais "valor" do que o agir (praticar) que parece uma ação de segunda classe. Isto é, um pensar que se contrapõe ao fazer puro e simples, pois os que pensam devem dirigir os práticos" (STORTTI, *op. cit.*, p.73).

Nesse sentido, será que os sujeitos sociais que atuam no ambientalismo ou em outro movimento social são apenas "apertadores de botões", isto é, não produzem conhecimento ou prática educativa?

Para aprofundar essa reflexão, busquei conhecer diferentes programas e orientadores para iniciar o doutorado. Continuei participando e escrevendo resumos e artigos para congressos, buscando refletir sobre qual seria o tema que serviria de base para o meu projeto.

Esse processo de construção de um projeto, me proporcionou conhecer mais de perto diversos movimentos sociais. Em especial destaco a Associação de Professores e

Pesquisadores de História CLIO (APPH-CLIO), um grupo de professores, que mistura militância sindical e a defesa do patrimônio histórico local. Essa associação, valoriza a produção de um saber próprio, misto de um dialogo entre os conhecimentos científicos e os saberes populares. Essa luta obstinada, permitiu que eles criassem uma universidade comunitária, a partir do processo de falência da universidade particular onde alguns eram professores ou tinham sido alunos. E a partir de 2012, comecei a atuar como professor dessa universidade.

Essa experiência me instigou mais ainda, pois comecei a atuar na formação inicial de professores de Biologia, ministrando aulas de Metodologia e Didática das Ciências e de Educação Ambiental. Além disso, desenvolvi um projeto de extensão chamado "PROVOCA" (Programa de Vocação Científica e Ambientalista para jovens de escolas públicas) e orientei alunos na iniciação científica e na elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Nesse sentido, a minha pretensão inicial foi construir um projeto de pesquisa que buscasse compreender quais eram as ações educativas desenvolvidas em espaços não formais e quais eram as ações que ONGs e movimentos sociais desenvolviam na Baixada Fluminense.

A escolha dessa localidade ocorreu devido aos piores índices de educação, violência e pobreza apresentados por esses municípios em contrapartida aos grandes polos industriais que essa região possui e a riqueza que eles geram. Além disso, essa região é o eixo central do desenvolvimento econômico-industrial da Federal das Industrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) para os próximos anos (RAULINO, 2009).

Para conhecer mais sobre as questões socioambientais dessa região, participei das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias, R.J. (CONDEMA-DC). Os debates sobre os problemas socioambientais locais, apresentados por militantes eram sempre muito instigantes, porém quando as suas demandas não eram atendidas na esfera do conselho municipal ou em outras "arenas", eles se uniam a outros movimentos, ONGs e com moradores do entorno desses territórios para ampliar a denúncia desses conflitos.

A estratégia, geralmente, era construir coletivamente uma denúncia com embasamento técnico-científico-jurídico encaminhando-a para órgãos públicos (CONDEMA, INEA, IBAMA etc) e para a imprensa (ACSERALD, 2004; SCOTTO, 2014), porém se as denúncias não surtiram os efeitos desejados, começava-se um

processo de judicialização no Ministério Público relacionado ao conflito socioambiental e aumentava os embates na "arena" pública dos conselhos.

Essas discussões ganharam ressonância entre diferentes movimentos sociais, ONGs, sindicatos, universidades, ativistas, professores e estudantes de diferentes níveis principalmente por que se passaram 11 anos desde o rompimento do oleoduto de produtos escuros (PE-II), com óleo combustível marítimo do tipo MF-380, causando um derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo, durante uma operação de transferência do produto pela Petrobrás, nas águas da Baía de Guanabara (ARAUJO, 2011; FAPP-BG, 2012) e os problemas relacionados a esse vazamento provocaram a perda do modo de vida e colocaram em risco a sobrevivência dos pescadores e seus familiares (RAULINO, 2009). Além disso, ainda existe um medo na população de Duque de Caxias de ocorrer novos acidentes, como ocorrido em 1972 da explosão de 3 tanques esferas de gás liquefeito de petróleo (GLP) (FERREIRA,2013; SALLES,2017).

Essas questões incentivaram essas organizações e pessoas a realizarem um evento, chamado “50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos”².

Esse seminário teve como foco central discutir os impactos ambientais, sociais e econômicos da criação e funcionamento da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), por 50 anos, e da criação de um complexo petroquímico nesse território.

A partir dos debates e das questões que necessitavam ser aprofundadas para melhorar o enfrentamento dos problemas e conflitos socioambientais na área da Baixada Fluminense apresentados ao longo do seminário, acima citado, as instituições participantes concluíram que se fazia necessário continuar conversando sobre essa temática de uma forma estruturada e contínua. Nesse sentido, no ano de 2012, esse grupo criou o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG).

Dessa forma, essa experiência de resistência e luta socioambiental, em um contexto de aumento de expropriação dos bens comuns pelo capital internacional em parceria com a pequena burguesia local, pareceu-me um objetivo de pesquisa muito instigante e que me permitiria aprofundar questões levantadas no mestrado, bem como, em diálogo sobre a compreensão como os processos educativos podem ser intrínsecos e consequentes de certas práticas sociais.

Em decorrência desses questionamentos surge o meu desejo por investigar essas práticas educativas e as ações de educação ambiental das (in)justiças e conflitos

² A partir dos debates nesse evento, foi produzido um livro coletivo com as temáticas do debate.

socioambientais. Esse interesse por esse tema se confirma no doutorado em “Educação” do PPGEduc/UNIRIO, a partir da necessidade de compreender como os militantes e os seus movimentos criam respostas e enfrentamentos as injustiças ambientais e como geram e quais são as práticas de educação ambiental emergentes dessas resistências e autodefesas de seus territórios epistemológicos.

A participação no grupo de pesquisa Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur) da UNIRIO permite refletir sobre os meios de apropriação do significado das mensagens de tais enfrentamentos em espaços não formais, o seu processo de produção e os seus produtos. Essa inserção permitiu duas atividades: a vivência de uma "pasantía doctoral" (estágio de doutorado), no ano de 2016 recepcionado por Rosa Maria Marcuzzi Professora Adjunta da "Cátedra de Ciencia Política" - UNL (Universidad Nacional do Litoral, Santa Fé - Argentina) e em 2017 por Paco Sempere da mesma universidade.

A outra atividade referiu-se ao meu envolvimento como pesquisador nos projetos de pesquisa de outros alunos da graduação e da pós-graduação e do processo de aprendizagem coletiva no grupo de pesquisa, com as suas atividades vivenciais e de imersão e por estudarmos coletivamente temas referentes aos nossos referenciais teórico-metodológicos, principalmente, os autores latino-americanos e afrolatinos que são pouco estudados em nosso País.

Problematização e Justificativa

As leituras de autores e pesquisas latino-americanas me deram um “sul”, isto é, “sulearam” (FREIRE, 2011) o meu olhar para a semelhança dos problemas socioeconômicos e políticos brasileiros com os de outros países latino-americanos. Esse processo de giro latinoamericano, possibilitou conhecer um outro movimento social, o “Observatório Petroleiro Sur” (OPSur) que também estava enfrentando os mesmos problemas que o FAPP-BG no Brasil e desenvolvendo diversas estratégias de produção de conhecimento e de comunicação corporal e audiovisual que podem estar associadas a ações de educação ambiental em diálogo com uma prática social acima citada.

Esses movimentos enfrentam os projetos hegemônicos de educação ambiental tais como: instrumento para a conservação ambiental, isto é, o “culto a vida silvestre” que não “ataca o crescimento econômico” (ALIER, 2007, p.22) e as suas consequências e a corrente do “evangelho da ecoeficiência” que acredita no desenvolvimento sustentável e na modernização ecológica (Ibidem, 2007), ambos supõem que sejam

estratégias de remediação do modelo de produção e consumo (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Essas correntes contribuem para a perpetuação do *status quo* das desigualdades e injustiças ambientais que afligem várias comunidades e cidades pela América Latina³.

Frente ao exposto, realizei uma revisão bibliográfica em revistas científicas e bases de dados e bibliotecas digitais que disponibilizam dissertações e teses do Brasil, de universidades de países da América Latina, da África, dos Estados Unidos e Canadá.

Nesse levantamento só encontramos dois trabalhos: um relacionado a uma pesquisa participante de educação ambiental realizada no grupo de trabalho (GT) de mulheres do FAPP-BG (SALLES, 2017) e o segundo uma pesquisa teórica que reflete sobre como organizar práticas educativas de educação ambiental em conflitos ambientais na Argentina (CANCIANE; TELIAS, 2014).

Assim, este estudo pretende contribuir para um maior conhecimento acerca do ambientalismo, chamado por Alier (2007) de “movimento de justiça ambiental” na América Latina, com foco na atuação do movimento social anti-petroleiro do Recôncavo da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro (Brasil), chamado de FAPP-BG, frente à geopolítica do petróleo historicamente desenvolvida na região que desencadearam na atual situação de degradação socioambiental e *necro-economia* (ARÁOZ, 2012). Para esse autor a *necro-economia* pode ser conceituada como

La *necro-economía* prioriza el valor de cambio mientras [...]. La *necro-economía* considera a la naturaleza como una simple variable de ajuste del sistema capitalista financiero mundial. [...] La *necro-economía* inventó el individuo, es decir, fragmentó y destruyó la comunidad, la especie. [...] el Capital ha creado una verdadera *necro-economía*, una economía de la muerte, para la muerte, que piensa en términos de individuos y no en términos de especie (ARÁOZ, *op.cit.*, p. 23).

Nesse sentido, buscamos refletir sobre os saberes advindos das práticas sociais e as contribuições dessas "redes" de diálogos de saberes nas lutas e autodefesas territoriais causadas pelos problemas socioambientais criados por esse modelo expropriatório no modo de produção capitalista, dentro do contexto de políticas neoextrativistas e desenvolvimentistas.

³ Recentemente o professor Layrargues vem denunciando o anti-ecologismo que debateremos mais adiante.

Diante do exposto e da relevância de se estudar a questão ambiental em regiões em que essa temática foi subalternizada, apresentamos como problema de pesquisa: Como os sujeitos históricos participantes do FAPP-BG compreendem os processos educativos construídos relacionados as suas práticas sociais pedagógicas?

Com base nas reflexões anteriormente expostas o objetivo geral dessa pesquisa é analisar as práticas pedagógicas, processos educativos e a educação ambiental que emergem das lutas sociais em torno do FAPP-BG.

Dessa forma os objetivos específicos são:

1. Descrever os territórios e as práticas sociais pedagógicas e os processos educativos ambientais que emergem das lutas socioambientais do FAPP-BG.
2. Analisar as concepções dos sujeitos históricos militantes do FAPP-BG sobre os saberes construídos através das práticas sociais vivenciadas.
3. Analisar as especificidades e particularidades da educação ambiental que emergem das lutas e dos processos sociais pedagógicos destas.

Nesse estudo, a questão que anunciamos é

Quais são as ações de educação ambiental desenvolvidas no movimento social denominado FAPP-BG? E como este movimento se articula com o território e de que maneira a educação ambiental que emerge dele se aproxima ou se diferencia de outras educações ambientais?

Para dar continuidade e organização nessa pesquisa, no primeiro capítulo apresentamos nosso diálogo com os teóricos (referencial teórico) dos campos, que elegemos para essa pesquisa como a decolonialidade, a ecologia política e a educação ambiental crítica. Em seguida procuramos fazer uma caracterização do entorno onde os sujeitos históricos desse grupo social (FAPP-BG) estão inseridos para assim traçar um panorama mais específico do Recôncavo da Baía da Guanabara, identificando suas injustiças e conflitos socioambientais que geram lutas, disputas socio-políticas e práticas sociais e educativas.

A partir dessas informações, apresentaremos no segundo capítulo os aspectos metodológicos dessa pesquisa e os autores que fundamentam-na. Além de descrever os sujeitos históricos escolhidos para participar dela, através de entrevistas semi-estruturadas, os documentos coletados e a ferramenta da análise de conteúdo descrita por Laurence Bardin para que as informações brutas sejam tratados gerando indícios válidos para essa pesquisa.

Por último vamos analisar as histórias e memórias desses sujeitos históricos, suas dinâmicas e práticas sociais em relação ao seu território, em particular da poluição em especial da água, e que ações de educação ambiental que emerge desse processo. A partir daí, o trabalho analisa a presença ou não das ações de educação ambiental propostas pelos militantes do FAPP-BG e discute os diálogos com os princípios da educação ambiental crítica e o pensamento decolonial, bem como, as contribuições dessas práticas sociais e educativas para outros Fóruns sociais, “redes”, movimentos sociais e ONGs.

CAPÍTULO I – EM BUSCA DE UM SUL PARA SULEAR NOVOS SABERES.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

(GALEANO, 2000, p.17)

1.1 Da territorialização colonial ao projeto educativo contra hegemônico

Como estamos falando de uma educação em uma região específica do mundo, adjetivada durante o seu processo de conquista pelos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses) de América Latina (MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2002), podemos primeiramente pensar no processo histórico vivenciado por esses colonizadores para se constituírem como Estado moderno, isto é, “estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 1), sendo transplantado esse modelo organizador de sociedade para essas novas terras como se aqui não existisse nenhuma forma organizativa ou sociedade criando um modo de conquistar denominado de colonialismo. Essa ideia fica reforçada na afirmação de Franz Fanon, (1968, p.31) "Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado

de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o".

O processo histórico de formação do Estado moderno europeu como afirmam alguns autores como Bresser- pereira (2017), Zeron (2012), Dagnino (2010) e Porto-Gonçalves (2012) se desenvolve primeiramente na Itália, depois na Espanha e Portugal; constituindo-se mais tardiamente na França e na Inglaterra e estão diretamente relacionados ao tratado de Westfália. Esse modelo de Estado, pode ser definido como uma “sociedade soberana, surgida com a ordenação jurídica cuja finalidade é regular globalmente a vida social de determinado povo, fixo em dado território e sob um poder.” (NOGUEIRA, 1993, p. 5).

Nesse sentido, podemos pensar que essa ideia de soberania do Estado Westfaliano poderia estar embasada, essencialmente, pela delimitação territorial, ou seja, pela definição das fronteiras. A soberania indicava que este era o poder mais alto do Estado, e, o território mostrava onde esse poder seria o mais alto. (DALLARI, 2005)

Logo a base do Estado é o território que durante o seu processo constitutivo promoveu a naturalização desse conceito, isto é, você é de onde? Esse conceito começa a ser des-substantivado, ganha uma dimensão processual como afirma Porto-Gonçalves (2012).

A partir dessas ideias Porto-Gonçalves (2012) afirma que o território pode ser entendido como natureza (+) cultura através das relações de poder, que se configura como o seu eixo epistêmico. Refletindo sobre essa categoria podemos pensar que as relações de poder nunca estiveram em discussão, pois existe um processo colonial.

Haesbaert (2007), complementa essa análise, afirmando que os territórios devem ser entendidos a partir da multiterritorialidade ou reterritorialização, cujas totalidades estão sobrepostas e descontínuas. Portanto, a leitura que se faz dos territórios não deve estar vinculada ao entendimento do conceito de território restrito ao espaço e a espacialidade.

Na concepção de Carneiro e Mendonça (2012) a leitura que se faz dos territórios não deve estar vinculada ao entendimento do conceito de território restrito ao espaço e a espacialidade. Podendo estar associada a uma visão mais ampla como afirma David Harvey

A territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas (HARVEY, 2000, p. 108).

Esse processo colonial expansionista europeu interessando em novos territórios, institui conceitualmente o projeto do eurocentrismo, principalmente quando institui as relações de desigualdades e injustiças sociais provenientes do colonialismo e do imperialismo, que construíram um legado epistemológico do eurocentrismo, com o objetivo de impedir a compreensão do mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005).

A crítica ao eurocentrismo é uma crítica à sua episteme e à sua lógica que opera por separações sucessivas e reducionismos. Logo, podemos supor que nos centros hegemônicos, existem grupos sociais que indicam os limites, bem como, “a própria ciência natural eurocêntrica revela seu diálogo com o pensamento oriental” (PORTO-GONÇALVES, *op. cit.*, p.3).

Esse aparente consenso civilizatório foi abalado com a primeira e segunda guerra mundial, que nesse processo de disputa de territórios, poder e riquezas entre estados, promoveu a destruição da vida dos seres vivos, dos biomas e das cidades.

Esse caos nos territórios, instaurado desde a primeira guerra mundial, suscita o surgimento de novas formas de sociabilidade, transterritoriais associada a ideia de Organizações Internacionais (Ois) cujos os objetivos estavam associados a projetos político-econômicos em comum (UCHOA, 2015); além de instituir uma certa “blindagem” frente aos interesses geopolíticos flutuantes das alianças militares que constituíam-se em formas frágeis de divisão do poder (XAVIER, 2007).

Como no passado, os estados-nações, em 1918, constroem um consenso possível materializando esse acordo no Tratado de Versalhes, isto é, “um acordo de paz assinado pelas potências europeias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial” (UCHOA, 2015, p. 19). Esse tratado demandou a organização de uma instituição, em 1919, chamada de “Sociedade das Nações” (SDN), cujo principal objetivo era manter a paz mundial. Essa nova instituição segundo Uchoa (2015) e Xavier (2007) tinham outros interesses além de manter a paz entre os povos e evitar novas disputas externas, as ambições desses países estavam relacionadas, também, em constituir uma hierarquia política superior deles em relação aos países que não pertenciam a essa sociedade,

instaurando uma lógica de controle e de subalternidade, instituindo assim um processo de dominação e dependência socioeconômica.

Depois de refletirmos teoricamente sobre as bases epistemológicas em relação ao conceito território e sobre algumas questões que o instituem aprofundando a sua importância, ampliaremos o nosso diálogo teórico, bem como, ampliando o nosso referencial a partir de um mergulho profundo no pensamento crítico e decolonial latinoamericano.

1.2. O Pensamento Crítico Latinoamericano e a Decolonialidade

Como pode-se observar nos trechos anteriormente citados, eles dialogam contudentemente com a Teórica Crítica de origem eurocêntrica, porém a partir das leituras de outros autores latino-americanos realizadas durante o doutorado, pode-se ampliar o horizonte de conhecimento propiciando um interesse por "outro paradigma" (MIGNOLO, 2002), negada pelo pensamento único que disputa a hegemonia científica, a partir do conhecimento advindo dos grandes centros do capitalismo global (Europa, Estados Unidos e China).

A partir dessas leituras, redescobriu-se uma América Latina, território periférico do sistema mundo-moderno, inventada e superficial de saberes, culturas e de sua própria história contada pelo poder hegemônico em parceria com as elites locais dos países daquela região. A partir dessa inicial reflexão, pretende-se neste capítulo dialogar com os saberes de outra América, profunda e desconhecida por muitos, que repensa a sua própria origem e caminhos percorridos, bem como, a questão do projeto de poder, dominação e opressão que o capitalismo promove.

As questões anteriormente apresentadas, juntamente com a Filosofia da Libertação (DUSSEL, 1990), Teoria da Dependência (DUSSEL, 1990), Teoria Sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2000), a crítica da dominação ("colonização") de intelectuais dos estudos subalternos/pós-coloniais através dos seus referências teóricos eurocêtricos e a ausência do debate sobre o processo de colonização e resistência latino-americana (MIGNOLO, 1998; CASTRO-GÓMEZ, 2005), propiciaram uma análise da lógica colonial dessa região e o seu respectivo processo de enraizamento nas suas sociedades, nas instituições, nos pensamentos e subjetividades, caracterizadas por um processo de

re-originalização da experiência da vida, tornando-se um novo padrão de existência social (QUIJANO, 2009).

Tais ideias iniciais servem de substrato para que um grupo de intelectuais como: Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussell, Edgardo Lander, Maldonado-Torres, Catherine Walsh entre outros, de diferentes países latinoamericanos e dos Estados Unidos, começassem a se reunir em conferências científicas, organizadas inicialmente por Ramón Grosfoguel (Porto Rico), para apresentar as suas teorias e com base nelas, iniciar a construção coletiva de um arcabouço teórico, calcado em uma perspectiva geopolítica, com uma visão histórica que articula espaço e tempo e referenciado na lógica da colonialidade, tanto do poder, do saber, do ser, da natureza, da decolonialidade e do giro decolonial (FANON, 1980; DUSSELL, 1990; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2000; LANDER, 2005; MALDONADO-TORRES, 2007; CASTRO-GÓMEZ, GROSFOGUEL, 2007; BALESTRIN, 2000; WALSH, 2014).

1.3 As Bases teóricas da Colonialidade

A teoria sistema-mundo moderno criado por Wallerstein (1974,1980,1989) faz uma análise do processo do capitalismo ao longo do tempo demonstrando que não existe a ideia de um terceiro mundo, pois as regiões geográficas da terra estariam interconectadas por um sistema complexo de trocas econômicas, onde existe uma dicotomia entre o trabalho e o capital e a concorrência entre os diferentes países (Estados-nações) pela acumulação de capital.

Para esse autor a Europa, seria o local de origem desse sistema, que relacionado a um processo expansionista promovido pela transformação de tudo em mercadoria para ser comercializada pelo sistema mundo estabelecendo assim o atual sistema capitalista global.

Essa breve síntese apresentada anteriormente da teoria mundo, permite pensarmos que as ideias de Dussell (2005) sobre a Europa e o seu processo colonizador, demonstram que esse continente e a sua geopolítica criou a centralidade da história e cultura mundial tornando os outros lugares, a periferia.

Para esse autor O “eurocentrismo” da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica de propósito

pela Europa para se tornar o “centro” do processo de funcionamento do capitalismo (DUSSEL, *op. cit.*, p.28).

Esse autor aprofunda a sua análise afirmando que é preciso desnudar o “Mito Civilizatório” para desvelar as “injustiças da práxis sacrificial” acometidas pelo eurocentrismo e o seu mentiroso processo de modernização hegemônica e desenvolvimentista (*ibidem*, p.30).

As ideias anteriores, apontam o capitalismo como eixo estruturante e organizador de processos exploratórios multifacetados, debatido inicialmente no capítulo anterior, porém podemos analisar esse sistema-mundo pelo recorte da destruição de identidades locais (sociedades/culturas) e o estabelecimento de uma nova sociedade/identidade colonial eurocêntrica desde os primórdios da chegada dos primeiros representantes desse sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 1992).

Para Quijano (*op. cit.*) mesmo tendo ocorrido a independência dos países, principalmente na América latina, isso não representou a descolonização das relações de poder.

Esse autor reforça essa ideia afirmando que a colonialidade das relações entre o colonizador e o colonizado, está relacionada a desigualdade no poder em favor do primeiro em detrimento do segundo. Para ele, essa desigualdade está atrelada a questões como a raça, cor e a cultura (*ibidem*).

Nessa perspectiva, ele compreende que o poder colonial está embasado e organizado nas seguintes relações: dominação, exploração, conflitos entre diferentes grupos sociais (colonizador X colonizado) pela disputa do controle dos fatores materiais básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva, subjetividade, intersubjetividade, recursos materiais e produtos para sobreviver (QUIJANO, 2001;2002).

Esse autor, aprofunda a sua análise explicando que o eurocentrismo é constituído pela ideia central desse processo dialético entre o sujeito europeu e o “não europeu”, pois

“...atribui ao europeu a qualidade de medida e de referência privilegiadas da experiência de toda a espécie; — leva a olhar tudo a partir dessa posição; — tende a organizar a percepção do mundo segundo as categorias de procedência européia, consideradas como únicas legitimamente válidas; — condiciona, desse modo, o dominado a olhar-se com os olhos do dominador” (QUIJANO, OP. CIT ano., p. 74).

Para esse autor esse processo de separação e classificação foi definido como uma das estruturas mais importantes, desse novo padrão de poder, para estabelecer a hierarquização social dos seres humanos no mundo através de um princípio organizador chamado de raça, isto é, a determinação de uma distinção da estrutura biológica que permitia instituir um padrão natural de desqualificação estética, intelectual e de outras formas do sujeito "não europeu" em relação ao europeu, construindo assim uma naturalidade que institucionaliza as relações de opressão impostas pelos conquistadores (QUIJANO, 2005).

Além disso, esse processo colonial faz um diálogo entre as diferentes formas de desenvolvimento das questões históricas de organização e autoridade sobre o trabalho, de seus bens e de seus viveres, mercadorias etc, em torno de qualquer coisa com características econômicas que possam servir na produção de outros bens ou serviços, instituindo a lógica histórico-mundial do capital (ANTUNES, 2005), bem como, do mercado mundial, promovendo um processo dialético entre o capital e o trabalho (QUIJANO, 2005).

Quijano (*op. cit.*) analisa a influência do tema do trabalho no colonialismo afirmando que os senhores coloniais usaram do controle e de exploração do trabalho, do controle do processo da produção, da aquisição, bem como, da distribuição de mercadorias, relacionados com o capital e com o olhar no mercado mundial para impor uma cultura de submissão e de demonstração de poder.

Esse autor, embasado nesses dois princípios organizativos (raça e trabalho) faz uma análise que o processo de institucionalização da modernidade, a partir da conquista desse nova região e da fundação de um novo processo civilizatório, histórico e cultural desse território, agora denominada América Latina, estabelecendo assim o conceito de "Colonialidade".

A partir disso, esse autor estabelece como nó epistêmico a estruturação do poder na modernidade, como elemento central para a criação do conceito da "Colonialidade do Poder".

Esse tipo de colonialidade, está integrada a uma padronização de poder com bases em um processo de hierarquização cujas categorias estão relacionadas a raça, questões sexuais, trabalho (geralmente escravo e ou subempregos) e na estruturação e classificação de identidades tais como: brancos (europeus), mestiços, índios, negros, amarelos etc (não europeus) (QUIJANO, 2005).

Esse processo de classificação dialética estabeleceu uma reconhecimento histórica dos sujeitos dessas regiões, criando-se novas identidades "geobioculturais", que se iniciaram na conquista da América e depois expandida para outros continentes.

Como explicado anteriormente, o conceito de raça, propiciou o estabelecimento de novas identidades, estruturadas historicamente, sendo relacionadas com o processo de divisão e administração do trabalho, das funções que cada indivíduo colonizado desempenha nessa sociedade colonial, que foram mantidos mesmo depois dos processos de independência política, que não se configuraram na liberdade do processo de colonização (QUIJANO, 2005).

Esse autor explica, que cada tipo de raça estava atrelada a um tipo diferente de controle do trabalho, permitindo manipular a sua vontade, isto é, do europeu, um grupo social específico. Essa forma de impor a sua vontade sobre os oprimidos/explorados, interligada pela dualidade raça/trabalho, propiciou a construção dessa ideia de modo que parecesse de forma natural.

Esse processo foi tão bem sucedido que se constitui na lógica da "branquitude social", isto é, associar os ganhos em dinheiro (salário) com cargos de comando na estrutura organizacional colonial (QUIJANO, 2005), que perduram até os dias de hoje com pequenas exceções. Essa questão é comprovada pelos dados da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Ethos que determina a presença de apenas 5,3% de negros/pardos em cargos de direção (nível executivo) em uma amostra pesquisada de 500 empresas de grande porte do Brasil (ETHOS, 2010).

A questão racial, a organização e o comando das atividades laborais, brevemente, trazidas nos parágrafos anteriores, possibilitou o desenvolvimento de um processo de dominação/opressão de um modelo de capitalismo que se institucionalizou além das fronteiras europeias, sendo distribuído por diferentes territórios do mundo criando assim uma geografia social do capitalismo (QUIJANO, *op. cit.*).

O que mais deve ter sido subjulgado por esses colonizadores?

Os colonizadores, através do processo de colonialidade, impuseram o seu domínio, também, expropriando os saberes culturais locais que interessavam ao desenvolvimento desse sistema-mundo e se fossem trazer benefícios para o seu grupo social colonial. Além disso, promoveram a agregação e homogeneização das multidiversas formas e histórias culturais dos povos que viviam nessas terras latino-americanas, aduterando-as e transformando-as em um novo padrão cultural hegemônico global europeu.

Esse processo de transformação e construção de novas formas de produção de sentidos, foi elaborado pela repressão, de forma e graus variados, contra os universos simbólicos e as objetivações da subjetividade dos colonizados, retirando-lhes toda a sua herança intelectual.

No lugar desse vazio epistêmico, estético e ético, foi criado todo um conjunto de novas relações que buscam construir sentidos ao novo mundo colonial (capitalista) estabelecendo redes de relações baseadas na dominação/subjugação constituindo assim a nova ordem da intersubjetividade que permitiu a estruturação de um padrão europeu dominador colonial chamado de "etnoeurocentrismo" (QUIJANO, OP. CIT., p. 121).

As formas de existência social em cada uma dessas áreas não nascem umas das outras, mas não existem, nem operam separadas ou independentes entre si. Por isso mesmo, as relações de poder que se constituem na disputa pelo controle de tais áreas ou âmbitos de existência social tampouco nascem, nem se derivam, umas das outras, mas não podem existir, salvo de maneira intempestiva e precária, umas sem as outras. Isto é, formam um complexo estrutural cujo caráter é sempre histórico e específico. Em outras palavras, trata-se sempre de um determinado padrão histórico de poder (MIGNOLO, 2000).

Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações. Mas as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano. (MIGNOLO, 2005)

Mignolo (*ibidem*), complementando as reflexões anteriores, se pergunta sobre qual era o entendimento da junção de idéias que formam o "sistema mundo/moderno colonial". Para ele a dimensão espacial desse sistema permite a reflexão que a partir das margens externas dele, cuja diferença colonial continua sendo exaurida, pela emergência do colonialismo global, operado pelas transnacionais, sendo essa diferença a parte central do conceito/noção da colonialidade do poder, no tempo real ou imaginário (MIGNOLO, 2005). Para esse autor o diferencial é o espaço onde as histórias locais inventadas e aplicadas pelos projetos globais, forçando a adaptar-se, integrar-se ou adotados, rejeitados ou ignorados (MIGNOLO, 2002)

1.4 Colonialidade do saber

"... Um povo de homens educados será sempre um povo de homens livres".
(José Martí, 1981)

No caso dos europeus colonizadores essa frase ganha um sentido quase inverso.

Como isso deve ser possível?

Lander (2005) sugere que capitalismo buscou criar as bases de uma de ciência recorte neoliberal, pensando na construção de epistemologias que estivessem a serviço das grandes empresas e dos pensadores desse sistema que financiam ou tem as suas pesquisas financiadas pelo capital, construindo um conjunto dos costumes, hábitos fundamentais, bem como, comportamentos e de uma cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma coletividade, que poderemos denominar de um capitalismo acadêmico, mantido pelo poder de "economia do conhecimento" (KRIMSKY, 2003 apud LANDER, 2005).

A partir desse pensamento os autores da rede modernidade/colonialidade estabeleceram como um pensamento crítico o conceito/categoria denominada colonialidade do saber, buscando determinar um caráter/identidade eurocêntrica como o único caminho de se construir um conhecimento /saber denominado de científico, com uma aparência de universal para construir essa categoria de pensar, os colonizadores elaboraram grandes narrativas eurocentradas para negar e desqualificar outras maneiras de conhecer, entender e produzir conhecimento sobre o mundo e a vida. Nesse processo tudo que não vinha da Europa ou era classificado como místico, sobrenatural, primitivo, sem base científica e ou de base popular.

Nesse processo foi possível observar outras colonialidades como por exemplo a do ser que estabelece uma categoria de inferioridade e subalternidade para determinados grupos sociais, particularmente os indígenas, negros e pardos tradicionais (pescadores, povos da floresta etc).

O processo de colonialidade, possibilitou a Europa construir uma ciência humana/sociais, bem como, uma filosofia com um modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, desqualificando e provocando epistemicídios (SANTOS, 2000) de saberes e conhecimentos de outros povos e regiões do mundo diferentes do ocidente.

Como podemos observar essa corrente de pensamento promove uma reflexão sobre a geopolítica do conhecimento, explicando que a mesma foi utilizada como a estratégia central para construir a modernidade e o seu mundo colonial.

Como citado anteriormente essa construção de uma nova identidade geobiocultural promoveu a ressignificação e reafirmação de suas teorias, conhecimentos, bem como, paradigmas; criando neles um "rotulo" de verdades universais.

E para os outros saberes, conhecimentos e histórias que coexistiam no mundo buscou aniquilá-los através invisibilização, desqualificação promovendo a morte de seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1981), bem como, o silenciamento dos sujeitos que produzem outras formas de pensar e agir, só permitindo que uma parte desse grupo, geralmente aqueles que tinham uma ascensão política e ou de poder, como a nobreza de um povo participasse do círculo de conhecimento como aprendizes do eurocentrismo.

Podemos citar como exemplo no Brasil e em alguns países sul-americanos do projeto Jesuítico de "conversão" dos índios e o seu "letramento" linguístico, intelectual e cultural "euronormativo".

Para os autores dessa rede Modernidade/colonialidade foi este o processo que constituiu a modernidade, cujas raízes se encontram na colonialidade. Implícita nesta ideia está o fato de que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e esta não pode ser entendida sem levar em conta os nexos com a herança colonial e as diferenças étnicas que o poder moderno/colonial produziu.

Complementando essas análises Porto Gonçalves (2006) afirma que a colonialidade do saber e do poder continua adocicando os nossos pensamentos e nossa afetividade na medida em que os problemas que afligem as populações latino-americanas são entendidos por essa classificação que nos encaminha ao pensamento de que devemos superá-la através da modernização globalizante, obliterando-se que modernizar é uma das maneiras que esse sistema-mundo colonial tem de nos escravizar e de manter a sua cultura colonizadora.

Para manter a sua cultura colonizadora os pensadores desse sistema-mundo colonial criaram um novo espaço de convivência/adestramento colonial chamado de escola e criou regras de como adestrar corpos e mentes a apagar memórias, histórias e saberes outros, através da colonialidade pedagógica que aprofundaremos a seguir.

1.5 Colonialidade Pedagógica

Como explicamos nos itens anteriores, a partir de 1492 se inicia na região geográfica de Abya Yala, denominação dada pelo povo Kuna que significa “Terra madura” para todo o território das Américas símbolo da re-existência da vida dos povos originários (PORTO-GONÇALVES, 2009). No escopo do pensamento crítico latinoamericano Abya Yala, não é só uma palavra ou um território extenso, ele é um posicionamento ético e estético de se reconhecer e de ter o direito a ter sua história, memória e sua forma de viver respeitadas e divulgadas para todos os cantos do planeta. Esse continente dos povos originários se constitui as estrelas epistemológicas que indicam o caminho para os caminhantes dessas terras, pois essas orientações não nascem dos castelos das universidades europeias, mais das profundezas do solo e das águas, do ventre das matas e dos povos que aqui viviam livremente, que sofreram o processo violento de colonização, despossessão e da necroeconomia da máquina colonizadora/subjugadora europeia.

Para Dussel (1993) o colonialismo se deu de diversas formas, sendo a mais pujante a violência física, verbal, psicológica, identitária e a epistêmica.

Assim, o colonizador europeu através de seus pensadores construíram um arcabouço de ideias, principalmente no campo da filosofia para justificar, para além dos interesses econômicos e de poder, a necessidade da “descoberta” dessa região do mundo e da inferioridade dos seres “humanos” que vivem nessas “novas” terras.

Enrique Dussel aprofunda essa análise afirmando que Hegel foi o grande mentor filosófico dessas ideias, quando ele escreve que a Europa marca um novo momento na história, sendo a partir dele a construção de uma história universal.

Além disso, Hegel (2001, p. 98-99) também estabelece as diferenças civilizatórias entre o “homem” europeu, culto, letrado com o da América que “sempre se mostrou fisicamente e espiritualmente impotente”, de disposição fraca, sem paixão, baixa submissão, sua inferioridade de todas as formas, com exceção das raças do sul na patagônia tem uma natureza com mais vigor, porém também são bárbaros e mantêm a características da rusticidade dos outros nativos.

Esse autor afirma, também, que a cultura do México e Peru não existiram mais depois do encontro com o “Espírito” europeu, bem como, os seus nativos que foram

“desaparecendo”, isto é, exterminados pela máquina de matar espanhola (GALEANO, 2001).

Segundo Dussel (1993) essa visão de mundo de Hegel está associada a sua forma de ver a Europa cristã moderna como o centro do mundo, sem nada ter que aprender com os outros mundos, culturas e indivíduos inferiores como descritos por ele acima. Para esse autor os europeus colonizaram a América e pilharam a região utilizando-se de uma base filosófica e teológica muito forte.

Como podemos observar a base filosófica desse processo colonial está embasada nas ideias de Hegel (2001) que reforça a concepção de inferioridade em relação aos “índios” afirmando que existe uma possibilidade dentre alguns nativos de se construir uma identidade europeia cristã, para fundamentar a sua argumentação fornece como exemplo o trabalho dos Jesuítas e do clero católico.

Para esse autor, esses representantes da igreja desenvolveram um processo de inserção e adestramento dos índios a cultura e aos costumes europeus e cita como exemplo desse processo o trabalho educativo que esses religiosos desenvolveram na região do Sul da América, no México e na Califórnia.

Esse processo de inserção cultural eurocêntrica, tem na educação uma maneira para transformar o sujeito social de Abya Yala, África e de outras regiões do mundo, em um sujeito moldado na cultura europeia, pois através da educação uma sociedade ou um grupo social pode passar de um indivíduo para o outro o saber que os “constitui e legitima” (BRANDÃO, 1995, p. 11).

Buisson (1889) elaborou um famoso dicionário de educação com 358 autores e dezenas de artigos sobre a educação na terceira república francesa afirmando que

A educação gratuita de crianças pequenas até os doze anos de idade parece não esgotar mais a tarefa e a dívida da sociedade: não menos obrigatória do que a educação universal da infância, a da adolescência prevalecerá em nós como em outros lugares. Por outro lado, a lógica da democracia é que a igualdade das crianças antes da finalmente, a educação não pode mais ser considerada separadamente e em si mesma; deve estar conectado, subordinado a uma visão clara da utilidade social (BUISSON, *op. cit.*, p. sem página).

Um dos capítulos é assinado por Émile Durkheim que afirma que a educação “tem sido usada em um sentido muito amplo para se referir a todas as influências que a

natureza ou outros homens podem exercer em nossa inteligência ou nossa vontade" (DURKHEIM, 1889, p. sem página).

Esse autor aprofunda a análise desse termo, em outra publicação, afirmando que

(...) a educação que se realiza numa sociedade determinada, considerada em momento determinado de sua evolução, é um conjunto de práticas, de modos de fazer, de costumes, que constituem fatos perfeitamente definidos, com a mesma realidade da de outros fatos sociais (DURKHEIM, 1978, p. 59).

Para esse autor busca-se constituir um tipo padronizado de “homem”, com foco na sua formação intelectual, físico e moral para um certo tipo de sociedade, sendo instituído pelo processo formativo orientado através de um modelo “norteador” (que vem do norte/europa) de educação. Para esse autor, a sociedade ideal só pode existir, funcionar se os seus participantes apresentarem uma homogeneidade, uma mesma padronagem de comportamentos e pensamentos. Para constituir esse padrão societal e perpetuar esse modelo de sociedade, se elegeu a educação como ferramenta dessa domesticação de mentes e corpos, principalmente das crianças, para manter o equilíbrio e a harmonia desse tipo de vida nesse grupo social.

A partir dessa forma de ver a organização da sociedade, o processo educativo está diretamente vinculado na construção da socialização sistemática das gerações futuras, pois

(...) a sociedade se encontra, a cada nova geração, como que diante de uma tabula rasa, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela agregue ao ser egoísta e associal, que acaba de nascer, uma natureza capaz de vida moral e social. Eis aí a obra da educação. Ela cria no homem um ser novo (DURKHEIM, 1978, p. 42).

Podemos observar nas palavras de Emilie Durkhein, acima descritas, que um determinado grupo social não tem outros saberes, conhecimentos, além daqueles instituídos no espaço escolar. Além disso, eles não passam qualquer tipo de saber para as crianças e adolescentes pertencentes aos grupos, pois na visão desse autor a futura geração é uma “folha em branca”, não sabe nada, nem do ponto de vista moral e nem intelectual.

E essa forma de ver a sociedade opressora e os seus sujeitos oprimidos, sob o julgo dela, pode ser representada nas seguintes palavras: “cada sociedade, considerada num momento determinado de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos” (DURKHEIM, 1978, p. 41).

E a partir dessa forma de pensar sobre como organizar a vida social dessa sociedade ideal esse professor estabelece que a educação é uma

(...) ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Esses autores franceses, mergulhados nessa maneira de viver pensando sobre o mundo que os cerca e sobre os processos sociais dessa época, não foram os únicos na Europa a olharem para a sua realidade e tentarem modificá-la, alemães, através de Lutero; ingleses, espanhóis e portugueses entre outros países, também seguiram esse caminho de constituir um novo contrato social estabelecido pela liberdade entre os indivíduos constituindo um novo tipo de sociedade.

Esses autores determinaram que o instrumento doutrinador da folha em branco ou tabula rasa seria chamado de escola, cuja função social seria encher esses espaços vazios nas crianças e jovens de um determinado padrão societal culto e refiando de um determinado grupo social para todo os outros membros dessa sociedade. Para apresentar essa forma de ver e agir na vida para a futura geração nomeou-se os mestre-escola (professores) como agente desse processo e para tal criaram-se as “escolas normais” para formar esse mestre (SAVIANI, 1999).

Esses autores instituem um mecanismo inicial de colonialidade interna, instituindo uma forma de adequação do povo rude e ilustrado aos princípios da iluminação.

Para Demerval Saviani essa forma de organizar e transmitir esse tipo de conhecimento gerado por esse grupo social, institui uma tendência educativa que poderia ser chamada de tradicional.

Para Luckesi (1991) o dialogo e o agrupamento de determinadas teorias da filosofia que buscam refletir e subsidiar determinadas práticas sociais, chamadas de educativas, em determinados contextos históricos poderiam ser chamadas de tendências educacionais.

Ao longo do tempo a educação foi se tornando um campo científico, como explica Bourdier (2000), e como tal apresenta disputas e conflitos entre grupos sociais científicos de pensadores/pesquisadores dessa temática que buscam a hegemonia desse campo, essas disputas geram reflexões de diferentes ângulos que se sistematizam em diversas tendências educacionais, que disputam também a implementação dessas ideias nos sistemas educativos de diferentes países.

A primeira tendência que se estruturou historicamente foi a chamada por Saviani, de tradicional, porém entendida por José Carlos Libâneo e Carlos Luckesi como liberal.

O primeiro autor afirma que essa “concepção pedagógica liberal sustenta a ideia de que a escola tem a função de preparar o educando para o desempenho dos diversos papéis sociais, de acordo com as aptidões dos sujeitos” (LIBÂNEO, 1989, p. 06).

Para Paulo Freire a “educação não é um processo de adaptação do indivíduo a sociedade” (FREIRE, 1988, p. 31)

Atualmente pesquisadores como Libâneo apresentam o seu pensamento sobre a educação, afirmando que ela é um processo social que as sociedades precisam cuidar da formação dos seus membros, preparando-os para participar ativamente dela e transformá-la.

Esse autor complementa essa concepção afirmando que a educação ou o seu sinônimo a prática educativa constitui-se um fenômeno social de todos os povos, tornando-se uma ação dos seres humanos imprescindíveis para a formação e desenvolvimento das populações do planeta (LIBÂNEO, 2006; 2010).

E Forquin amplia esse horizonte da ação educativa relacionando-a com a cultura como podemos observar nas palavras abaixo:

Se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação (...) este conteúdo que se transmite na

educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome cultura (FORQUIN, 1993, p.10).

A partir da concepção anterior podemos observar a ampliação do entendimento sobre educação e a inserção da cultura como elemento indispensável para o processo pedagógico.

Como podemos observar o pensamento educacional corrente apresenta poucas modificações ao longo do tempo, buscando só se tornar hegemônico, bem como, a ciências que através de feiras internacionais divulgavam as suas ideias que eram reproduzidas em outros países (NEVES, 2005).

Um dos poucos educadores/intelectuais que busca pensar fora desse eixo hegemônico é Paulo Freire que apresenta como sua definição de educação a ideia que ela “é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática, é naturalmente política, tem que ver com a pureza, jamais com o puritanismo e é em si uma experiência de boniteza” (FREIRE, 2000, p. 89).

Para Paulo essa relação é inseparável entre o fazer (prática educativa) e o pensar (teorizar) como era comum no pensamento dos pensadores do século XIX, porém para ele essa relação é inseparação, totalmente dialética: “Para mim, que me situo entre os que não aceitam a separação impossível entre prática e teoria, toda prática educativa implica numa teoria educativa” (FREIRE, 1981, p.79).

E complementa essa ideia afirmando que

(...) o conhecimento é processo que implica na ação – reflexão do homem sobre o mundo. Acontece, porém, que o caráter teleológico da unidade ação-reflexão, isto é, da práxis, com que o homem, transformando o mundo, se transforma, não pode prescindir daquela atitude comprometida que, desta forma, em nada prejudica nosso espírito crítico ou nossa cientificidade (FREIRE, 1981, p.79).

Desse modo Paulo, entende que a educação tem uma importância muito grande, principalmente no “processo de denúncia da realidade perversa como do anúncio da realidade diferente a nascer da transformação da realidade denunciada” (FREIRE, 2000, p. 90).

Como ação da denúncia, para o ato do anúncio ela pode ser entendida, também, como uma

(...) a ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciências “intencionadas” ao mundo ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente (FREIRE, 1981, p.79).

Ele complementa esse pensamento afirmando que esse tipo de educação está associado a uma “prática pedagógica que histórica, não pode estar alheia às condições concretas do tempo-espaço em que se dá (...) entendendo a nossa presença – a de seres humanos- no mundo” (FREIRE, 2000, p. 92).

Paulo entende esse sentido e a importância da história, baseada no livro Sagrada Família de Karl Marx, no qual esse autor entende a história como um elemento que

(...) não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isto, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos (MARX, 1990, p. 11).

Logo, Paulo afirma que “(...) o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo” (FREIRE, 1981, p.111)

Paulo aprofunda essa análise refletindo sobre a importância da práxi, no processo educativo e não apenas no ato mecanicista reprodutivista hegemônico educativo, afirmando que

a práxis não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão. Mulheres e homens são seres humanos porque se fizeram historicamente seres da práxis e, assim, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele. É que, como seres da práxis e só enquanto tais, ao assumir a situação concreta em que estamos, como condição desafiante, somos capazes de mudar-lhe a

significação por meio de nossa ação. Por isto mesmo é que é impossível a práxis verdadeira no vazio antidialético ao qual leva toda dicotomia sujeito-objeto(FREIRE, 1981, p.109).

Paulo ainda reflete sobre os posicionamentos entre diferentes autores que ou valorizam a teoria e detrimento da prática ou aquelas que fazem o contrário assim

dicotomizam, automaticamente, a prática da teoria que, desta forma, deixam de se constituir como a unidade dialética de que falamos antes. Separada da prática, a teoria é puro verbalismo inoperante; desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego. Por isto mesmo é que não há práxis autêntica fora da unidade dialética ação-reflexão, práxicateoria (FREIRE, 1981, p.110).

De acordo com Paulo Freire (2003, p.73), “(...) enquanto na educação domesticadora há uma necessária dicotomia entre os que manipulam e os que são manipulados, na educação para a libertação não há sujeitos que libertam e objetos que são libertados. Neste processo não pode haver dicotomia entre seus pólos.”

Paulo Freire (2003, p.73-4) acreditava que “(...) a educação para a ‘domesticação’ é um ato de transferência de ‘conhecimento’, enquanto a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade.”

Esse autor afirma que a ação educativa, tem uma relação estreita com a pedagogia, pois uma

ação consciente, intencional e planejada no processo de formação humana, através de objetivos e meios estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade, com que propósitos. Vincula-se, pois, as opções sociais e políticas referentes ao papel da educação em um determinado sistema de relações sociais, a partir daí a pedagogia pode dirigir e orientar a formulação de objetivos e meios do processo educativo (LIBÂNEO, 2013, p.24).

Para Paulo a questão racial e o pensamento colonial está presente ainda nesse época, pois existe um pensamento hegemônico que ainda pensa que os negros e povos nativos são inferiores e que os “mestiços” da América e o problema da sua pobreza está relacionada a sua natureza, como podemos observar o pensamento dela abaixo:

Aprendemos hoje que o desenvolvimento econômico é um problema puramente técnico; que os povos subdesenvolvidos são incapazes – às vezes, por mestiçagem, às vezes, por questão de clima, às vezes, por natureza. Fomos informados hoje de que os negros aprendem menos que os brancos porque são geneticamente inferiores, mesmo que revelem certas indiscutíveis capacidades, como, por exemplo, a de correr, a de usar as mãos, a de resistir fisicamente a trabalhos mais pesados. O indubitável é que toda esta mitificação, através da escola ou não, termina por obstaculizar a capacidade crítica dos homens, em favor da preservação do “status quo” (FREIRE, 1981, p.79).

Segundo Saviani (2005)

No Brasil a origem das instituições escolares pode ser localizada em 1549 com a chegada dos jesuítas que criaram, na então colônia portuguesa. É esse o ponto de partida da história das instituições escolares brasileiras cuja periodização esbocei, a título de hipótese de trabalho, nos seguintes termos: O **primeira fase** (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; **a segunda fase** (1759-1827) está representado pelas “Aulas Régias” instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas idéias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; **a terceira fase** (1827- 890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; **a quarto fase** (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; **a quinta fase** (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário

pedagógico renovador. E a última fase a **sexta**, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005, p. 12).

E mais recentemente, podemos estar entrando em uma nova fase, pois em 2017 ocorreu a promulgação de uma reforma da base curricular, chamada Base Curricular Nacional (BCN) e a reforma do ensino médio que aumenta o tempo de permanência na escola e que possibilita aos alunos escolher no último ano entre quatro tipos de itinerários formativos, estes divididos pelas áreas educacionais, sem estudar as outras áreas com exceção de português e matemática que será estudado em qualquer uma das escolhas.

Como podemos observar o contexto histórico e político pode influenciar os processos educacionais, principalmente que nesses últimos 15 anos temos observado a entrada de novos sujeitos sociais na arena pública da educação, disputando midiaticamente, conceitos, influencia política e recursos financeiros (NEVES, 2005).

Para aprofundar o contexto histórico-político e o processo da colonialidade pedagógica, abaixo analisaremos alguns pontos da história brasileira e de alguns países latinoamericanos para exemplificar a invasão cultural ocorrida na América Latina, como explica Paulo Freire (1987, p. 149) consiste na “penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão”.

Para esse autor os sujeitos da cultura da sociedade matriz fazem uma dominação, se configurando uma invasão, “física, visível, mas as vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda” (Freire, Op. cit. p. 150).

Paulo aprofunda essa análise afirmando que esse processo é alienante, sendo sempre uma violência para os sujeitos da cultura invadida que pode ficar ameaçado de perde uma parte da sua origem cultural ou perdê-la totalmente, pois os invasores são os atores do processo, bem como, modeladores, eles atuam e os invadidos são enganados e “pensam que atuam na atuação dos invasores” (FREIRE, Op. cit., p. 150).

Se trouxermos essa reflexão teórica de Paulo Freire para o contexto histórico-político dos primeiros tempos da dominação/invasão de Abya Yala observaremos as

palavres dele em prática, pois segundo esse autor esse processo “jamais passa pela problematização da realidade dos próprios conteúdos programáticos dos invadidos” (Freire, Op. cit, p. 150), logo se faz necessários desvelar essa realidade para expor os procedimentos e estratégias desenvolvidas pelos invasores/dominadores.

Provavelmente para que esse processo de colonização, opressão, coisificação da vida e mercantilização dos sobreviventes de Abya Ayla e da África fosse exitoso, foi preciso segundo Quijano (2005, p. 17) a construção de “um novo sistema de dominação social e um novo sistema de exploração social... enfim um novo... padrão de poder”.

Para esse autor esse modelo de dominação social tem como eixo estruturante a construção social da concepção da ideia de raça. E conseqüentemente a elaboração de novas identidades sociais da colonização (índios, negros, amarelos, mestiços, brancos entre outras) (QUIJANO, 2005; 2007) e uma concepção de humanidade que diferenciava as populações de diferentes lugares da Terra com base em uma dualidade classificatório de superior para a raça branca e inferior para índios, negros e pardos, bem como, “racional e irracional, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (QUIJANO, 2007, p. 287).

Esse pensamento, permitia construir a imagem que os oprimidos, pelo colonialismo, não são vítimas de uma conflito de poder ou por disputas territoriais, mais receberam a ajuda dos povos civilizados para sair dessa cultura barbara, primitiva, devido a sua inferioridade material e da sua incapacidade sociocultural.

Esse processo de desumanização e encobrimento do outro como argumenta Dussel (1995), também implementado no continente Africano, tem como arcabouço teórico o pensamento da racionalidade utilitarista/salvacionista instituída na Europa, autointitulada centro de difusor da civilidade mundial e da colonialidade do saber, reforçado nas ideias de pensadores europeus, como Hegel (2001) que afirmava

A fraqueza física do americano foi a principal razão de terem-se trazido negros para a América para empregar seu labor no trabalho que deveria ser feito no Novo Mundo; os negros são muito mais susceptíveis à cultura europeia que os índios, e um viajante inglês referiu exemplos de negros que se tornaram competentes cléricos, médicos, etc. (um negro foi o primeiro a descobrir o uso do barco peruano), enquanto ele só se conheceu um único nativo cujo intelecto

era suficientemente desenvolvido para capacitá-lo para o estudo, o qual, porém, morreu pouco depois de começá-lo, devido excessiva ingestão de *brandy* (HEGEL, 2001, p. 31).

Além dele outros filósofos europeus, como Descartes, Spinoza, Locke, Newton entre outros, dos países centrais da padronagem mundial de poder, constituíram um modo peculiar de produzir conhecimento que atendiam as necessidades cognitivas desse modelo, estabelecendo um processo de delineamento do “cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aqueles em relação a está em especial a propriedade dos recursos de produção” (QUIJANO, 2010, p. 85).

As ideias de Hegel e outros pensadores que os africanos eram melhores que os nativos das Américas, e que o seu comércio gerava grandes somas de dinheiro (BEZERRA, 2011) propiciou que esse novo “produto” precisa passar também por um processo pedagógico, para destitui-los de suas tradições culturais aldeã africana para serem moldados aos processos coloniais e escravocratas do “novo mundo” (MAESTRI, 2004).

Enquanto na Europa após o período das grandes revoluções as sociedades organizavam socialmente o seu modo de viver e produzir, na América, influenciada pelas ideias francesas de liberdade, igualdade e fraternidade estava ocorrendo diversos movimentos de independência que resultaram na criação de novas repúblicas, todas influenciadas, pelos ideais da revolução francesa e do pensamento liberal, sendo incentivados pelos países europeus a utilizar a educação como ferramenta para transformar a população de seus novos países de súditos em cidadãos (STRECK, 2008).

Essa colonialidade pedagógica foi reproduzido, também, em todas as partes das Américas, desde os Estados Unidos (CALKINS, 1886), passando pelo México, Cuba, Venezuela (NASSIF; SANTOS, 2010), Argentina (SARMIENTO, 1880) e no Brasil (BARBOSA, 1886).

No Brasil, esse tipo de colonialidade, construiu na pequena elite local uma visão de “seu povo”, isto é, mestiços, negros e “indígenas”, como ignorantes e incapazes de qualquer coisa e que os problemas que afligiam o país seriam resolvidos através da educação, como podemos observar no trecho do texto de Rui Barbosa publicado na Câmara dos Deputados em 1883 como “a ignorância popular, mãe da servilidade e da

miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação” (BARBOSA, 1950).

Nos anos seguintes esse processo colonial vai se transformando lentamente, mudando os sujeitos sociais, como a influência do pensamento europeu da escola ativa com as propostas pedagógicas de Montessori, Decroly entre outros, nas ideias do psicólogo norte-americano Carl Rogers e do filósofo e educador norte americano John Dewey no pensamento educacional brasileiro. Esse último autor tem um papel de destaque pois influenciou as ideias educacionais de autores brasileiros como Anísio Teixeira entre outros (TEIXEIRA, 1990).

Na década de 80 essas tendências pedagógicas e a sua influência nas políticas públicas, no espaço escolar e no trabalho docente foram classificadas no Brasil por Saviani (1981) e depois por Libâneo (1983) de Liberal e progressista.

No campo das políticas públicas em educação essas disputas cederam lugar para a influência político-econômica da Organização das Nações Unidas (ONU) e os sujeitos sociais ilustres elegidos por ela para materializarem as suas propostas pedagógicas nos sistemas educacionais do Brasil e de outros países no Mundo (NEVES, 2000).

Para exemplificar essa influência, tomaremos como exemplo o pesquisador Jean Piaget que foi apresentado no Brasil, por pesquisadores que iam para a Europa fazer doutora em diferentes universidades e entravam em contato com as suas pesquisas e depois ao voltarem para o Brasil traziam essas ideias e reproduziam aqui. Além disso, Jean Piaget é convidado pela ONU para pensar o futuro da educação (PIAGET, 1960) e as suas ideias vão se estruturando na proposta educacional do construtivismo se tornando hegemônica por duas décadas no Brasil (LINO, 1990).

Essa hegemonia não foi tranquila, pois no campo educacional existem outras ideias embasadas por outros autores, como a tendência progressista (SAVIANI, 1981; LIBANEO, 1983) alinhadas no pensamento marxista e as propostas pedagógicas ligadas a ele, como materialismo histórico (SAVIANE, 1990), dialética (KONDER, 1998) e da pedagogia libertadora (do oprimido) de Paulo Freire (FREIRE, 1989) que tensionavam e disputavam a hegemonia do campo.

Como podemos observar toda ação de colonização para oprimir a população originária, negra e mestiça no Brasil e em outros países da América latina, pode ser entendida como um processo da colonialidade pedagógica, porém, como na física toda ação tem uma reação, logo a re(ação) a essa colonialidade pedagógica pode estar relacionada com as propostas educativas de intelectuais marxistas ortodoxos e

posteriormente na década de 60 com o pensamento anti-colonial afro-latino, com Frans Fanon, o pensamento da filosofia da libertação de Enrique Dussel, a teologia da libertação, o pensamento da pedagogia da libertação de Paulo Freire e mais recentemente com o pensamento decolonial e as suas propostas pedagógicas de Catherine Wahls, Maldonado-torres, Cláudia Miranda, Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Candau como veremos no próximo item.

1.6. Pedagogia Decolonial

Como no item anterior falamos da colonialidade pedagógica podemos destacar que STRECK (2010) investiga junto com outros autores as fontes das pedagogias latinoamericanas, que permitem vislumbrarmos diálogos alternativos pela educação popular que começa cooptada pela colonialidade pedagógica, para se “adestrar” o povo rude e inculto de Abya Yala, porém com as a observação de autores latinos como José Martí, José Carlos Mariátegui entre outros que possibilitaram diálogos iniciais com as memórias e histórias dos povos originários e dos camponeses dessa terra para apreendermos sobre educações outras.

A Partir do giro teórico decolonial apresentado em um item acima nessa pesquisa podemos pensar que a colonialidade do poder, do ser e do saber ao ser entendida como uma questão social que gera encobrimento dos seres, também gera resistências e buscas por existências.

Esse pensamento decolonial possibilita a elaboração de caminhos outros que permitem uma rebeldia e a desobediência epistemológicas transfronteiriças permitindo pluralidade de saberes e mundos. Essa forma outra de pensar tensiona a hegemonia ideológica da colonialidade desestabiliza os processos educativos tradicionais/conservadores propiciando uma amplitude para se pensar pedagogias outras (WALSH, 2013; 2014).

Na concepção de pesquisadores como Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Candau a produção do grupo “Modernidade/Colonialidade”, dialoga com o pensamento anterior e nessa constructo teórico relacionado ao giro epistemológico renova os olhares dos pesquisadores e amplia os seus referências permitindo que os mesmos percebam a

presença entre diferentes movimentos sociais e os seus sujeitos históricos em uma prática social e educativa que pode ser denominada de pedagogia decolonial

ou seja, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto, não somente denunciativa em que o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, que concebe a pedagogia como política cultural (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

Caterine Walsh amplia o horizonte teórico explicando que essa pedagogia [...] se esforçam por transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi – e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade (WALSH, 2009a)

Claudia Miranda e Fanny Riascos aprofunda essa análise afirmando que mesmo com o fim do processo colonial e a independência política de diferentes países da Latino-americanos a força do encobrimento do ser e a reprodução da colonialidade ainda

permaneceu nas estruturas sociais, imbricada com a expansão e impacto do imperialismo e do capitalismo no subcontinente. Esta lógica, que foi construída no imaginário dos colonizados ao longo do tempo, se naturalizou na forma de uma colonização internalizada. O que resulta desse longo processo é claramente visível nos dias de hoje. Como exemplo temos a manutenção da colonialidade do poder e de uma dependência cultural (não apenas social e econômica), que implicam na hegemonia eurocêntrica como perspectiva de conhecimento (MIRANDA; RIASCOS, 2016).

Caterine Walsh afirma que o pensamento decolonial está relacionado a criação de um ser humano outro, porém “esta creación no recibe la legitimidad de ninguna potencia sobrenatural: la cosa colonizada se convierte en hombre en el proceso por el cual se libera” (WALSH, 2009b, p. 1).

Para essa autora um importante pensador e revolucionário da martinica e da Argélia Frantz Fanon pode trazer importantes embasamentos teóricos para se pensar a decolonialidade e a sua pedagogia outra, “Es en este contexto mismo que Fanon hace el llamamiento a una "pedagogía para construir una nueva humanidad cuestionadora" (*ibidem*).

E Maldonado-Torres (2005) resgata o conceito de sociogênese de Frantz Fanon e conseqüentemente o seu pensamento sobre a descolonização.

Na sociogênese

Fanon pretende tornar explícita a conexão entre o subjetivo e o objetivo, entre, por um lado, os complexos de inferioridade dos povos negros e colonizados e, por outro, a estrutura particularmente opressiva da sociedade colonial. [...] Conexão [que poderia ajudar] o negro a ser consciente de que a única alternativa para a libertação está em atuar para a mudança social. [...] A sociogênese se converte [...] numa ciência para a humanidade, [...] um tipo de pedagogia, a função da qual não é “educar” na forma tradicional, mas facilitar a autolibertação negra, ao atuar contra as estruturas de opressão e das que negam seu peso ontológico (MALDONADO-TORRES, 2005, p.157 e 158).

Já na descolonização, os sujeitos históricos (des)aprendem, isto é, desaprender as coisas que foram obrigadas a serem conhecidas pelo processo de colonização e a desumanização para reeducasse como seres masculinos e femininos.

Para esse autor esse processo de descolonização efetiva-se quando todos os sujeitos sociais e as coletividades se envolverem em um processo de retirada dos sistemas opressores, conta com a participação ativa de intelectuais engajados com o papel coadjuvante de desencobrir os seres oprimidos por esse sistema colonial, propiciando uma forma de pedagogia política, rompe os grilhões da colonialidade e permitir emergir saberes outros (*ibidem*).

Nesse sentido também Claudia MIRANDA e Fanny Riascos (2016) chamam atenção para um caminho teórico muito potente, que está relacionado aos processos de de autoformação e troca de saberes entre pesquisadoras(es), no caso da pesquisa dela do currículo, ou de outras áreas e com as pedagogias “emergentes”. Além disso podemos estabelecer, como Miranda e Riascos (*ibidem*) entre outros pesquisadores,

como eixo central de nossa pesquisa a discussão a questão da “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2003, p. 202).

A partir da análise crítica de Catherine Walsh podemos identificar alguns conceitos-chaves como: pensamento-outro e a decolonialidade.

Para essa autora o pensamento-outro pode ser entendido da seguinte ótica

a luta contra a não-existência, a existência dominada e a desumanização. É uma perspectiva semelhante à proposta pelo conceito de colonialidade do ser, uma categoria que serve como força para questionar a negação histórica da existência dos não-europeus, como os afrodescendentes e indígenas da América Latina (WALSH, 2005 apud OLIVEIRA; CANDAU, *op. cit.*).

Decolonialidade para ela

representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber (*ibidem*).

Como podemos observar a pedagogia decolonial é um referencial recente e relacionado a pesquisadores engajados que defendem dessa proposta pedagógica outra, pois ela pensa uma educação outra que emergem do chão da terra da América Latina, com um intercâmbio e uma ecologia de saberes com os movimentos sociais que resistem e disputam contra o projeto de subalternização da colonialidade. Projeto esse que marca com os ferros quentes epistemológicos esse povo

como “não europeus” ou “desprovidos de brancura”, todos os (as) outros (as) da colonização – nesse caso, da América Latina – , sofrem a degenerescência de suas identidades e passam a ser representados como aquilo que sobra, o “resto do mundo” (MIRANDA; RIASCOS, 2016).

Esse pensar pedagógico abra oportunidades de diálogo com o campo ambiental, pois pensa a natureza, os seres vivos de outra forma, pois pensa não pela lógica produtivista e desenvolvimentista do capital, mais de uma forma outra se ser, existir e viver em um mundo outro.

1.7 Dialogo entre a Colonialidade pedagógica, Pedagogia Decolonial e a Educação Ambiental

A educação ambiental como campo teórico tem se desenvolvido no mundo, provavelmente desde a publicação de Stapp (1969, p.33)

A educação ambiental é destinada a produzir uma cidadania com conhecimentos sobre o ambiente biofísico e seus problemas associados, conscientes de como ajudar a resolver esses problemas e motivados a trabalhar para sua solução.

E no Brasil esse debate teórico surge com as primeiras dissertações da década de 80 (GUIMARÃES, 1995; REIGOTA, 2002) trazendo como definição nesse período que

[...] a educação ambiental, exige uma postura crítica e um corpo de conhecimento produzido a partir de uma reflexão sobre a realidade vivenciada. Sendo uma proposta comunitária, materializa-se através de um comportamento adequado à proteção ambiental (LIMA, 1984 apud GUIMARÃES, 1995, p.22).

Esse pensamento com viés crítico, provavelmente foi influenciado pelos movimentos sociais desse campo na década de 80 e 90, principalmente a partir da realização da Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada durante o Fórum Global, evento paralelo a RIO 92 (Conferência das Nações Unidas), organizado por diferentes movimentos que ao final dessa jornada divulgou o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” afirmando

que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, (...) afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas (...) consideramos que são inerentes a crise a erosão dos valores básicos, a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro (VIEZZER, 1999).

Após a leitura dessas ideias sobre a definição da educação ambiental poderíamos pensar que esse campo teórico não existem disputas. Porém isso não é verdade, pois a

partir dos anos 90 ocorreu um avanço significativo da EA, com a realização da RIO 92 na cidade do Rio de Janeiro e a mobilização de diferentes movimentos sociais nacionais e estrangeiros, porém essa expansão também sofreu de uma banalização sem precedentes, associada a uma uniformidade e a sua apolitização (REIGOTA, 2000).

Sauvé (2005) aprofunda essa questão afirmando que esse campo, mesmo apresentando temas centrais como a preocupação com o meio ambiente e o entendimento do papel protagonista da educação em relação ao primeiro, os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos apresentam diversas formas discursivas e práticas sobre a EA, constituindo pequenos e grandes consensos para diferentes “auditórios”. Para essa autora a EA pode apresentar quinze correntes de educação ambiental agrupadas por uma lógica cronológica das preponderantes nas décadas de 70 e 80 identificadas como: naturalista; conservacionista/recursista; resolutiva; sistêmica; científica; humanista; moral/ética e a partir da década de 90 as correntes: holística; biorregionalista; prática; crítica; feminista; etnográfica; eco-educação e da sustentabilidade.

Layrargues e Lima (2014) aprofundaram a pesquisa acima estabelecendo três macro-tendências na EA, e afirmam que essas “correntes” estão em processo de luta pela hegemonia simbólica e real desse campo. Para esses autores esse campo no Brasil, pode ser dividido em: conservacionista, pragmática e crítica.

Porém essa classificação ainda não é unanimidade, pois autores como Dias e Bonfim (2016) preferem estabelecer a existência de uma disputa polarizada entre a tendência da EA denominada Conservadora, que podemos chamar de hegemônica, e a outra vertente Crítica que se autointitula contra-hegemônica.

Nessa pesquisa utilizaremos a macro-tendência crítica, sem fazer uma análise das outras duas “correntes”. Para Philippe Layrargues e Gustavo Lima essa tendência crítica tem como base a revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 33).

Já para Loureiro (2004), essa corrente propõe, promover o questionamento às abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação cultura-natureza.

Esse subcampo da EA tem aumentando o número de pesquisadores, teóricos e professores que se autodeclaram filiados a essa corrente teórica da educação ambiental

críticas tais como: BOMFIM, (2008, 2009) DELUIZ e NOVICKI (2004); GUIMARÃES (2000, 2007); GRÜN, (1996); LOUREIRO, (2004); LAYRARGUES, (1997) como meio de se alcançar mudanças efetivas para revertermos a “crise socioambiental”.

Mauro Guimarães afirma que esse referencial teórico pode ajudar no processo de promoção da leitura de mundo mais “complexa e instrumentalizada para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental” (GUIMARÃES, 2004, p. 27).

Porém essa re-leitura de mundo pode ser auxiliada pelas reflexões críticas de três movimentos teóricos a educação ambiental crítica, a justiça ambiental e a ecologia política que contribui para facilitar o processo argumentativo contínuo de ressignificação ideológica desse campo socioambiental, agindo como contraponto das interpretações hegemônicas do senso comum acerca do fenômeno socioambiental. (LAYRARGUES; LOUREIRO, 2013).

A reflexão inicial acima descrita pode ser melhor entendida através da definição de Carlos Frederico Loureiro que Ecologia Política é o

estudo e o reconhecimento de que agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesse diversos demandam na produção de suas existências recursos naturais em um determinado contexto ecológico disputando-os e compartilhando-os com outros agentes (LOUREIRO, 2012, p. 8).

Esse termo teve a sua efervescência inicial nos últimos anos da década de 70 contribuindo significativamente para o campo ambiental, nessa época conhecido como ecológico, que geralmente era apresenta do ponto de vista biologizante e despolitizado dos problemas ambientais, retirando da pauta nacional e internacional e das avaliações sobre os aspectos políticos e sociais (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Já a Ecologia Política fazia o contrário anexava no debate os temas que a maioria das pessoas queriam excluir ou invisibilizar tais como: “modelos de desenvolvimento, os conflitos de classe, os padrões culturais e ideológicos, as injunções políticas dominantes na sociedade, as relações entre estado, sociedade e mercado” (ALIMOMDA, 2006, p. 12).

Complementando as ideias anteriores apresentaremos a noção de conflito ambiental, isto é, as dinâmicas que envolvem grupos sociais com modos diferenciados

de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004).

Em diálogo com os conceitos anteriores apresentamos a estrutura central do conceito de racismo ambiental, definido por Tânia Pacheco como sendo as “injustiças socioambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis” (PACHECO, 2007, p. 2).

Nesse sentido, o Racismo Ambiental pode ser identificado quando os perigos e problemas ambientais relacionados aos processos industriais, de extrativismo ou na disposição de resíduos no ambiente sejam colocados de forma desigual sobre os grupos sociais com pouco ou nenhum poder e recursos financeiros (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Esses conceitos, muito presente nos debates da ecologia política, por sua vez foram importantes para ajudar nas fundamentações teóricas aqui expostas nesse breve diálogo.

Outro conceito que dialoga com os conflitos e o racismo ambiental é denominado de oprimido ambiental, pois

a tomada de consciência do sujeito acerca das condições ambientais nas quais ele está imerso. Nós, cidadãos do mundo, nas condições impostas por nosso sistema econômico, somos obrigados, por exemplo a seguir padrões de alimentação, moradia, acesso à água, ao ar e ao território. Acessos estes que passaram a ser controlados pelo capital, que foram privatizados em função de uma ordem econômica escravizadora da liberdade e do direito do sujeito ao livre acesso a estes elementos, constituintes de seu acesso à vida propriamente dita. (UCHÔA; CASTRO; SÁNCHEZ, 2017; UCHÔA, 2018).

Nesse diálogo mais amplo, Paulo Freire, contribui com as nossas análises a partir da seguinte questão: a educação pode ser trabalhada como instrumento de libertação do oprimido?

Para pensar nessa questão faremos uma releitura da categoria "oprimido urbano", pois a mesma permite pensar como os homens constroem suas relações sociais. Entendendo que a realidade vivida de opressão no contexto social, econômico, político e

ambiental da configuração do capitalismo global. Utilizando ainda essa categoria para delimitar a possibilidade do surgimento de um “Sujeito oprimido/colonizado”, dialogando com a ideia de “saber originário/oprimido/decolonial”.

Nesse sentido a colonialidade pedagógica que dialoga com a educação bancária freiriana pensa no desenvolvimento do projeto da pedagogia da hegemonia que com base em uma educação ambiental do consenso ou conservadora coloca em prática uma educação-adestramento (BRUGGER, 1994) como uma forma de adequação dos indivíduos ao sistema social do capital, promovendo a reprodução de conceitos e habilidades técnicas de forma acrítica, contribuindo para a perpetuação de uma estrutura socioambiental injusta.

Em contrapartida desse modelo educativo bancário temos uma pedagogia da liberdade, da esperança, da autonomia e do oprimido, preconizada por Paulo Freire.

Além disso esse modelo de educação ambiental freiriano dialoga com as diversas categorias instituídas por Paulo Freire que para essa pesquisa elegemos algumas como: oprimido, situação-limite, ato-limite e inédito viável.

Assim Paulo afirma que

A situação dada, como situação problemática, implica no que chamei, em Pedagogia do Oprimido, de “inédito viável”, isto é, a futuridade a ser construída. A concretização do “inédito viável”, que demanda a superação da situação obstaculizante – condição concreta em que estamos independentemente de nossa consciência – só se verifica, porém, através da práxis. Isto significa, enfatizemos, que os seres humanos não sobrepõem a situação concreta, a condição na qual estão, por meio de sua consciência apenas ou de suas intenções. por boas que sejam (FREIRE, 1981, p.111).

Como podemos observar esse arcabouço teórico freiriano e da EA crítica contribui para a práxis educativa e social pois ela terá como

finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. [...] (LOUREIRO, 2005, p.15).

A partir de Todas as questões anteriormente refletidas, bem como, as categorias analisadas são temas que estão abertos e sendo debatidos por pesquisadores de

diferentes regiões do mundo. Não se deve perder de vista, em consequência, que sua pesquisa sistemática e seu debate estão apenas começando.

CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAIÁ DA GUANABARA, R.J. (BRASIL): O FAPP-BG E SEUS CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS.

2.1 De zona de sacrifício a zona de resistência

A Baixada Fluminense desde os tempos da conquista Portuguesa, foi uma terra de sacrifícios, inicialmente dos povos originários, nesse caso específico os Tupinambás, que nessa região ficaram conhecidos como “Jacutingas” que foram totalmente dizimados e esse processo de expropriação de tudo continuou no período “Joanino” (D. João VI) palco de lutas sociais através das resistências dos escravos que construíam quilombos pela região e defendiam o seu território e a sua liberdade com o próprio sangue (SOUZA, 2002; ALVES, 2003).

Nesse processo de transformação território chegam a região grandes fábricas de tecido, inicialmente para a município de Magé e posteriormente para Taquara, em Duque de Caxias, onde a mais conhecida se chamava “Nova América”. Em paralelo a esse processo no município do Rio de Janeiro nasce o movimento operário ligado a indústria têxtil, com a fundação da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) em 1917.

Esse movimento proporcionou muitas lutas sindicais, devido as longas jornadas de trabalho, baixos salários e outros problemas próprios desse movimento e ainda promoviam debates em torno do projeto político brasileiro de desenvolvimento devido a militância engajada politicamente revolucionária (MESQUITA, 2014).

Essas lutas dos operários contra as péssimas condições de trabalho e os baixos salários e a grande greve de 1918 como descrito em comunicação pessoal por MarluCIA Souza

eu acho que tem um marco de resistência é o Movimento Anarco-sindicalista no início do século XX, no século XIX teve as primeiras fábricas de Tecidos, no entorno da, mais precisamente onde hoje é Magé, nos temos Pau Grande, Andorinha, Santo Aleixo [...] surge então 1918 uma greve do pano desses operários da fábrica de tecidos de Magé (comunicação pessoal MarluCIA Souza).

Um novo momento de grandes transformações do território e das relações sociais ocorreu com a construção de grandes rodovias, primeiramente na década de 20, com a inauguração da primeira rodovia asfaltada do país a Rio-Petrópolis (atualmente conhecida com estrada Presidente Kennedy). E depois com a construção na década de 60 da rodovia Washington Luís, um novo ciclo de transformações foi iniciado (SOUZA, 2014).

A partir do momento que as condições de infraestrutura estavam organizadas na região deu início, nessa década, de um novo processo de expansão industrial através das políticas de desenvolvimentismo do governo federal atendendo aos interesses do capital estrangeiro, o imperialismo (BORON, 2010).

Além desse processo ocorreu a expansão da ocupação territorial da região feita em grande parte por migrantes nordestinos e pretos descendentes de escravos alforriados que continuaram vivendo nesse território. Esses sujeitos sociais buscam se articular e reivindicar direitos e instituem a

Frente Negra Brasileira, ela foi uma agremiação criada em 1931... mais ela é uma agremiação partidária, a ideia era eleger representantes negros para o parlamento, para governar o país, só quando veio o golpe do Estado Novo, tanto a Frente Negra como a frente integralistas, tanto os integralistas que eram ultraconservadores também foram destruídos (comunicação pessoal MarluCIA Souza).

Mesmo com o fechamento dessa frente, o movimento negro não se esmoreceu e se reconstituiu a nível nacional criando a

União Cultural dos Homens de Preto, não surge aqui em Caxias não, surge no Brasil inteiro, essa agremiação era uma agremiação negra que tinha um caráter assistencialista, e de afirmação, beleza negra, escolaridade para os negros, biblioteca para os negros, fim da discriminação, ou seja, não eram revolucionários digamos assim e tinha uma outra agremiação chamada de José do Patrocínio, com o mesmo perfil, assistencialista e de afirmação do negro e eram geralmente formados por intelectuais dos setores médio negros, que sofriam imensamente a discriminação no território com a maioria negro, mais com negro sendo escrachado vítimas da violência da higienização (comunicação pessoal MarluCIA Souza).

Na década de 40, em Xerém (Duque de Caxias) foi construída a Fábrica Nacional de Motores (FNM), que na verdade colocou em prática o projeto modernizador civilizador do Estado através da construção de em uma cidade fabril, com alojamentos para operários, engenheiros, escolas, igrejas, praças, teatro e cinema (SOUZA, 2014).

Essa fábrica nos anos seguintes sofreu com as mudanças político econômicas internacionais e nacionais mudando o seu foco e projeto, terminado nas mãos da iniciativa privada, na parceria da Alfa Romeo e Fiat. Atualmente uma parte da fábrica foi transformada em uma linha de montagem de ônibus da empresa Marcopolo e o restante da área da fábrica ficou abandonada e foi sendo ocupada por moradores locais. Um dos hangares de manutenção dos aviões deu lugar a uma cooperativa de catadores de materiais reciclados, que atualmente também beneficia o plástico aumentando o seu valor de venda.

Como podemos observar a região a partir da implantação desse projeto “Cidade do Motor” foi palco de grandes transformações e lutas sociais, principalmente na área rural, devido ao processo de loteamentos sucessivos que estavam ocorrendo, estimulando o assentamento de novos lavradores que expandiram as lavouras na região, porém esse processo de lucro por traz das vendas de loteamento originou um novo ator social o “grileiro” (Alves, 2003), que em parceria com políticos locais atua até os dias atuais. Esse processo de disputa do território rural da região, entre grileiros, que em conluio com políticas e utilizando dinheiro público e facilidades de funcionários públicos corruptos usurpavam terras alheias utilizando documentos falsos, processos jurídicos (despejos) e violência, policial ou de capangas. Essas disputas originaram um movimento de resistência pelos pequenos agricultores, organizados através da Associação dos lavradores Fluminenses (ALF) entre outras. Esse processo se intensificou em se transformou em ocupações em diferentes lugares da Baixada Fluminense. Em resposta ao movimento camponês, os proprietários de terras e o governo se articularam, propiciando um endurecimento da justiça contra os camponeses aumentando os pedidos de despejos e o aumento das armas e de homens junto os fazendeiros. Em resposta ao endurecimento dos proprietários e políticos o movimento camponês ganhou força e se tornou uma das “melhores expressões da capacidade de mobilização, organização e de empreendimento político” das camadas populares (ALVES, 2014, p.73).

Além disso, em 1961 ocorreu a inauguração da refinaria Duque de Caixas nessa localidade, mesmo não totalmente acabada, gerando um aumento do desemprego na região (RAULINO, 2009).

Nesse sentido, todos os fatores acima expostos geraram no meio urbano, um processo de revolta popular expressa pelo saque e quebra-quebra, ocorrido em 1962, que foram todos totalmente silenciados com o golpe militar de 1964 e Duque de Caxias foi elevado à categoria de município de interesse da segurança nacional e tinha seus representantes escolhidos pelo governador.

O período da ditadura promoveu a paralisação de todos os movimentos sociais. Os militantes de vários movimentos, principalmente os estudantis, ou pegaram em armas e criaram grupos revolucionários ou fugiram do país, pouquíssimos foram aqueles que não participaram de nenhuma atividade militante.

Segundo Doimo (1995) depois de 1970, os movimentos sociais brasileiros construíram a sua agenda de lutas em cima das necessidades emergenciais das classes

populares. No campo teórico, os intelectuais da época, propuseram diversas teorias para explicar o fenômeno que estava ocorrendo naquele momento, tentando interpretar como seriam instituídos esses grupos sociais, bem como, as possibilidades de continuarem existindo diante da conjuntura vivida naquele momento e como eles poderiam ser melhor estudados.

Nesse sentido, esses sujeitos sociais populares buscavam, isto é, lutavam por melhores condições de vida nas cidades, que sofreram um forte crescimento entre os anos 70 e 80. Esse processo foi exitoso ampliando o seu escopo e adquirindo novas configurações e força.

Podemos dar como exemplo, pelo aumento de publicações, principalmente cartilhas e livros, elaborados em parceria ONGs de assessoria técnica ou por pesquisadores das universidades. Esse processo de solidariedade mútua promoveu a ampliação e a estruturação de redes colaborativas, criando condições para a instituição dos órgãos de gestão de políticas nas estruturas administrativas governamentais.

Depois de 1980, ocorreu um novo ressurgimento na luta social, pois os grupos sociais ampliaram as suas organizações e deram uma guinada em seus centros de interesse, buscando temáticas específicas como saneamento, saúde, moradia, etc., mais continuaram se conectados por uma rede fraterna contando com o apoio da igreja, ONGs e das universidades (CARDOSO, 1995).

Na Baixada Fluminense, a carência de infraestrutura e ausência de políticas públicas para a população local, propiciou um sentimento de união entre moradores que se organizaram e criaram os “Centros Pró-Melhoramentos” em alguns bairros de diferentes municípios desde 1953.

Em Duque de Caxias um dos primeiros desses “centros” que depois passaram a serem conhecidos como associação de moradores, foi o da Vila Operária. Esse modelo de organização comunitário, teve a colaboração e incentivo de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que foram morar em alguns bairros e favelas da cidade para organizarem a luta operária (FERREIRA, 2011) e de membros da Igreja Católica que a partir da criação da Diocese dessa região em 1985 e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais (operária, da juventude, do povo de rua etc) promoveram um intenso processo de formação evangelizadora e política (OLIVEIRA, 2010). Segundo essa autora no período de 3 anos foram organizados diversos tipos de eventos educativos (círculos bíblicos, assembleias comunitárias, paroquiais, regionais e diocesana), embasados pela teologia da libertação, para construir documentos

comunitários para orientar os seus participantes a estabelecerem, encaminharem e executarem as prioridades dos bairros estabelecidas pelos conselhos comunitários. Esse processo formativo incentivava os católicos a participarem ativamente da vida política da cidade, através dos centros comunitários, associações de moradores e da Ação Social Paulo VI (ASPA), atualmente ocupando cargo nos diferentes conselhos municipais de gestão setorial (OLIVEIRA, *op. cit.*).

Esse processo de formação política e de reflexão sobre a realidade local e a necessidade premente de transformá-la, associados a ausência de espaços de discussão e atuação política, inclusive para escolher os seus próprios representantes devido a intervenção federal respaldada legalmente por que o município era uma área de segurança nacional, colaborou com o surgimento de um movimento social urbano.

Esse movimento se constituiu através da associação de diferentes associações de moradores dos bairros do município formando, a partir dos anos 80, a Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias, chamada de Movimento União de bairros (MUB).

Segundo Alves (2003) o MUB promoveu um processo de criação de novas associações de moradores utilizando como estratégia de luta as demandas sociais das comunidades, principalmente através a implantação de equipamentos públicos urbanos. O movimento utilizou como estratégia de luta as manifestações na rua parando a rodovia e fazendo passeatas do centro do rio até o Palácio Guanabara para cobrar do governador (na época era o Brizola) aplicação de recursos federais no saneamento básico. Outra mobilização muito emblemática, inicialmente levantada pela Pastoral Operária com a adesão imediata do MUB foi a criação da Comissão popular em defesa do trem (COMTREM), tema que está em “voga” na atualidade com as discussões sobre mobilidade urbana. Esse movimento organizou várias reuniões inclusive com representantes da empresa de trens, sem nenhum sucesso e depois fizeram várias grandes manifestações na Central do Brasil, com muita música de protesto, como no exemplo “ai doutor, olha aí Sr. Doutor, pra Guapi e Raiz da Serra o trem nunca melhorou...” (COMTREM, 1985, p. 3). Depois o movimento conversou com ministros e conseguiu o apoio de deputados federais levando a luta para Brasília e atingindo os meios de comunicação, conseguindo novos trens e seis estações remodeladas.

Além disso, ainda tinha o problema da contaminação com o “Pó de Broca”, HCH, da localidade chamada de Cidade dos Meninos, que gerou uma briga com o governo federal e a população local desde a década de 60. Porém no ano de 1985, o

governo resolveu proibir o uso e a comercialização desse produto e assumiu a responsabilidade do problema e queria indenizar 380 famílias pagando somente R\$ 50 mil, porém a associação de moradores desse bairro brigava para que o governo garantisse assistência médica até o fim da vida (SALLUM, 2004).

Como podemos observar a pauta ambiental, mesmo sem ter esse nome, já estava presente nas demandas das lutas sociais desse movimento e de seus parceiros.

A partir do exposto anteriormente, podemos observar que a região não é um território vazio e desprovido de história, pelo contrário um lugar moldado pelas condições materiais e naturais herdadas e pela intervenção de diferentes sujeitos sociais históricos (SOUZA, 2014). Santos (2000) complementa essa ideia afirmando que o território é o espaço, carregado de heranças culturais e materiais do passado e do presente que para aprofundar o seu conhecimento e compreender as suas dinâmicas sociais, devemos conhecer os sujeitos sociais e o diálogo que esses indivíduos fazem com o território.

Como afirma Souza (*op. cit.*) nessa região o processo de modernização está inter-relacionado com o modo antigo de agir, isto é, a violência, autoritarismo, clientelismo, paternalismo e o assistencialismo. A partir desse cenário os movimentos sociais locais que não se renderam a pequena burguesia local em parceria com o projeto hegemônico do capital internacional e o seu projeto de poder através de vários partidos políticos e seus representantes, tiveram que buscar novos caminhos para superar o modo arcaico que ainda impera nessa região.

A partir das lutas sociais apresentadas anteriormente associadas ao “surto” de desenvolvimento industrial e da virada econômica da década de 90 promovidos pelo governos estadual (ALVES, 2003), a transformação da realidade “genocida”, não ocorreu pois com a chegada dos novos empreendimentos, como por exemplo do parque gráfico de um grande grupo de mídia, o Parque Tecnológico de Xerém, revitalização dos setores moveleiros e de madeiras, shoppings populares de confecções de roupas entre outros, aumentaram os problemas ambientais e as doenças ligadas aos determinantes sociais e ambientais, como ocorreu em Maranguape no Ceará, respeitando as suas diferenças territoriais e populacionais, porém que aumentaram os danos ao meio ambiente e os agravos a saúde dos trabalhadores e da população (RIGOTO, 2008).

Esse somatório de problemas socioambientais, a expropriação do território por esse modelo de desenvolvimento capitalista cria as “zonas de sacrifícios”, isto é, decidir

a escolha de um determinado território para receber um empreendimento com base no baixo preço dos terrenos, mesmo sabendo-se que nessas localidades vivem famílias de baixa renda devido aos baixos valores imobiliários, propiciando uma redução nos gastos com a construção e futuras indenizações (GOULD, 2004).

Cuja conceituação foi complementada por Viegas (2006, p.01)

“[...] localidades em que observa-se uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorece escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas”.

E Natalia Rios-Ramiarina destaca que existe uma banalização da vida humana e evidencia, no nosso entedimento o fazer da necroeconomia, afirmando que nesses territórios de sacrifícios “as vidas são mais baratas e os perigos e riscos de acidentes invisibilizados ou subestimados” (RIOS-RAMIARINA, 2011, p. 66)

Essa autora nos alerta que no nosso cotidiano existem posturas que são opressoras e geram processos antidemocráticos, logo

Tais posturas, ao desvalorizarem outros conhecimentos e formas de ser e viver, deslegitimam por um lado a luta de grupos sociais oprimidos de diversas formas, seja por relações de classe, de etnia ou de gênero, compondo as populações de sacrifício, e por outro fortalecem a racionalidade técnico-econômica que orienta e legitima políticas públicas promotoras da degradação ambiental e violadoras dos direitos humanos em nome do desenvolvimento econômico (RIOS-RAMIARINA, 2017, p.7).

Como podemos observar nas palavras dessa autora existe um segmento da sociedade de baixa renda e que vive em territórios ameaçados pelo grande capital que podem transformar-se em populações de sacrifício.

Além disso, Rios-Ramiarina (2011) afirma que essas populações, mesmo saindo da região central do território de sacrifício ainda vão sentir na carne outros efeitos causados por esse modelo de desenvolvimento, que nessa pesquisa também associamos a necroeconomia, através das péssimas condições, da baixa frequência e dos preços elevadíssimos dos transportes coletivos; para as precárias condições e ofertas de especialidades do sistema de saúde pública e no racismo que sofrem por sua cor, bem

como, o preconceito por suas roupas simples e muitas vezes sujas por falta de água ou recursos para materiais de limpeza ou por sua forma de fala diferente.

Essa zona e sua população de sacrifícios vão sentir mais intensamente os efeitos dessa necroeconomia, pois ao mesmo tempo que novas unidades produtivas chegaram aos bairros de Campos Elísios e adjacências localizadas no município de Duque de Caxias, R.J. (imagem 4) as empresas públicas ligadas a Petrobras foram sendo sucateadas, divididas juridicamente em unidades de negócios para serem privatizadas e o montante de recursos destinados para outros investimentos (LORENZI, 2010).

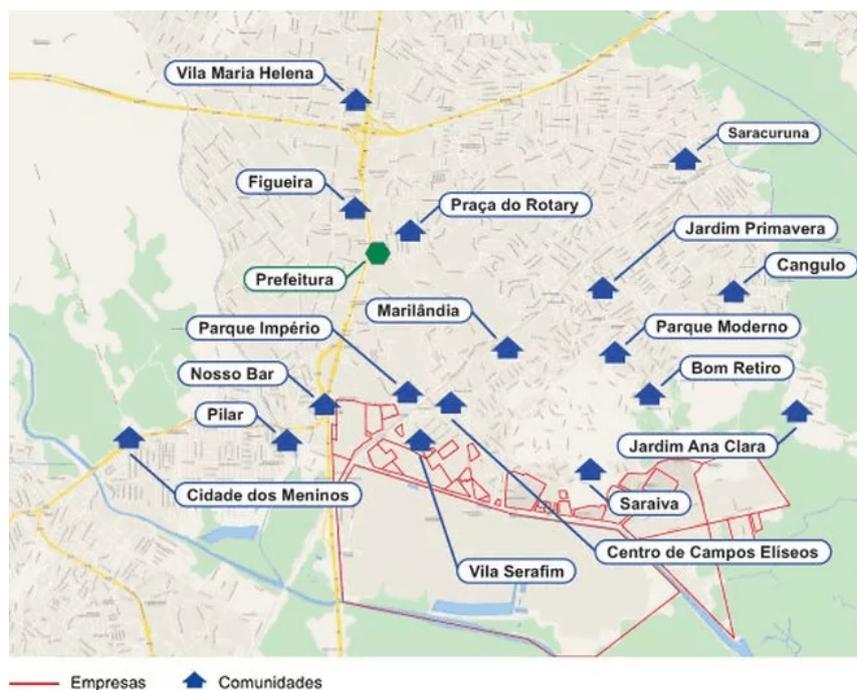


Figura 1 Mapa dos Bairros localizados próximo do complexo industrial petroleiro, petroquímico e da termoeletrica, em vermelho (fonte: <http://www.assecampe.com.br/comunidade.html>)

Esse modelo de gestão, privatizante que ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, pode ter contribuído para a ocorrência dos vazamentos de óleo combustível do duto de PE-II em direção a REDUC nos anos de 1997 e 2000. Esses vazamentos atingiram principalmente a área do fundo da Baía de Guanabara, causando danos ao meio ambiente e às comunidades da região (*ibidem*).

Além disso, essa política neoliberal aumentou os índices de acidentes ocorridos com trabalhadores da Petrobras, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1. Número de acidentes de trabalho ocorrido no período de 2000 a 2008 na REDUC.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de acidentes	18	30	21	19	16	15	9	16	7

Fonte: Unidade Nacional. Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias de março de 2008 - Nº 54.

Tabela 2. Número de acidentes de trabalho ocorrido no período de 2009 a 2018 na REDUC.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Quantidade de acidentes	05	06	08	09	14	17	19	20	28

Fonte: Unidade Nacional. Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias de maio de 2018.

Esses acidentes incentivaram o Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (SINDIPETRO), atuante no município desde a sua criação em 1962, a ampliarem a sua luta compartilhando com a sociedade esses problemas, pois estava ocorrendo um aumento nos acidentes no interior da REDUC oferecendo perigo para a comunidade do entorno. Esse fato está associado as denúncias do sindicato que a refinaria não estava fazendo as notificações dos acidentes de trabalho e encaminhando para a secretaria estadual e municipal de saúde, escondendo da comunidade esses problemas (SINDIPETRO, 2008).

Em 2009 o sindicato amplia a sua participação, também, na luta ambiental da região criando uma Reserva Ambiental dos Petroleiros e assinando um Termo de Compromisso entre o ICMBio e o MST para realizarem atividades em conjunto.

Além disso, o sindicato passa a fazer parte do conselho consultivo da Reserva Biológica do Tinguá, que representa uma grande área do território de Duque de Caxias, e de outros conselhos municipais como o de Meio Ambiente (CONDEMA), cultura e saúde (SINDIPETRO, 2009).

Essa participação sindical em diferentes conselhos de gestão setorial e o diálogo permanente com a universidade e outros movimentos sociais, como MST e o MAB, inclusive sediando um curso de formação do movimento MAB permitiram uma maior divulgação da ocorrência de constantes acidentes de trabalho, da quebra ou incêndios nos equipamentos (da refinaria e de outras empresas), bem como, das denúncias apresentadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e ao Ministério Público do Trabalho (MPT) acerca do Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno (PPEOB) da Reduc (SINDIPETRO, Op.Cit.) e os riscos da ocorrência da síndrome (tireoidite) de Hashimoto na população que reside ao redor da REDUC.

Essas informações foram importantes para que os membros dos conselhos de meio ambiente e saúde e diferentes movimentos sociais que se encontravam nessas

reuniões ampliaram as conversas sobre a necessidade de aprofundar os temas relacionados a indústria do petróleo.

Um desses espaços de debate que contribui para esse desejo coletivo de reunir as informações produzidas pelos sindicatos, universidades, movimentos sociais e ativistas foi VI Conferência Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias, ocorrida no ano de 2010 que se conversou sobre os problemas ambientais da cidade, dando ênfase nas questões relacionadas a mudanças climática, que sofre influência direta da petróleo-dependência do Brasil (STORTTI, 2010).

Dentre as diversas ONGs presentes nesse evento, destaco a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) que desde a década de 70 tem um papel de assessoria de movimentos sociais, em várias cidades do Brasil e na Baixada Fluminense, que por causa das novas configurações do capital, relacionadas a lógica neoliberal “sofreram alterações em suas estratégias e nas suas ações” (MORAES, 2011, p.95).

Essa instituição apresenta como missão “contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável” (FASE, 2017, s/p). E estabelece como definição desse tipo de desenvolvimento como aquele que “contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos” (FASE, 2017, s/p).

Essa ONG, trouxe para as conversas desse período a sua experiência de articulação internacional sobre o petróleo através da sua parceria com a rede internacional Oilwatch, em decorrência do seminário internacional realizado por essas instituições e diversos convidados em 2008, cujo tema central de debates foi a “os rumos da política energética no mundo. Com enfoque na questão dos impactos e injustiças promovidas ao longo da cadeia de produção e consumo de petróleo”. (FASE, 2008, s/p). E a experiência acumulada por debates anteriores em torno do tema do conflito e da justiça ambiental, em parceria com várias instituições de diferentes segmentos, desde 2001 propiciando a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Depois de quatro anos de pesquisas desse grupo foi publicado o mapa de conflitos ambientais do Estado do Rio de Janeiro (FASE, 2006).

2.2 A hegemonia do projeto da Colonialidade: injustiças e conflitos socioambientais

Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no período após a Segunda Guerra Mundial, que essa entidade vem desempenhando um papel de liderança mundial nas relações entre os países. Porém nos anos seguintes essa agência, foi criando suborganizações que controlam todas as áreas das relações internacionais interagindo, orientando diretrizes e políticas públicas em diversos temas, principalmente a área de comércio, através da Organização Mundial do Comércio (OMC) e financeira através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (UCHÔA, 2015).

No campo educacional a ONU, criou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e no campo ambiental essa organização criou a ONU Meio ambiente e o Programa das Nações Unidas Para O Meio Ambiente (PNUMA) (ONUBRASIL, 2017).

As agências do sistema ONU, buscam ditar orientações político-metodológicas em todos os campos. No campo ambiental e mais especificamente na educação ambiental, essa estratégia não foi diferente (STORTTI, 2009).

Após a criação em 1968 do Clube de Roma, um grupo de empresários, intelectuais, funcionários governamentais e cientistas, que publicou um importante relatório chamado “Os limites do Crescimento” fazendo uma análise do estado daquela época das condições de vida no planeta e alertou que se não ocorressem mudanças a humanidade entraria em um colapso (DIAS, 2000; BRASIL, 1998).

Provavelmente em resposta a publicação desse relatório de notáveis, e as mobilizações juvenis dos anos 60, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, inaugurando um período de grandes conferências para a elaboração de consensos internacionais (STORTTI, 2009).

Vinte anos depois dessa primeira grande “auditório” de construção de consensos hegemônicos, essa conferência foi proposta para ocorrer na América Latina e Caribe, palco de insurgências populares e redemocratizações, sendo apelidada de “RIO 1992”. Nessa nova conferência ocorreu uma disputa muito intensa entre as propostas de uma educação (pedagogia) hegemônica da ONU e de todas as suas instituições (NEVES, 2005), e as ideias relacionadas à teoria/educação crítica (STORTTI, 2009; 2015), bem como, em outras áreas ambientais.

A partir desses relatos podemos observar os processos da colonialidade do ser, saber e do poder. Quijano (2001; 2002) explica a força do poder colonial tem como matriz processual a dominação, exploração, disputas do colonizador/opressor com o colonizado/oprimido, bem como, a busca pela hegemonia através do controle das condições mínimas de sobrevivência dos seres vivo, tais como os processos reprodutivos, na venda na força de trabalho, autoridade sobre os grupos sociais, subjetividade, intersubjetividade, recursos naturais e bens mínimos para sobreviver.

Essa disputa travada entre os educadores dessa área ocorreu em torno das propostas que fariam parte do documento final desse grupo. O consenso desses educadores foi materializado no documento chamado de Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (STORTTI, 2009; 2015).

Esse mergulho nas propostas teóricas hegemônicas do Sistema das Nações Unidas, começando pela ideologia e geopolítica do Desenvolvimento Sustentável (DS) (Oliveira, 2005; 2009) permite entender as engrenagens conceituais para se estabelecer maior controle da natureza, que foi transformada em mercadoria pelo Consenso de Commodities (SVAMPA, 2010) e mercantilizada em Bolsas de Valores, que desterritorializam a origem e o destino desses elementos, fomentando o funcionamento do capitalismo (STORTTI, MENEZES, SANCHEZ, 2015).

Na análise sobre DS Oliveira (op.cit.) afirma que essa nova geopolítica mantém a subserviência e expropriação dos bens comuns dos países do Sul, adaptados às ideias neoliberais, aos países do Norte. Para esse autor esse processo de controle desses bens localizados nos territórios do Sul pelos países do Norte foi ampliado após a crise do Petróleo, de 1973, quando os países do Sul foram os protagonistas da crise no mercado mundial e aprofundaram também a do modelo fordista.

Uchôa (2015) amplia esse debate fazendo uma análise dos documentos produzidos pela UNESCO para o desenvolvimento de ações da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) entre 2005 até 2014.

Nessa análise a autora afirma que essa nova agenda da UNESCO, adjetivando a educação com o DS, pode ser considerada como proposta de construção de uma pedagogia do consenso, reforçado pelas palavras do documento chamado de Plano Internacional de Implementação da DEDS, determinando que a EA é uma disciplina voltada para a relação homem com a natureza, restrita a uma dimensão preservacionista

e de gestão dela, destituindo ela de seu caráter político e social, bem como, de temas como a pobreza, democracia e qualidade de vida (UCHÔA, 2015).

Esse processo também acarreta consequências na vida cotidiana de milhares de pessoas, pois essa geopolítica do DS causa graves problemas socioambientais, usurpa água e energia (de diferentes formas), promove a desterritorialização, a pauperização, estimula a violência de diferentes formas (psicológica, verbal, física e sexual) (STORTTI, SILVA, 2014) culminando na morte de pessoas que vivem próximos de grandes empreendimentos financiados por instituições bancárias ou organizações ligadas indiretamente ou diretamente ao desenvolvimento do sistema das Nações Unidas (Banco Mundial, FMI, BID, WIPO, FIDA) (UCHÔA, Op. cit.).

Os governos dos países da América Latina e Caribe têm apoiado esse modelo de desenvolvimento (que nada tem de sustentável, porém carrega esse slogan) e os interesses dos empresários locais e internacionais, flexibilizando leis, cedendo terrenos, áreas em portos ou dando isenções fiscais por vários anos (MALERBA, et all, 2014).

A partir das reflexões anteriores, podemos supor que esse conluio de forças públicas-privadas que não se preocupam com os interesses das comunidades campesinas, tradicionais, e ou populares provocam tencionamentos políticos, sociais, na saúde e no meio ambiente e nos bens comuns. Esses embates podem se transformar em conflitos ambientais, isto é, “...quando impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, água e ou solo comprometem a coexistência localizada entre distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos” (ACSERALD,2004, p.9).

2.2.1 A necroeconomia, os conflitos ambientais e as perdas dos modos de viver e existir das populações.

Na introdução dessa pesquisa apresentamos o conceito de necro-economia de Horacio Machado Aráoz que chama atenção que o mentor desse modelo da morte é o capital. Logo, apresenta uma explicação com base no marxismo para afirmar que esse tipo de economia encontra-se focada no valor de câmbio, considerando a natureza como uma simples variável desse sistema. Além disso, pensa os seres humanos como indivíduos, construindo um processo de individualização desses seres apartando-os da natureza e de outros seres e a sua relação com o território.

A partir desse conceito que pensa nesse processo de morte da vida, dos seres vivos e do território, podemos trazer para o diálogo o conceito de conflitos ambientais, isto é uma

quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis. [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004: 26).

Logo podemos perceber que os conflitos ambientais estão associados a diferente distribuição de formas de usar o território, deflagando uma separação socioespacial, que evidencia a diferença social que fica evidente nas formas muito diferentes desses grupos sociais serem afetados pelos riscos urbanos (ACSELRAD, 2004).

Os estudos sobre os conflitos ambientais terão um papel de destaque nessa pesquisa. Eles tem crescido muito, sendo construído algumas plataformas online para divulgação e pesquisa desses processos, tais como: o site do mapa de conflitos ambientais envolvendo Injustiça ambiental e Saúde no Brasil (<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>).

Segundo informações do site, anteriormente apresentado, esse banco de dados contém 300 casos brasileiros com a descrição da localidade onde ocorreu esse conflito, as populações atingidas, os riscos e impactos ambientais e os problemas de saúde (FIRPO, 20010).

Existe também uma outra base de dados, chamada de Environment Justice Organization Liabilities and Trade (EJOLT) que constitui um mapa mundial de conflitos disponível no site <http://www.ejolt.org/>. Essa base de dados possui 1800 casos de conflitos mapeados e georeferenciados.

Além disso, outros mapas com recortes temáticos sobre os conflitos foram elaborados, como o Mapa de Conflitos da mineração, organizado pelo Observatório de Conflitos Mineros de America Latina, composto por mais de 40 organizações sociais diferentes divididas por vários países Latinoamericanos.



Figura 2 Mapa da distribuição de conflitos ambientais relacionados a mineração (fonte: http://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/)

E também existe o mapa relacionado aos conflitos do Petróleo, organizado pela ONG Observatorio Petrolero Sur. Esse movimento é secretariado pela ONG Centro de Políticas Públicas para el Socialismo (CEPPAS). Esse observatório dialoga com outros movimentos e ou instituições relacionadas ao mesmo tema como a Multisectorial contra la Hidrofactura de Neuquen, a Rede Global OILWATCH, com sede no Equador e no Brasil a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía da Guanabara e o Fórum do Complexo portuário de SUAPE e ONG de assessoria aos movimentos sociais chamada de FASE.

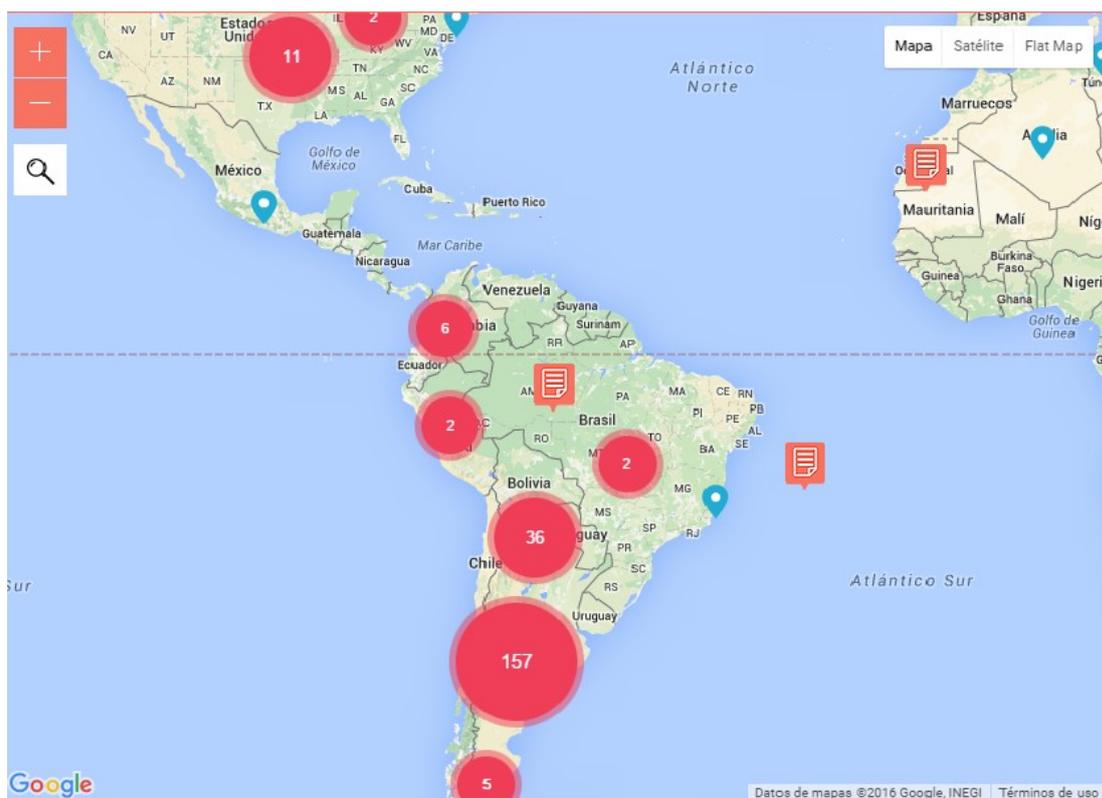


Figura 3 Mapa da distribuição de conflitos ambientais relacionados ao petróleo e fracking (Fonte: <http://www.opsur.org.ar/blog/mapa-2/>)

Como podemos observar nos mapas anteriores nesse momento a América Latina, apresenta forte movimento de resistência contra os processos de espoliação dos territórios que ocorreram tanto nas áreas rurais como nas regiões urbanas.

A partir das informações anteriores, podemos nos questionar sobre quem são esses novos sujeitos histórico-políticos?

Para refletir sobre essa questão, podemos buscar nas palavras de Hopstein (2011) uma explicação utilizando como pano de fundo o cenário político econômico neoliberal que provavelmente propiciou o surgimento de novos movimentos sociais, tais como: os Zapatistas, guerras dos recursos naturais desencadeadas na Bolívia, peneção argentino, as juntas “vecinales” ou “Asambleas Barriales” que estabeleceram estruturas de autogoverno, Movimento dos Sem Terra (MST), movimentos indígenas como os de Chiapas e da Bolívia.

Para Zibechi (2008), esses grupos são movimentos de resistência ampliando a sua ação coletiva para toda a sociedade, porém não todos homogeneamente, como geralmente pensam os grupos dominantes, mais aqueles cujas trocas sociais e as suas

práticas de trabalho não capitalistas, sua estruturação, formas de pensar e representar a si mesma e o mundo são diferentes desses grupos.

Bogado (2011) aprofunda essa concepção afirmando que outra característica desses movimentos está relacionada aos processos de ensino-aprendizagem que se desenvolvem dessas ações coletivas. Gohn (2012) dialoga com esse pensamento afirmando que a hipótese do caráter educativo dos movimentos sociais foi comprovada na prática em diferentes tipos de movimentos que emergiram nesse século.

Para BOGADO (op. cit. apud VERRANGIA 2009) esse caráter pedagógico pode ser entendido através da (con)vivência social, principalmente na troca diária, facilitando o surgimento de processos educativos.

Segundo essa autora, esse potencial educativo, também pode estar relacionado aos novos sujeitos participantes desses movimentos, com novas racionalidades, propiciando novas oportunidades de viver e reviver novas experiências existências, questionando as normas e regras da sociedade capitalista, que na nossa concepção não estão amarradas e direcionadas na pedagogia da hegemonia, como citamos anteriormente, tornando-se uma corrente contra-hegemônica na transformação social que um determinado coletivo deseja alcançar.

Bogado (op. cit.) complementa as ideias anteriores sobre o processo educativo nos movimentos sociais, explicando que as vivências de uma luta social, e nós incluiremos a questão ambiental, promove processos educativos relacionados às relações sociais, podendo ocorrer inconscientemente ou sem intenção explícita de um determinado grupo. Além disso, Meluci (2003) destaca a importância da dimensão cultural de uma ação coletiva, relacionando-a ao fator educativo, bem como, a sua capacidade de potencializar e adensar um processo social e cultural.

Para aprofundarmos a análise anterior, dialogaremos com Caldart (2003) que ao refletir sobre o processo educativo emergente do MST afirma a presença de uma pedagogia, isto é, uma práxis específica, que é construída coletivamente para os processos educativos e de formação de seus militantes. Para a autora essa proposta pedagógica, está relacionada ao processo de formação do sujeito histórico, denominado “Sem Terra”, reforçado na autodenominação das crianças desse movimento que se chamam “Sem Terrinhas”.

Para essa autora a principal concepção educativa está relacionada ao processo de institucionalização histórica do movimento, juntando diversas correntes pedagógicas, principalmente, aquelas ligadas a pedagogia da luta social, da terra e da história, onde

cada uma delas ajuda a produzir traços de uma identidade específica, mística e de um projeto de mundo e sociedade (CALDART, *op. cit.*), na nossa concepção completamente diferente do modelo hegemônico do capitalismo. Essa autora ainda destaca a presença de um sujeito pedagógico nesse movimento, emergindo dos debates entre os educadores do movimento, tornando o seu fazer pedagógico uma referência de sua “práxis”, que permite em um movimento dialógico internamente e externamente ao movimento identificar limites e desafios a serem superados.

Como identificamos anteriormente, na concepção de Caldart (2003) observar as dinâmicas de um movimento e o seu contexto histórico de luta social permite identificar a proposta pedagógica construída por esse grupo social, a sua concepção de educação voltada para o processo de humanização de seus militantes, bem como, a práxis coletiva humanizadora.

Para essa autora estes processos educativos podem propiciar repensarmos as nossas propostas educativas, bem como, a nossa própria práxis, dentro e fora dos espaços escolares (CALDART, 2003).

Logo, a partir das concepções de educação, anteriormente levantadas, ligadas aos movimentos sociais, acima citados, podemos pensar como outros movimentos operam com os processos educativos, isto é, os seus saberes, com base na concepção Freireana de saber como um ato de poder (FREIRE, 2003), em especial, aqueles que emergem das suas lutas socioambientais anteriormente apresentadas?

Para Caciani, Cassanello, Telias (2009) é importante pensar nos processos de construção, transmissão e legitimação social dos saberes produzidos nas atividades dos movimentos sociais, pois esses processos podem favorecer, dar unidade e potencializar a luta social. Essas autoras também corroboram com o pensamento Freiriano e destacam que esse poder de dizer as suas ideias possibilitam aos participantes desses movimentos se constituem como sujeitos capaz de problematizar a sua própria realidade. Para essas autoras os saberes que se constituem em movimentos sociais relacionados a lutas ambientais, não podem ser reduzidos somente a sua preocupação com os ecossistemas e os recursos naturais, mais de forma mais ampla com as lutas históricas que mostram uma nova realidade social e política, possibilitando novas formas de compreender e aprender a vida.

A partir da afirmação anterior, podemos aprofundar essa reflexão pensando se existe um processo de educação ambiental relacionado as lutas socioambientais?

Na concepção de Caciani, Cassanello, Telias (2009) a dimensão cultural tem um papel preponderante nas ações coletivas, pois as mesmas estão entranhadas na experiência cotidiana de seus militantes individualmente e ou coletivamente, podendo ser relacionadas ao "papel" da educação nesses grupos sociais, pois a problemática ambiental organiza o sentido da coletividade. Para essas autoras a imersão das ações coletivas cujas reivindicações são relacionadas as questões socioambientais locais, podem ser entendidas como práticas de educação ambiental.

A partir dessa ideia, elas destacam que as ações coletivas resgatam o caráter político da educação ambiental, pois questionam os fundamentos do modelo de desenvolvimento, atual, isto é, o projeto hegemônico dos EDS. Para elas esse enfrentamento estaria relacionado a concepção desses grupos sociais que a crise e os conflitos ambientais são "fenômenos sociais provocados, provavelmente, pela reprodução globalizada do capital e pela nova divisão internacional e territorial do trabalho e da desigualdade social" (CACIANI, CASSANELLO, TELIAS; 2009, p.7).

Esse caráter político da educação ambiental também é destacado por outros pesquisadores como Viezzer, Ovalles (1995) quando apresentam o item número quatro (4) do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que resalta que esse tipo de educação não é neutra, mas um ato político. Além deles, Gonzalez-Guadiano (2005) reforça essa ideia ao falar do caráter marginal dos educadores latino-americanos e caribenhos desse campo, relacionando a sua natureza libertaria, para subverter a ordem social existente, sendo este um dos componentes políticos, bem como, Tozoni-Reis (2007) que afirma que essa temática apresenta esse viés pois possibilita construir através da participação radical dos atores sociais a transformação equitativa dos territórios.

Caciani, Cassanello, Telias (2009) aprofundam a questão anterior ao investigar a relação entre um movimento socioambiental atual, chamado de "Union de Asambleas Ciudadanas" (UAC) da Argentina e a educação ambiental afirmando que o tema da educação tem ganhado um lugar de destaque e tem sido referência nos discursos desse movimento. Elas explicam que o objetivo central da educação para esse grupo é "educar para la libertad en un ambiente sano y diverso" (CACIANI, CASSANELLO, TELIAS; 2009, p.7) utilizando como referencial teórico Paulo Freire.

CAPÍTULO III – Percursos teórico-metodológicos

Fazendo pesquisa educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para por em prática os resultados da pesquisa, não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento.

(Paulo Freire, 1983)

A partir das epígrafes anteriores de Paulo Freire (1981;1983) podemos pensar no desafio que será construir um caminho metodológico, que não seja uma "camisa de força".

Para continuarmos a pensar nas questões metodológicas, dialogamos com Goldenberg (1999), que na concepção dela, pesquisa não é só seguir algumas orientações metodológicas, mais sim refletir e construir uma nova maneira de "ver" a sociedade e tudo ao seu redor.

Minayo (2002) complementa o pensamento anterior, afirmando que uma metodologia se torna um caminho do processo mental e do fazer desenvolvida na ação de abordar a aquilo que condiz com o real, estabelecendo uma orientação que se torna muito maior que apenas um conjunto de técnicas.

Para essa autora, uma pesquisa possui princípios teóricos que estão relacionados ao modo de fazer, dialogando-se com a entidade empírica e com o que pensamos sobre as coisas como achamos que são, porém, os outros elementos constitutivos desse processo são a criatividade, a sensibilidade e a vivência concreta da realidade dos seres humanos (MINAYO, 2002).

A partir desse ponto de vista, construímos nessa dessa tese um processo que relacionará aspectos teóricos com determinadas técnicas, além de muita sensibilidade e persistência sobre o desenrolar dos fatos sociais, oportunizando diversos momentos de aprendizagem para além daqueles relacionados com a ciência propriamente dita, pois na nossa concepção a pesquisa inter-relaciona pensamento e ação ou nas palavras de Paulo Freire a Práxis, que se configura na dialética entre o agir e o refletir (FREIRE, 2010).

Nessa tese, utilizamos uma abordagem qualitativa cuja característica mais destacada está relacionada a sua capacidade de “compreender ou “interpretar” os fatos

sociais, pois segundo essa abordagem os sujeitos sociais vivem de acordo com suas crenças, percepções, sentimentos e valores (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

Para desvelar um determinado processo social, pode-se usar um olhar sistematizado, indo além das interpretações subjetivas, através de recursos teórico-metodológicos, propiciando fazer essa empreitada sob um determinado referencial.

A partir das reflexões e escolhas anteriores, passaremos a seguir as orientações de Minayo (1994) que uma investigação é um trabalho artesanal, necessitando da criatividade e se concretiza através de uma linguagem embasada em conceitos, presunções, métodos, técnicas, isto é, um código constituído por um ciclo próprio.

Essa autora, divide esse ciclo em 3 etapas: o primeiro exploratório, o segunda o trabalho de campo e o última o tratamento desse material levantado.

Para essa autora, a etapa exploratória configura-se a refletirmos sobre o tema, objeto, os pressupostos, as teorias e o projeto de investigação (*ibidem*,1994). Essa etapa já foi realizada no capítulo anterior e o projeto foi apresentado e refletido com o auxílio da banca de professores que durante a qualificação me auxiliaram a aprofundar essa análise.

3.1 Trabalho de campo (Procedimentos e instrumentos de coleta de dados)

Agora passaremos para trabalho de campo, “que consiste no recorte empírico da construção teórica” (*Ibid.*,1994, p.26) estabelecida nessa pesquisa. A partir das nossas reflexões optamos pelo levantamento de material documental, instrucional e audiovisual em abundância na internet produzido pelo FAPP-BG e recolhemos um depoimento de cada liderança, mais representativa, de cada movimento para complementar esse levantamento.

3.1.1 Material textual e audiovisual

A pesquisa documental pode ser definida como uma forma de coleta de dados direcionada a documentos de qualquer tipo (fontes primárias) (MARCONI; LAKATOS, 2010). IGLESIAS; GÓMEZ (2004) afirmam que o tratamento documental tem por objetivo descrever e representar o conteúdo dos documentos de uma forma distinta do

original, visando garantir a recuperação da informação nele contida e possibilitar seu intercâmbio, difusão e uso.

Esse tipo de pesquisa utiliza os documentos persistentes e continuados, podemos citar como exemplo os documentos governamentais (GIL, 2008), os quais são investigados a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características, estudando a realidade presente (CERVO & BERVIAN, 2002).

Esses documentos escritos proporcionam informações que facilitam a compreensão dos fatos e relações, isto é, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) os documentos desejados em uma pesquisa podem se constituídos por diferentes tipos de registros que permitam oferecer informações sobre o tema investigado. Para esses autores qualquer documento pode oferecer muitas informações, princípios e normas que orientam as condutas de um grupo social. Além disso, esse tipo de análise permite a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no mesmo, além da contextualização dos fatos em determinados momentos históricos (MOREIRA, 2005).

Para o levantamento do material documental e instrucional dessa pesquisa realizamos primeiramente uma investigação na internet, através de diferentes sites de busca (google, yahoo e bing). Nesse processo, identificamos que o FAPP-BG possui um espaço virtual próprio e uma conta no facebook e no Youtube. A partir dessa identificação inicial desses espaços virtuais de divulgação de informações fizemos uma releitura das informações disponíveis nesses espaços da internet no domínio do FAPP-BG (<http://www.fapp-bg.org/>). Desse levantamento elegemos um livro, notícias, ações práticas e produções audiovisuais para serem analisadas em detalhe.

Os documentos virtuais escolhidos foram os seguintes: livro (título: “50 anos de Reduc: perdas, ganhos e danos”); notícias relacionadas a outros movimentos sociais e ao tema do petróleo, prática social (seminários, debates públicos, manifestações na porta de empresas Petroleiras, tóxico tour e ecovivências) e as produções audiovisuais (Baía tóxica e tóxico tour internacional). Esses elementos textuais estão detalhados no capítulo dos resultados.

3.1.2 Entrevista Semi-estruturada

Segundo Neto (1997) a entrevista é o procedimento mais frequente no trabalho de campo, pois através dele o investigador procura conseguir informações nas palavras do sujeito social entrevistado.

Goldenberg (1999) afirma que as pesquisas geralmente fazem uma entrevista com a pessoa que sabe mais do que qualquer outra sobre o tema que está se investigando. A partir dessa afirmação fazer uma entrevista parece uma tarefa fácil, porém ao ler outros autores verificamos que essa tarefa requer reflexões, análises e cuidados antes de ser executada.

Nesse sentido, precisamos decidir que tipo de entrevista realizaremos: “aberta”, “fechada”? Para Goldenberg (1999) essa escolha está associada a definição se as perguntas são: “abertas”, com “respostas livres”; “fechadas”, neste caso as “respostas são limitadas às alternativas apresentadas” e entrevista projetiva, utilizando “recursos visuais (quadros, pinturas, fotos) para estimular a resposta” (Ibidem, 1999, p.86).

Porém, na concepção de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) as entrevistas em pesquisas qualitativas são pouco estruturadas, sem um ordenamento rígido para as perguntas, se tornando parecido com um bate-papo. Para esses autores uma pesquisa que se utiliza desse instrumento está querendo entender o significado estabelecido pelos atores sociais a determinados eventos, questões, processos sociais ou pessoas que fazem parte de sua vida cotidiana.

Corroborando com os autores anteriores, Trivinões (1997) sugere que em alguns tipos de pesquisas qualitativas devem usar a entrevista semi-estruturada, pois ela valoriza a participação do pesquisador, favorecendo que o depoente entrevistado se sinta livre e fale de suas emoções e percepções.

Para o autor, esse tipo de entrevista não nasce pronta, ela corresponde ao somatório da teoria escolhida na pesquisa e as informações que foram levantadas sobre o fenômeno social investigado, em consonância com a escolha dos informantes (*ibidem*,1997).

Nesta tese decidimos conduzir as entrevistas semi-estruturadas pelas explicações expostas acima.

O próximo passo dessa etapa foi escolher alguns militantes desse Fórum para serem entrevistado. No FAPP-BG, que tive oportunidade de participar de seu processo de criação, devido a minha trajetória contado na introdução, a tarefa que parecia mais fácil, porém por conhecer mais os seus militantes, foi mais difícil.

Depois de refletir muito sobre que militantes escolheríamos para serem entrevistados, optamos por perguntar aos membros desse grupo quem eles indicariam para participarem dessa etapa da pesquisa e o nome mais sugerido foi o do senhor Daniel da Silva. E seguimos essa ordem de nomes sugeridos complementando com as indicações feitas no final da entrevista de cada militante escolhido.

Abaixo apresentaremos um pouco da vasta experiência dos militantes entrevistados do FAPP-BG:

Entrevistado I:

Nesse processo começamos com o senhor Daniel Ferreira da Silva, pois entre os militantes era o que tinha maior experiência e tempo de militância. O senhor Daniel tem 49 anos dedicados a militância social, iniciando essa jornada no sindicato de torneiros mecânicos e depois atuando na Associação de Moradores do Bairro do Gramacho em Duque de Caxias e depois no movimento Unificado de Bairros, chamado de MUB.

Ele acompanhou de perto as obras de vários projetos de saneamento que ocorreram na Baixada Fluminense. E participa de diversos conselhos municipais e Estaduais de meio ambiente, da cidade, saúde e da Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara entre outras arenas públicas de participação. O depoente durante a entrevista sugeriu que conversássemos com o senhor Miguel “Do Pó”.

Entrevistado II:

Miguel Silva tem 49 anos com 27 anos de experiência em ativismo social. Ele é um militante ambientalista que começou a sua trajetória a partir da identificação no bairro em que morava chamado de Cidade dos Meninos de um depósito de um produto químico muito perigoso, chamado de “Pó de Broca”, que inclusive originou o seu apelido/sobrenome, atualmente ele fundou e coordena uma ONG chamada Ecocidade, é membro da Associação Permanente de Entidades Ambientistas (APEDEMA), além de participar de diversos conselhos municipais de meio ambiente, da cidade e de saúde, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de

Guanabara entre outras arenas públicas de participação. Ao final da sua entrevista ele sugeriu conversarmos com o sindicalista Sérgio Abade.

Entrevistado III

Sérgio Abade possui 34 anos de militância sindical, atualmente participa da CUT, porém já participou do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (SINDIPETRO) e tem 40 anos de militância político partidária, iniciando essa jornada no Partido Comunista, passando pelo PDT e atualmente se encontra filiado ao PT. Pelo SINDIPETRO criou uma unidade de proteção ambiental chamada de Reserva do Patrimônio (RPPN) dos Petroleiros, além de participar como membro eleito do conselho municipal de meio ambiente e de saúde, entre outras arenas públicas de participação.

Entrevistado IV

Leila Salles possui 15 anos de militância social tendo participado da ONG Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), iniciou a faculdade de Ciências Sociais no ano de 2007 (aos 40 anos) e alguns anos depois concluiu mestrado em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foi professora de sociologia da Rede pública Estadual do Rio de Janeiro. E atualmente fundou um espaço cultural em Belford Roxo, para oferecer cursos, atrações artísticas a população da Baixada Fluminense. Ao final da entrevista Leila perguntou se nós tínhamos entrevistado a militante Juliana Malerba e a partir da nossa negativa sugeriu que não deixássemos de falar com ela.

Entrevistada V:

Marlucia de Souza tem 47 anos de militância. Ela é formada em história e tem mestrado em educação. Ela é professora da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e da rede municipal de educação de Duque de Caxias. Ela é integrante do Sindicato dos Professores do Estado e do município de Duque de Caxias, chamado de SEPE. Ela fundou uma ONG o GERA e criou o Museu Vivo do São Bento e participou de conselhos municipais o de meio ambiente e da cultura, entre outras arenas públicas de participação. Ela ao final da sua entrevista indicou o professor Sebastião Raulino como uma militante muito importante para ser entrevistado, pois foi um dos idealizadores do FAPP-BG.

Entrevistada VI:

Juliana Malerba tem 25 anos de militante socioambiental. Ela participa da ONG chamada de Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), fez faculdade de economia, mestrado e doutorado. E participa de redes de entidades e militantes socioambientais, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Rede Oilwalch e de mudanças climáticas. Ao longo de sua entrevista a depoente perguntou se tínhamos conversado com Sebastião Raulino pois conhece em detalhes dessa luta e da constituição desse Fórum

Entrevistado VII:

Sebastião Raulino tem 34 anos de militância, desde os 14 anos participa de movimentos de associações de moradores e de movimentos religiosos, ligados a Igreja Católica. E fez faculdade de biologia, especialista em EA (UERJ) e depois mestrado e doutorado, este último no IPPUR da UFRJ, em temas relacionados a questões do seu território de nascença a Baixada Fluminense. Ele é professor da secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro, trabalhando no bairro da Pavuna próximo a Baixada, e de Duque de Caxias. Além disso, participa da Rede Brasileira por Justiça Ambiental e do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara entre outras coisas.

Ao longo do processo de escolha dos entrevistados, conversamos no nosso grupo de pesquisa (GEASUR) sobre que perguntas poderiam ser feitas para os nossos entrevistados. Depois de algumas reflexões chegamos a 7 perguntas que compuseram o roteiro de entrevista: a) fale da sua trajetória até os dias de hoje? b) Conte a história do movimento social que você participa? c) Explique os motivos que te levaram a participar desse movimento? d) Você tem aprendido com esse movimento? O que? e) você ensina alguma coisa nesse movimento? O que ? f) Descreva as atividades mais importantes do movimento? g) Quando vocês vão elaborar alguma atividade do movimento em que vocês se baseiam?

3.2 Tratamento das informações coletadas.

Bardin (2011), divide uma análise em várias etapas e processos. Para ela a primeira etapa seria uma pré-análise dos dados, que podemos também chamar de uma leitura flutuante, que permite aumentar a sua precisão, diretamente relacionada a hipótese da pesquisa, já apresentada, bem como das teorias que foram selecionadas e que também podem ser acrescidas dependendo das primeiras impressões registradas.

Logo em seguida, a autora recomenda que se faça a escolha dos documentos a serem analisados, apresentados no item anterior.

Para realizar essa escolha, seguimos a regra da exaustividade, sugerida por essa autora. Nessa regra os documentos escolhidos na etapa anterior devem ser encontrados e analisados, evitando-se ao máximo que algum desses documentos fique de fora dessa análise (BARDIN, OP. CIT.).

Para essa autora ainda existem outras regras tais como: regra da homogeneidade e a regra de pertinência, seguidas nessa pesquisa.

Na primeira regra (homogeneidade) deve-se se ter o cuidado de os documentos escolhidos serem de naturezas parecidas, isto é, se vamos olhamos bananas não podemos escolher maçãs para comparar e estarem relacionados a uma regra de sua separação.

Na outra regra (pertinência) a autora sugere o cuidado na escolha dos documentos, para que os mesmos estejam relacionados a sua fonte de informação, dialogando com o objetivo da pesquisa (BARDIN, *op. cit.*).

Na concepção de Bardin (*ibidem*) a análise do conteúdo permite examinar o que mais se destaca no texto para organizá-lo de forma que possibilitem se elaborar um raciocínio, com base em proposições assumidas como verossímeis pelas relações que se estabelece com outras ideias também pensadas como verdadeiras.

Nessa pesquisa procuramos refletir sobre a recorrência ou a negação de uma ou várias ideias (conteúdos) nas palavras dos materiais impressos, audiovisuais e dos entrevistados transcritas. Repetimos uma leitura flutuante em todos os documentos levantados e depois buscamos compará-las entre si e logo em seguida classificá-las levantando as analogias com as temáticas apresentadas no problema da pesquisa e nos objetivos, bem como, (re)elaborando outros temas que podem emergir a partir de trechos transcritos das entrevistas.

Segundo essa autora esse tipo de análise, é considerada como um conjunto de técnicas que se inicia através de um processo de comunicação, estando relacionada a mensagem do emissor e as inferências que podemos fazer em cima delas.

O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras (BARDIN, IBIDEM, p. 39)

Nesse sentido, fazer inferências durante a análise dos dados, pensando nas determinações sociais e históricas da vida material de seus produtores, possibilitando construir prognoses relacionadas com as mensagens, que dialogam com os temas, o problema e os objetivos dessa pesquisa, fundamentada nos pressupostos teóricos.

A partir das inferências feitas nessa primeira etapa, realizamos uma releitura dos livros e artigos relacionados a pesquisa em Análise de conteúdos para escolhermos que tipo de recorte, isto é, tipo de unidade de análise de registo, optaríamos por fazer a análise dos dados levantados. Aprofundando a reflexão sobre essa questão, apresentamos a definição de Puglise e Franco (1999, p.37) “a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” ou como Gomes (2002, p.75) chama de “unidades que se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem”.

Como já tínhamos identificado uma quantidade grande de tipos, “naturezas ou dimensões variadas” (BARDIN, 1977, p.104) para fazer os recortes a serem utilizados, porém para o nosso tipo de problema de pesquisa, objetivos e da hipótese optamos por realizar a análise temática (temas) como sugere Campos (2004), o que nos leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise, podendo ser definida como “a uma unidade maior em torno da qual tiramos uma conclusão” (GOMES, Op. Cit., p.75).

3.2.1 Análise Temática

Como definido por Berelson (APUD, BARDIN, IBIDEM, p. 105)

“uma afirmação acerca de um assunto, quer dizer, uma frase ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afectado um vasto conjunto de formulações singulares”.

Segundo Bardin (1977, p.105) o tema pode ser identificado como uma “unidade de significações” que emerge de um texto investigado, em diálogo com a teoria escolhida.

Na concepção de Campos (2004) o tema a ser investigado pode emergir das opções e experiências do investigador, destacando as unidades de análise temáticas, que forem retiradas dos documentos e dos registros audiovisuais transcritos em textos, seguindo um protocolo dinâmico e instigado pelo foco da pesquisa, que em alguns momentos estará relacionada na concretude da mensagem, ora nas temáticas não óbvias do contexto.

Esse autor pondera a dificuldade desse processo chamando atenção para o instante de balizar claramente como ocorreu e porque foram feitas determinadas opções para a escolha de um determinado trecho, porém, ele salienta que também não podemos ser totalmente racionais, e devemos utilizar de recursos mentais, inspirativos e intuitivos que podem sobrepujar as ideias evidenciadas que contribuem para uma análise temática (CAMPOS, 2004).

Neste sentido, esse processo de “mergulho profundo” e “emergir para respirar” entre o problema da pesquisa, os objetivos, teorias e inspirações propiciaram as condições necessárias para criar as unidades de análise que no item abaixo serão categorizadas.

3.2.2 Categorias de Análise

A escolha das categorias temáticas, se deu através de um processo de codificação, isto é, a transformação sistemática dos dados brutos dos textos das entrevistas transcritas e dos documentos impressos ou disponíveis no site ou no Facebook do FAPP-BG, em diálogo com o referencial teórico para se identificar temas que sintetizam as ideias, conteúdos apresentados por esse grupo social (BARDIN, Op.cit.).

Para essa autora esse processo de categorização pode ser dividido em dois tipos: inventário e a classificação. No primeiro, se isola os elementos e no segundo busca-se organizar as mensagens em subgrupos, que serão descritos.

Bardin (Op. cit.) afirma que o ideal é não se precisar criar novas categorias de análises para cada dado coletado e objetivo estabelecido, porém se os materiais ou objetivos forem próximos pode-se fazer algum tipo de analogia.

Seguiremos a recomendação de Moraes (1999) definindo as categorias a posteriori da leitura do material de pesquisa em diálogo com o referencial teórico.

Depois de seguir todos os procedimentos sugeridos por Laurence Bardin estabelecemos as seguintes categorias de análises dessa pesquisa: racismo e oprimido ambiental; sujeito da terexistência e a educação ambiental desde el sur.

Depois dessa definição das categorias, buscamos levantar os “núcleos de sentido” (BARDIN, 1977, p.105) que fazem parte do processo comunicativo e que presentes nas análises vão sugerir indícios de respostas a hipótese da pesquisa, bem como, gerar novas perguntas ou problemáticas de estudo.

Essa autora considera “os textos uma manifestação que contém índices que a análise explicitará, o trabalho preparatório será o da escolha destes” (BARDIN, op. cit., p. 106).

Os índices utilizados nessa pesquisa foram definidos durante as reuniões do grupo de pesquisa GEASUR, em diálogo com as reflexões teórico-práticas sobre a Educação Ambiental.

Esses índices foram aplicados na dissertação de mestrado de Gleice Máira Fernandes Alves defendida em 2017, utilizando como subsídios

os Princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e os apontamentos da Educação Ambiental Crítica baseada nos autores que atuam nesse campo e estudados dentro do grupo. Foram selecionados três teóricos entre todos os que “caminham” por esse viés, por serem atuantes e consagrados no campo da EAC. São eles: Carlos Frederico Loureiro (2002, 2011), Mauro Guimarães (2000, 2011) e Edgard Gaudiano (2006) (ALVES, 2017, p.41).

Para essa tese fizemos algumas modificações e acrescentamos alguns resultados das pesquisas de mestrado sob a orientação do GEASUR dos seguintes mestrados: Júlio Vitor Costa da Silva defendida em 2016 e de Daniel Renaud Camargo defendida em 2017 que identificaram a presença de aspectos peculiares de práticas educativas

presentes em grupos populares do Rio de Janeiro (R.J.) e do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais; que foi denominado no nosso grupo de pesquisa e sistematizado nessas dissertações como Educação Ambiental de Base Comunitária.

Índices escolhidos:

1. Educação Ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, promovendo a transformação e a construção da sociedade. (Princípio 2 – Tratado, 1992);
2. Educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social. (Princípio 4 – Tratado, 1992);
3. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue. (Princípio 9 – Tratado, 1992);
4. Educação Ambiental deve ser “capaz de intervir no processo de transformações socioambientais em prol da superação da crise ambiental da atualidade” (Guimarães, 2011);
5. “Educação Ambiental propicia uma participação política no sentido de transformação social”. (Guimarães, 2000);
6. “Uma educação que se pretenda crítica está atrelada aos interesses das classes populares e dos oprimidos” (Guimarães, 2000);
7. A educação ambiental propicia um “movimento coletivo conjunto” (Guimarães, 2011);
8. “O processo educativo ambiental numa visão emancipatória, busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de ‘sociedade sustentáveis’ e novos modos de se viver na natureza. (Loureiro, 2006);
9. “A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.” (LOUREIRO, 2002);
10. “A cultura popular, os saberes locais e as memórias bioculturais das comunidades como elementos importantes para pensar o processo de contextualização de ações

pedagógicas de Educação Ambiental de Base Comunitária, reforçando a necessidade de ouvir as comunidades quando for pensar ações destinadas a estas ou que envolvam os territórios em que habitam... permite auxiliar no processo de preservação do Patrimônio Imaterial das comunidades ao reconhecer, valorizar e se desenvolver a partir de elementos da cultura local” (RENAULT; SANCHEZ,2017).

11. “entendemos a educação ambiental de base comunitária como sendo a educação promovida no âmbito das comunidades populares, tradicionais, subalternas, indígenas e quilombolas, que tenha como objetivo a promoção de uma sociedade ambientalmente e socialmente mais justa, capaz de incorporar a ecologia de saberes e promover a alteridade epistemológica, ou seja, o encontro com o outro e suas formas de ver, conhecer e vivenciar o mundo” (SILVA; PEREIRA, 2018).

No próximo capítulo seguiremos a proposta de interpretação qualitativa de dados de Minayo (2010). Essa autora sugere dois níveis de interpretação, onde no primeiro apresentaremos uma conjuntura socioeconômica e política inter-relacionada com o território e a territorialidade dos grupos sociais investigados, a história desses grupos, levantadas na fase exploratório dessa pesquisa. E no item seguinte apresentaremos o segundo nível de interpretação, isto é, a união que fizemos dos fatos (temas) originados dessa investigação, as categorias elencadas, articulando-as com o referencial teórico, respondendo a questão de investigação, o problema de pesquisa, com base nos objetivos, dialogando entre o real e o imaginário, o todo e as partes e a prática e a teoria (MINAYO, *op.cit.*).

CAPÍTULO IV Aprendendo a resistir e resistir para aprender

Milagre na selva amazônica: no ano de 1967, um grande jorro de petróleo brotou do lago Agrio. A partir de então, a empresa Texaco se sentou à mesa, guardanapo no pescoço e garfo na mão, se fartou de engolir gás e petróleo durante um quarto de século, e cagou sobre a floresta equatoriana setenta e sete bilhões de litros de veneno. Os indígenas não conheciam a palavra contaminação. Aprenderam-na quando os peixes morriam de barriga para cima nos rios, as lagoas ficavam salgadas, as árvores das margens secavam, os animais fugiam, a terra já não dava frutos e a gente nascia doente. Muitos presidentes do Equador, todos acima de qualquer suspeita, colaboraram com essa tarefa, que foi desinteressadamente aplaudida pelos publicitários que a exaltaram, os jornalistas que a decoraram, os advogados que a defenderam, os especialistas que a justificaram e os acadêmicos que a absolveram.

(Trecho do livro Galeano “Los hijos de los días”, Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, 2012).

4.1 As Vozes das Lutas Socioambientais Antipetroleiras do Recôncavo da Guanabara e os diálogos e a ecologia de saberes: FAPP-BG.

Nesse item vamos apresentar as vozes dos sujeitos históricos socioambientais que participam no FAPP-BG e foram entrevistados para essa pesquisa, bem como, trechos dos documentos, cartazes, imagens e vídeos dialogando com os referências teóricos apresentados no início desse percurso investigativo. Esse capítulo será subdividido em alguns itens para organizar a apresentação dos dados levantados e as respectivas análises feitas, seguindo a seguinte ordem: histórico; práticas sociais e ações coletivas;

4.1.1 Histórico

Sobre o surgimento do FAPP-BG, os entrevistados III e VII fizeram um histórico com muitos detalhes. Segundo eles o FAPP-BG foi criado em 12 de abril de 2012 conforme as descrições abaixo:

[...] Aí...quando a declaração ficou pronta tudo aí, 12 de abril de 2012 é lançado o Fórum oficialmente. (Entrevistado VII: Sebastião Raulino).

[...] surgiu a ideia de criar um Fórum Político e coletivo né! ele é o um espaço de dialogo, de lutas para o enfrentamento da questão, dessa questão socioambiental é fundamos ele 12 de abril de 2012. (Entrevistado III: Leila Salles).

Porém esse Fórum não surgiu apenas pelo interesse privado ou de pesquisa desses militantes, mais também por aqueles que durante muitos anos sofrem calados e invisibilizados pelo os riscos, as contaminações, acidentes/crimes e doenças que ocorreram na REDUC e com outras atividades potencialmente poluentes da região:

“Tinha acidentes, vários! O acidente forte lá foi o de 72 né, a explosão da esfera que matou segundo eles 72, só que a gente acha que teve muito mais , a gente não sabe porém que teve mais que 72 pessoas 1942 72 foi a acidente e de lá , na década de 80 nós tivemos vários acidentes , explosão de caldeiras, que matou companheiro”. (Entrevistada III: Sérgio Abadi).

Então as questões dos acidentes, porque nós tivemos outros vazamentos, de gás, outros acidentes do Polo Petroquímico, então a própria REDUC, começa a se abrir, abrir mais um pouco para a comunidade, ela criança “no seu que”, os programas de criança; esportivo, tipo assim: para melhorar a imagem da refinaria junto dos moradores livros, ONG, livros. Nessa época eu era da associação de moradores nós lutamos aqui pela Caixa D’água, pela criação da APA

da Caixa D'água"... aí nesse momento nos conseguimos com a REDUC um Arquiteto que fez o projeto do Morro da Caixa D'água, e foi a associação de moradores daqui que consegui a criação da APA (Entrevistada IV: Marlucia de Souza).

[...] Aí vc tem a luta pela Caixa D'água, pela Caixa D'água, a questão do ar crescendo, gerou um projeto com a REDUC de arborização; a reclamação da poluição do ar aí... isso e teve a arborização como respostas?" ... "a partir de 92 começaram as primeiras reuniões com a COPE para criação do APELL e do plano de emergência tinha acontecido um acidente em São Paulo, em Cubatão, o pessoal roubando combustível e teve um pequeno incêndio que explodiu e como tinha muitas perfurações por roubo de Combustível dizimou uma favela inteira na Vila, aí... teve aquele acidente em Bopal na Índia milhares de atingidos, impactados, aí a ONU exige a criação do Plano de Emergência para as indústrias que oferecem risco a comunidade externa. Aí a REDUC contratou a COPE e nós fomos chamado de GAE (Grupo de Apoio Externo) que coordenávamos toda a construção desse plano de emergência.

(Entrevistada IV: Marlucia de Souza).

[...] mais muito pelos movimentos da Baixada mesmo sabe pela luta pelo saneamento, da luta de denúncia da qualidade da ar, a questão da água, a falta da água, tudo muito vinculado a péssima qualidade ambiental provocada pela locação de atividade como atividades de refino de petróleo, polo petroquímico desde os vários encontros da rede (Entrevistada V: Juliana Malerba).

Aí depois veio os processos de terceirização crescentes e a insegurança aumentando, a REDUC ampliando o seu Parque Industrial e os estudos novos não acompanhavam que não surgiam, então a gente tinha feito um Plano para uma realidade e a realidade já era outra, e não havia um acompanhamento desses novos impactos tanto é que vc vai ver que vai surgir um vazamento em 2011 do pó de alumínio que não estava previsto em estudo nenhum e o pó de

alumínio ampliou a fronteira de impacto que ela atingiu São Bento, toda, ela atingiu Parque Muiza, ela atingiu Belford Roxo, então e muitas indenizações a REDUC teve que pagar por conta do pó de alumínio, fora os outros que não entraram na justiça que não sabiam, caso do novo São Bento, que ficou todo branquinho, e a REDUC foi lá lavar tudo. (1:30:41). No dia do acidente, eu tinha vindo aqui na casa da minha mãe, e nós saímos daqui umas nove e pouca da noite, nove e meia, sei que nós ‘passamos a noite aqui na wasting Luiz e estava tudo branquinho. Eu falei o que que é isso? O que era aquilo?? Meu Deus! Nevou? Aí, Zé Cláudio disse assim: - deve ter ocorrido algum acidente! E nós, no dia seguinte que fomos descobrir que era o pó de alumínio (Entrevistada IV: Marlúcia de Souza).

No ano anterior em 2011 comemorava-se os 50 anos de fundação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), localizada no Estado do Rio de Janeiro. Para esses dois militantes Sebastião Raulino e Marlúcia de Souza a data não poderia “passar em branco” e ambos estavam interessados em fazer alguma ação, nesse caso específico um seminário, para falar/divulgar todos os problemas que existem no território:

“... é a gente está em 2011, em 2011 a REDUC ia fazer 50 anos procurei a Marluce Santos de Souza ele falou que estava pensando fazer um Seminário também ela falou que também estava pensando em fazer um Seminário fazer um seminário também eu falei com o Henry e ele falou para não só pensar os 50 anos para trás mais também os 50 anos para a frente, pensar no COMPERJ aí se criou um grupo” (Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

“ ... eu e Sebastião estávamos e a gente estava conversando sobre os 50 anos da REDUC, eu falei acho que a gente vai fazer um seminário, para fazer um balanço, desses 50 anos aí Sebastião gostou da ideia e aí começamos”. (Entrevistado IV: Marlúcia de Souza).

A partir dessa conversa inicial esses militantes levantaram a ideia de fazer um Seminário unindo todos os problemas, saberes e experiências em relação ao petróleo e principalmente ao Polo Petroquímico de Duque de Caxias.

Para estruturar de forma equânime esse seminário esses dois militantes organizam um pequeno grupo de pessoas que se responsabilizaram por todas as demandas em torno desse tipo de evento, tais como: chamar palestrantes, conseguir um espaço físico para realizar o evento e criar mecanismos para divulgar para o maior número possível de pessoas, como descrito nas palavras abaixo:

[...] pensar os 50 anos a frente com o COMPERJ, aí se criou um grupo para discutir a elaboração desse seminários né! eu, marlucie e o Sérgio Abade, representante do SINDIPETRO né!. Tivemos reuniões no São Bento, ai decidimos o título do seminário 50 anos de reduçãõs ganhos perdas e danos; esse ganhos aí tem muita haver com a influência do SINDIPETRO, que estava participando da reunião, a coisa de não ficar uma coisa só negativa; ganhos, perdas e danos; aí o seminário vai sendo montado e eu vou convidando outras pessoas para organizar: UERJ e tal Simone Fadel. (Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

Nesse sentido, esses militantes articularam outras instituições e movimentos que se reuniram e organizaram juntos um seminário que colocassem na mesa de debates os representantes da igreja católica local, do MUB, de outras associações de moradores locais, das universidades públicas e privadas, do SINDIPETRO, REDUC e PETROBRAS para apresentarem as suas informações e trocarem conhecimentos. Para organizar esse grande evento, foram feitas várias reuniões de um pequeno grupo de militantes. Esse grupo então decidiu que o título desse seminário seria: “50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos”. Conforme nas palavras do depoente VI essa escolha se deu pela ampliação dos olhares para os problemas e conflitos socioambientais de forma mais ampliada trazido pelo Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (SINDIPETRO) conforme descrição abaixo:

ai decidimos o título do seminário 50 anos de REDUC ganhos perdas e danos; esse ganhos aí tem muita haver com a influência do SINDIPETRO, que estava participando da reunião, a coisa de não ficar uma coisa só negativa; ganhos, perdas e danos; aí o seminário

vai sendo montado e eu vou convidando outras pessoas para organizar: UERJ e tal Simone Fadel ...”

(Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

Na articulação e organização desse seminário as instituições participantes de diferentes segmentos da sociedade criaram uma programação detalhada, abordando diferentes subtemas relacionadas a REDUC e ao petróleo, como podemos observar no cartaz de divulgação desse evento técnico-científico-militante (Figura 3).

setembro de 2011

SEMINÁRIO

50 anos DE REDUC

GANHOS, PERDAS E DANOS

16 SET

na FEBF/NERJ (Caxias)...

8h
• Credenciamento e café

9h às 12h
• Abertura
• Mesa 1. A REDUC e a Baía da Guanabara.
Rua General Manoel Rabelo, s/nº, Vila São Luís, Duque de Caxias

na Câmara Municipal de Duque de Caxias...

18h
• Mesa 2. Balanço dos 50 Anos de Atividades da REDUC
Rua Paulo Lins, 41, Jardim 25 de Agosto, Duque de Caxias

17 SET

na Secretaria Municipal de Educação...

8h
• Credenciamento e café

9h às 12h
• Mesa 1. Riscos, Acidentes Industriais e Construção Social da Segurança

13h às 15:40h
• Mesa 2. Poluição, Zonas de Sacrifício e Injustiças Ambientais

16 h às 18h
• Mesa 3. REDUC e COMPERJ: Desafios futuros
Auditório - Rua Prefeito José Carlos Lacerda, 1422, Jardim 25 de Agosto, Duque de Caxias

Inscrições: Museu Vivo do São Bento tel: 2653-7681 | E-mail: centrodereferencia.historia@gmail.com

REALIZAÇÃO

CPD, MUSEU VIVO DO SÃO BENTO, UNIVERSIDADE DO BRASIL, IPPUR, FASE, NIESBF, APOIO CULTURAL, SINDIPETRO CAXIAS, Câmara Municipal de Duque de Caxias

Figura 3 Cartaz de divulgação do Seminário sobre a REDUC e Petróleo

Como podemos observar na figura 3, acima, o evento foi dividido em dois dias. O primeiro dia a parte da manhã ocorreu na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da UERJ, localizada em Duque de Caxias, tendo como tema da mesa de debate a “REDUC e a Baía da Guanabara”. E na parte da noite ocorreu outra mesa na Câmara de Vereadores da cidade cujo tema era “Balanço dos 50 anos de atividades da REDUC, como também foi detalhado pelo depoente VI:

E a gente monta aquele programa todo dos 50 anos de REDUC. Primeiro dia na UERJ, com a primeira aula de história ambiental da Baía da Guanabara que foi o primeiro debate que foi a Simone Fadel que trouxe; os pescadores da AHOMAR. Depois a tarde visitamos o interior da REDUC que o Sergio Abade conseguiu. E depois a noite Câmara Municipal de Vereadores; articulação com o sindicato dos trabalhadores da construção civil (SITICON); discussões mais políticas e depois sábado um dia todo na Secretaria de Educação de Caxias. (Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

No dia seguinte os debates se concentraram no auditório da Secretaria Municipal de Educação. Na parte da manhã o tema debatido foi “Riscos acidentes industriais, construção social da segurança”. Na parte do início da tarde foi debatido o tema “Poluição, zonas de sacrifício e injustiças ambientais” e no final da tarde debateu-se o tema “REDUC e COMPERJ: desafios futuros”.

Outra questão muito importante de ser salientada da observação meticulosa dessa figura 3 está relacionado as instituições que estão descritas como realizadoras desse evento. Podemos observar que do segmento Acadêmico participaram 3 universidades públicas (UFRJ, UFRRJ e UERJ), representadas por: um instituto de pesquisa (IPPUR/UFRJ) que também é um programa de pós-graduação com cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado e dois grupos de pesquisas ETERN e o NIEBF.

No segmento sociedade civil temos a presença de duas ONGs, a FASE, o GERA e a APPH-CLIO. No segmento movimento social destacamos a presença do MUB, pelo seu papel histórico e de luta social na região, anteriormente apresentado e a biblioteca Comunitária Solano Trindade, militante histórico da cultura na região. No setor dos sindicatos temos a presença forte do SINDIPETRO Caxias e o SEPE.

E ainda contou com a presença dos movimentos de luta pelo patrimônio histórico da cidade, representados pelas instituições CRPH e do Museu Vivo do São

Bento e do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Vereadores e da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

A partir da descrição acima podemos supor que esse seminário foi pensado em uma grande coalização de forças políticas e militantes da cidade e os espaços escolhidos premeditadamente também propiciavam e incentivavam a participação do poder público local, bem como, um aprofundamento político das temáticas apresentadas.

Esse consenso em torno da justiça ambiental, possibilita reflexões teóricas muito interessantes quando dialogamos com Loureiro (2003) porque a maioria dos ambientalistas tem um discurso que não conduz a mobilização e ao comprometimento da população, totalmente diferente da proposta desse grupo social que gera um pertencimento devido a sua temática ser ampla e envolver diferentes problemas da sociedade e a interligar diferentes atores sociais mais experientes, que se prepararam na prática social cotidiana para a disputa, com os neófitos, que estão aprendendo na práxis combativa.

Esse grupo também busca, por meio desse “documento” (figura 3), uma força política interna e externa ao movimento para construir uma contra argumentação de conteúdo comunicacional diferenciado do “status quo” do tema do desenvolvimento sustentável apresentado no capítulo 3, bem como, uma agenda política comum e uma organicidade, através da escolha detalhada dos temas e pelo envolvimento da maioria dos representantes de diferentes setores da sociedade de Duque de Caxias e o poder público local através da secretaria de educação e a “ocupação”, isto é, a utilização de seu auditório, a participação do Instituto Histórico da câmara municipal de vereadores, que guarda a memória da cidade e com a presença de funcionários públicos de diferentes secretarias, alguns secretários municipais e vereadores.

“Eu acho que FAPP, tem uma peculiaridade, ele tem uma presença acadêmica, significativa, e é bom, tem também uma presença popular, pescadores, tem uma perspectiva popular, numa perspectiva de um grupo mais seleta, de pessoas que foram se especializando nesse debate dos impactos dessa indústria petrolífera”. (Entrevistada IV: Marluca Souza).

A articulação de diferentes atores sociais e as suas respectivas instituições (com CNPJ ou não), em diálogo com a dinâmica intrínseca de cada movimento e das suas

práxis, isto é, “como atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem (...) na unidade entre teoria e prática, unidade que implica também em certa distinção e relativa autonomia” (VAZQUEZ, 1977, p. 406) colaborou para se criar um espaço coletivo de lutas que se materializou-se no Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG). Segundo o depoente VI a ideia de criação de um Fórum foi do militante do SINDIPETRO como apresentado no depoimento abaixo:

Então o objetivo era ocupar vários espaços de Caxias e fazer esse debate 50 anos de REDUC (1:17:31) e aí o Sérgio Abade propõe a criação de um Fórum de acompanhamento de REDUC, como gesto para continuar o fórum dali para a frente. E aí eu dou apoio eu tinha vontade de fazer algo desse tipo né. (Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

Nas palavras dos entrevistados VI a escolha do território Guanabara foi delimitada pelo acúmulo de conhecimento que esses militantes tinham e por viverem e lutarem pela melhoria da região chamada de Baixada Fluminense, como podemos observar nas falas abaixo:

Só que aí a gente decidiu ser Baía da Guanabara porque a gente tinha um acúmulo de discussões de Baía de Guanabara eu, Miguel, Marlúcia; então como pensar a REDUC fora do contexto da Baía de Guanabara e do COMPERJ. (Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

[...] bem, o FAPP; que é o Fórum dos Atingidos pela Indústria Petroquímica, do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía da Guanabara, nome bastante extenso, está falando né de toda uma Baía que é atingida pelas do processo de municipais, mais uma Baía que trás essa água e pelas contaminações dos lenções freáticos dos rios do entorno que desembocam na baía da Guanabara, por isso um nome extenso; mais ele se dá por um grupo de estudantes, professores, universidades, organizações não governamentais e população que está sendo impactada e está com um nível de incomodo”. (Entrevistada IV: Marlúcia Souza).

Esse grupo social foi criado, como desdobramentos dos debates realizadas em decorrência do “Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos, ocorrido em setembro de 2011, por “representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense” (FAAP-BG, 2012). Conforme o depoimento da entrevistada IV:

[...] mais ele se dá por um grupo de estudantes, professores, universidades, organizações não governamentais e população que está sendo impactada e está com um nível de incomodo. (Entrevistada IV: MarluCIA Souza).

Esses sujeitos sociais, já viviam as lutas sociais nesse território, que foram todas apresentadas e debatidas durante o seminário, sendo estabelecido uma convergência de lutas sociais e a partir disso os participantes identificaram uma grande demanda de problemas socioambientais, conflitos e (in)justiças, concluindo que essa questão socioambiental na área do entorno da Baía da Guanabara e principalmente na Baixada Fluminense, deveria continuar acontecendo de uma forma mais organizada e ininterrupta.

Nesse sentido, esses atores sociais criaram um manifesto chamado de “Declaração de lançamento do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara”, divulgando esse documento em várias mídias, redes sociais e em livro (papel e eletrônico). Conforme descrito pelo depoente VI:

E aí começam as reuniões e essas reuniões vão acontecendo, e surgiu aí; a Juliana Malerba (...) propõe que a gente pense em uma declaração de lançamento do Fórum para ser uma espécie de Cartilha com regras que lá na frente se alguém discorda de alguma coisa o que eu falo para a pessoa; tá tá tal etc (1:18:12) e aí a gente vai se reunindo e pensando assim sobre o Seminário primeiro e depois na declaração de lançamento do Fórum. (Entrevistado VI: Sebastião Raulino).

Esse manifesto estabeleceu um conjunto de propostas que tem como objetivo principal “contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental” (FAAP-BG, 2012).

Assim, ainda hoje, o FAPP-BG reúne uma diversidade de organizações e cidadãos interessados em discussões envolvendo a indústria do petróleo e petroquímica na região da Baía de Guanabara e suas cercanias, particularmente na Baixada Fluminense, bem como, formas de superação das injustiças ambientais decorrentes das suas atividades. E se organiza em um espaço auto-gestionado e horizontal.

Ele possui uma secretaria-executiva ocupada por três membros com mais disponibilidade e interesse em estar a frente da organização das informações que chegam ao grupo através de um e-mail institucional.

Os seus principais objetivos são “Garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região da Baía de Guanabara e suas cercanias e reivindicar formas de superação do modelo petroleodependente na perspectiva da justiça ambiental” (anexo 1)

As principais “bandeiras de luta são: contra injustiças ambientais das atividades industriais relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região da Baía de Guanabara e sua expansão; contra o modelo petroleodependente e sua expansão; visibilização dos impactos diferenciados sobre as mulheres das atividades da indústria do petróleo e petroquímica na Baixada Fluminense e nas cercanias da Baía de Guanabara e luta pela superação dos mesmos; contra o fraturamento hidráulico (“fracking); pela construção de um modelo energético na perspectiva da justiça ambiental; por uma saúde ambiental, inclusive saneamento básico; por Justiça Climática; Luta por cidadania, respeito, e dignidade para a população (Anexo 1).

A partir do nosso diálogo com o campo teórico esse grupo social, mesmo se configurando como um Fórum, se caracteriza como um movimento social do campo ambiental pois como Loureiro (2003, p.102) afirma “o que caracteriza um movimento social é seu caráter antagônico a um padrão de sociedade, desenvolvendo um conflito, por meio de ações coletivas e solidárias de natureza.”.

Para aprofundar a ecologia de saberes desse grupo social, com base na proposta de Boaventura de Souza Santos que afirma que os saberes existem em todas as partes e

ela floresce em meio a outros saberes e nenhum desses saberes se basta em si mesmo, sempre estarão em diálogo com outros saberes, buscando uma horizontalidade e não uma verticalidade, como a colonialidade do ser, saber e do poder preconiza.

Dessa forma a seguir trataremos de descrever as práticas sociais, as ações coletivas e as práticas educativas desenvolvidas no FAPP-BG dialogando com o referencial teorizado apresentado nessa pesquisa.

4.1.2 Práticas sociais e ações coletivas

O FAPP-BG desde que foi criado busca colocar em prática as experiências de seus militantes de outros movimentos em prática. Nesse processo, eles realizam reuniões mensais e anualmente fazem uma reunião de Planejamento. Essas reuniões geralmente ocorrem no final do ano em curso ou no início do mês do ano seguinte, onde os participantes fazem um balanço do ano anterior e constroem uma agenda de temas e ações para o ano vindouro.

Para pensarmos nesse processo de construção coletiva e de troca de saberes, abaixo usamos a pauta da reunião de planejamento de 2016 como modelo que basicamente se repete nos anos anteriores, com pequenas mudanças por demandas encaminhadas por grupos externos que são apreciadas pelo grupo e atendidas ou não em suas demandas (anexo 1).

Na pauta do ano de 2016, o grupo apresenta um breve histórico das ações do ano que passou além de reavaliar o planejamento do ano anterior, pensando nos avanços, desafios ou demandas. Além disso, são debatidos os seminários que serão organizados de forma direta ou indireta, os processos de comunicação do grupo (interna ou externa) e as articulações que estão em curso ou as novas que devem ocorrer.

Analisando as pautas dessas reuniões anuais, foi possível observar que as ações desenvolvidas com parceiros que estão a frente de uma determinada atividade ocorrem mais facilmente do que aquelas desenvolvidas somente por membros desse Fórum.

Durante a análise das atas e com base nas entrevistas foi possível determinar que esse Fórum realizou diversas ações internas e externas tais como: novo Seminário; Grupos de Trabalho (GT); GT mulheres; Atos públicos; Atividades de cooperação internacional; debate político na eleição e atos públicos.

Essas ações serão analisadas em maiores detalhes abaixo:

a) Novo seminário: Injustiças ambientais poluição e indústria do petróleo como isso a afeta a nossa saúde e a Baía da Guanabara

Após o primeiro ano de funcionamento do Fórum outro seminário foi realizado cujo tema central de debates foi “Injustiças ambientais poluição e indústria do petróleo como isso a afeta a nossa saúde e a Baía da Guanabara” (Figura 4).

Seminário:
O Seminário "Injustiças Ambientais, poluição e indústria do petróleo: como isso afeta nossa saúde e a Baía de Guanabara?" é um evento organizado pelo Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG), com o objetivo de articular as perspectivas de múltiplos atores na análise dos impactos da indústria do petróleo e de grandes projetos de "desenvolvimento", tais como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), o Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS), a Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e o Arco Metropolitano.

Este evento dá continuidade aos debates iniciados no "Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos", ocorrido em setembro de 2011, que resultou na criação do FAPP-BG. Dentre as estratégias definidas durante o "Seminário 50 anos de REDUC", e posteriormente nas discussões do FAPP-BG, estão o monitoramento constante das atividades da indústria petrolífera e petroquímica na Baía de Guanabara e suas cercanias (que compreende a reivindicação por acesso à informação e participação nas decisões relativas às atividades industriais), e a realização permanente de discussões em nível nacional e internacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica, assim como sua relação com o modelo energético e de desenvolvimento brasileiro.

Esperamos que este Seminário, cuja abordagem é participativa e colaborativa, possa aprofundar os debates já em andamento, particularmente aqueles relacionados à poluição e saúde, indicando novas perspectivas de ação para o FAPP-BG em 2013/2014. Contamos com a sua presença!

Programação:
18/01/2013 - SEXTA-FEIRA
10h. Ato público em memória aos 13 anos do vazamento de óleo na Baía de Guanabara e suas consequências.
Local: Edifício-sede da PETROBRAS. Avenida Chile, Rio de Janeiro.
Obs: Serão disponibilizados dois ônibus saindo de Duque de Caxias às 8h.
Local: Catedral de Santo Antônio (ralão), Avenida Presidente Kennedy.
18h. Credenciamento
18h30min. Mesa de abertura. Conflitos ambientais relacionados à indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara.
20h30min - Lançamento do Livro "50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal".
19/01/2013 SÁBADO
Local: Casa de Retiro São Francisco de Assis - Centro de Formação da Diocese de Duque de Caxias. Rua Benjamin da Rocha Junior,6, São Bento, Duque de Caxias (Rua da FEUDUC).
08h30min. Mistica de abertura (com exibição de imagens).
9h. Resgate do debate geral do dia anterior.
9h15min. às 9h30min. Relatoria Direitos Humanos e Meio Ambiente.
9h30min. Mesa de debate: Poluição, saúde e indústria do petróleo, com participação de especialistas e movimentos sociais, abordando os seguintes temas: Poluição atmosférica na Baixada Fluminense; Estudos epidemiológicos e vigilância popular em saúde; Águas de produção das plataformas e descartes de efluentes da REDUC.
12h. - ALMOÇO
13h15min – Exibição de vídeo
13h30min – Grupos de trabalho: Problematicando experiências e desafios relacionados aos riscos e danos da indústria do petróleo
GT1 Poluição: estudos epidemiológicos e vigilância popular em saúde.
GT2 Poluição do ar e saúde
GT3 Poluição do solo e saúde.
GT4 Poluição das águas e saúde.
15h30min. Relatos dos grupos de trabalho, discussão e votação de propostas envolvendo estratégias e ações.
17h30min. Sistematização e encerramento.
18h Atividade cultural
20/01/2013- DOMINGO
Local: Casa de Retiro São Francisco de Assis - Centro de Formação da Diocese de Duque de Caxias. Rua Benjamin da Rocha Junior,6, São Bento, Duque de Caxias.
9h Redação do documento final do seminário.
12h. Mistica de encerramento e almoço.

Figura 4: Folder da programação do seminário organizado pelo FAPP-BG

Como podemos observar nas atas e nos depoimentos dos militantes do FAPP-BG os seminários são momentos de muita troca de conhecimento, gerando novos aprendizados, além de possibilita novas articulações e atrair novos atores sociais para participar desse grupo. Como podemos observar nas palavras da entrevistada abaixo:

[...] quando você fala sobre o que aconteceu você já está fazendo uma resistência e você já está com aquilo de falar com outras pessoas do que você passou é um grande aprendizado então eu acho que isso é uma forma de resistir! (Entrevistado VI: Leila Salles).

b) Grupos de Trabalho (GT)

Além disso, esse seminário se estruturou através de grupos de trabalhos (GT), divididos por eixos temáticos: GT 1 poluição estudos epidemiológicos e vigilância popular em saúde, GT 2 Poluição do ar e saúde, GT 3 Poluição do solo e saúde, GT 4 Poluição do água e saúde. Como desdobramento desses GTs um grupo de mulheres presentes nessa reunião se reuniram a parte e conversaram sobre os problemas relacionados com as questões de gênero, violências entre outros assuntos do universo feminino e resolveram criar um GT só sobre esse tema.

c) GT mulheres

Como podemos observar nas palavras abaixo da fundadora do GT mulheres, esse subgrupo tem um papel muito importante pois permitia debates e espaço para depoimentos e acolhidas que no grupão com a presenças dos homens difícil ocorrer pelos processo de machismo estrutural e do patriarcado que envolve a sociedade brasileira (SALLES, 2017)

E no decorrer do GT Mulheres desde o primeiro Seminário, foi em 2013 é... no processo do do das ações do seminário é que veio o..., né aquela vontade de falar, Se tiver que ter o grupo a gente vai criar o GT Mulheres. (Entrevistado VI: Leila Salles).

A criação desse GT foi pensada para oportunizar um ambiente que debatesse as particularidades e para dar visibilidade as ações das mulheres militantes dessa luta socioambiental e as denúncias. Essa estratégia permite um posicionamento contrário a qualquer forma de violência e de violações de direitos humanos.

Em 2017 Leila Salles, defende a sua pesquisa de mestrado, desenvolvida de forma participativa com as mulheres desse GT.

Para essa autora, a motivação inicial para participar desse grupo, devia estar relacionada a forma injusta que se distribui a água na região que beneficia as empresas e não distribui água para a população. Nesse sentido, esse GT, se propôs a fazer um processo formativo através da metodologia da pesquisa-ação propiciando um fortalecimento na forma de se contraditar e interpelar esse problema da desigualdade

socioambiental no território e na baixada fluminense, ressaltada pelo caso emblemático da falta de água para as necessidades básicas das pessoas (SALLES, 2017).

As mulheres desse GT participaram da pesquisa-ação organizada por Leila Salles, mestranda da FURG, membro ativo desse grupo, fruto da sua pesquisa denominada “Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental no município de Duque de Caxias (RJ)”, apresentando como foco principal problematizar a temática dos conflitos socioambientais a partir da perspectiva das mulheres desse Fórum.

Nesse sentido, esse grupo a partir das suas experiências cotidianas de sofrimento, dor e ausência de direitos estabeleceram como laborações coletivas:

- a) Sistematizar informações já existentes que mostrem essas desigualdades (acesso à água) e os riscos de viver próximo à indústria do petróleo. b) realizar oficinas com mulheres nas áreas do entorno para contribuir na formação sobre temática em questão e para levantamento de informações que elas já têm sobre doenças, acesso à água e questões correlatas. (SALLES, 2017, p. 63).

A partir do planejamento elaborado, inter-relacionado com a pesquisa de mestrado de uma de suas participantes, o grupo desenvolveu as suas práticas pedagógicas de Educação Ambiental crítica em diálogo com a justiça ambiental dar base e fortalecer os embates do conflito socioambiental estartado com a construção da refinaria Duque de Caxias, (REDUC) na década de 60.

Essas formas diferenciadas de agir colaboraram para construir saberes e fazeres que visibilizam os conflitos, as desigualdades e as injustiças ambientais. Além disso, as disputas e tensionamentos relacionados aos impactos negativos e diretos na condição de vida das mulheres do território da Baía da Guanabara, com destaque para o município de Duque de Caxias. Destacaremos que existe outros problemas que afetam mais especificamente as mulheres que vivem no território mais próximo desses empreendimentos tóxicos, tais como: o aumento das atividades que envolve a prostituição e as explorações sexuais, principalmente de menores, abortos ou nascimentos indesejados ocasionados pela ilusão de uma vida melhor com homens que trabalham em empresas localizadas fora do Rio de Janeiro e que ao termino da sua atividade voltam para as suas cidades de origem abandonando essas mulheres e própria sorte, bem como, o aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)

principalmente AIDS em moradoras desse território que impera a misoginia e o patriarcado (STORTTI; COSTA, 2009).

g) Atos públicos

Ainda no contexto do seminário esse grupo social, também organizou um Ato público em memória dos 13 anos do crime ambiental relacionado ao vazamento de óleo na Baía da Guanabara e as suas consequências (Figura 8).

Esse ato ocorreu na frente do prédio da sede da Petrobras no Rio de Janeiro (local onde fica a presidência diretoria e diversos setores administrativos e comerciais da empresa) reunindo diferentes movimentos sociais, ONGs e o SINDIPETRO (Caxias e Rio de Janeiro).



Figura 8: Foto do ato público dos 13 anos do vazamento de óleo causado pela Petrobras

Fonte: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/02/06/rj-ato-publico-marcou-13-anos-de-vazamento-de-petroleo/>

O ato foi organizado através da produção e colocação de faixas, com palavras de ordem e cobrando melhorias para as condições de vida dos moradores nas cercanias da Baía da Guanabara, nos portões da empresa e também ocorreu a distribuição de folhetos com o manifesto de lançamento do FAPP-BG.

Além disso, os participantes desse ato fizeram um minuto de silêncio em memória das pessoas que morreram direta (assassinato de pescadores por seguranças

contratados pela empresa e trabalhadores em acidentes de trabalho) ou indiretamente (câncer, problemas respiratórios, cardíacos etc) pela indústria do petróleo. Logo em seguida os líderes desse movimento social se revezavam ao microfone para expor os problemas socioambientais locais (VAZ, 2013) e denunciar o “modus operandi” desse necroeconomia petroleira.

Esse ato público foi repetido no ano seguinte, porém sem a realização de um novo seminário, com o aumento das organizações participantes. Além disso, ocorreu a gravação ao vivo de uma matéria para a TV dos petroleiros do SINDEPETRO RJ.

Nessa matéria a militante, pesquisadora e representante da ENSP/FIOCRUZ nesse Fórum Bianca Dieile (fonte <http://www.tvpetroleira.tv/>) afirma:

“nós gostaríamos de deixar claro que não aceitamos que a Petrobras continue poluindo as águas tanto internas como do mar e que esperamos que a Petrobras sente e... coloque a mão na consciência e que seja responsável pelos seus atos, que essa poluição está causando contaminação nos peixes e principalmente na população que está no entorno das suas unidades operacionais”.

e) Atividades de cooperação internacional

O FAPP-BG participa da rede internacional de resistência a atividades petroleiras nos países tropicais chamada de Oilwatch. Essa rede foi criada em 1996 e tem escritórios no Equador e na Nigéria, atualmente reuni instituições anti petroleiras em 50 países diferentes. Essa rede realiza assembleias gerais com todos os membros a cada dois anos e realiza anualmente uma reunião do seu comitê internacional (fonte: <http://www.oilwatch.org/en/who-we-are>).

Um dos membros dessa rede é União de Pessoas Afetadas e Afetado pelo Texaco Oil Operations (UDAPT), formada por uma rede de instituições, federações de organizações sociais, povos originários do Equador chamado de Cofanes, Secoyas e Kichwas e campesinos da província de Orellana e Sucumbíos na Amazônia afetados pelas práticas criminosas de extração da empresa de petróleo Texaco. A UDAPT foi fundada em 1994 durante a articulação, mobilização, luta socioambiental para abrir um processo jurídico de criminalização e solicitação de pagamento pelos danos ao meio ambiente e a vida dos moradores desses territórios (fonte: <http://texacotoxico.net/>).

Essa organização abriu processos jurídicos em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil. Além disso, eles criaram um dia que se articula uma mobilização

internacional para lembrar das pessoas que morreram por causa dessa petroleira, chamado de “Dia Internacional Anti-Chevron” e solicitando para a empresa que mude suas práticas necroeconômicas e assume as responsabilidades por impetuosos crimes ambientais e nas pessoas cometidos nesses anos de funcionamento.

No ano de 2016 o FAPP-BG e outras organizações brasileiras fizeram uma manifestação em frente ao portão de entrada da petroleira Chevron no Rio de Janeiro, durante a mobilização internacional do “Dia Internacional Anti-Chevron” (figura 9). Nesse ato além de faixas de protestos e distribuição de panfletos sobre os crimes das empresas petroleiras para quem passava na porta da empresa, esse grupo conseguiu entrar no prédio e entregar uma carta à presidência da Chevron (anexo 3). Nessa carta os movimentos sociais que assinaram ela, denunciaram o vazamento de petróleo que ocorreu em Campo de Frade em 2011, o “desplazamiento” compulsório das comunidades localizadas nos territórios de interesse comercial da companhia petroleira americana na localidade de Regência (Espírito Santo) e sua preocupação com as injustiças ambientais produzidas por essa empresa em diversos países do mundo em especial o racismo e etnocídio ocorrido no Equador (anexo 3) (fonte: <http://www.opsur.org.ar/blog/2014/05/22/carta-de-los-afectados-en-brasil-en-el-dia-internacional-anti-chevron/>)



Figura 9: Foto do Ato contra os crimes da Petroleira Chevron

<http://www.opsur.org.ar/blog/2014/05/22/carta-de-los-afectados-en-brasil-en-el-dia-internacional-anti-chevron/>

f) Debate político na eleição

Outra atividade observada durante o levantamento de dados foi o debate entre os movimentos sociais de Duque de Caxias e os candidatos a prefeito no período de campanha eleitoral para desse município.

O debate foi planejado e realizado pelas seguintes organizações sociais: Casa Fluminense, o Foras (Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping), Sindicato Estadual dos profissionais da educação (Sepe/Caxias), o FAPP-BG (Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara), o Fórum de Mulheres, o Movimento de Juventudes, o Movimento RUA, o Sindicato dos Servidores, a Rede de Bibliotecas Comunitárias, o Gomeia (galpão criativo), o MUB (Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias), o TETO, o Fórum de Direitos da Criança e Adolescente, o SOS Jardim Gramacho, a UEDC (União dos Estudantes de Duque de Caxias) e a Igreja Católica.

Durante o debate, cada instituição ou movimento apresentou suas demandas e os candidatos ouvirem sem poderem retrucar. A questão da melhoria dos instrumentos de participação e controle social, cujo o foco foram os conselhos municipais e os planos setoriais, como o Diretor, o de Mobilidade e o de Saneamento foi a demanda de todos os movimentos. Além disso, segundo os participantes, o tema da saúde apresenta como principal demanda acabar com a contratação de organizações sociais (OS) para administrar as unidades de saúde, isto é, acabar com as terceirizações dos serviços e a abertura imediata de concursos públicos para equipar as unidades com profissionais de diferentes áreas.

A partir do registro em vídeo de todo o debate destacaremos algumas “falas” dos militantes membros do FAPP-BG (disponível em: <https://www.facebook.com/vozdabaixada/videos/1072259636214613/>):

Helenita Beserra (FORAS/SEPE/FAPP-Bg)

[...] Caxias precisa que os cargos nas secretarias sejam ocupados por pessoas qualificadas e concursadas, que sejam responsabilizadas pelas decisões e projetos que realizem. É preciso acabar com a grande quantidade de cargos políticos nesses órgãos”

Sebastião Raulino (professor da rede municipal do Rio de Janeiro e Duque de Caxias)

[...] O FAPP é também um dos organizadores (...) para cada candidato a prefeito futuro servidor público (...) nós como Fórum dos Atingidos... [FAPP-BG], nós somos um conjunto de instituições que se preocupa com os impactos dessa indústria, que é hoje um dos motores da economia duquecaxiense, um dos, importante mais, um dos, e a partir da implantação dessa indústria na cidade (...) a gente percebeu um investimento grande por parte dos governos, (...) para as indústrias se instalarem, mais para receber as populações (...), esse investimento não ocorreu, (...) infraestrutura urbana, saneamento, moradia, saúde e educação. Somos tratados como cidadãos de terceira categoria que temos que viver de qualquer jeito sujeito a poluição, e aos riscos de acidentes. Então o Fórum, né nessa reflexão que considera que a população de Duque de Caxias é vítima de uma série de injustiças ambientais, está em uma zona de sacrifícios do modelo de desenvolvimento, essa população que sofre e morre por causa da poluição e dos riscos, essa população minimamente tem que ter na cidade, é isso que o fórum reivindica a cada candidato, o fortalecimento da vigilância epidemiológica e ambiental do município, com contratação de através de concurso público de profissionais para a secretaria de saúde e ambiente que possam agir é... observando, acompanhando os indicadores de saúde dessa população que sofrem mais do que outras cidades até da Baixada, porque ainda tem a poluição cotidiana e a falta de estudos sobre essa (...) população no aspecto psíquicos, nas glândulas nas diversas funções do corpo (...) a gente pede que façam estudos também pedimos controle social nas

ações de segurança envolvendo o polo petroquímico, o APEL como é hoje é muito passivo a gente quer que a sociedade participe da decisão de qual indústria vai se instalar no município, quais os riscos dessas indústrias, qual é a interação dessas indústrias entre si, qual o limite do petróleo e da petroquímica (...), entendemos que os limites já passou porque a poluição do ar, ar já está saturado desde os anos 90, então controle social e ações de segurança saúde, o que significa valorização dos conselhos, o vigi água sistema de vigilância da água funcionando bem, vigi ar, também e que Duque de Caxias pense um outro modelo para além do petróleo, porque eu vim de um seminário essa semana a mudança climática está na nossa porta, o cenário de catástrofe está muito próximo, Caxias tem que pensar em um cenário metropolitano sem petróleo, e quais os caminhos alternativos para construir? Não é de uma hora para outra. Então que caminho Caxias pode construir? seguir e... não é só enxergar o petróleo como riqueza”.

O projeto neodesenvolvimentista dos governos progressistas da América latina tem nas “commodities” o seu maior “trunfo” para alavancar as economias emergentes desses países, no caso do Brasil esse processo está relacionado a mineração, soja e petróleo.

Esse último produto tem sido objeto de leilões para a venda de áreas para empresas estrangeiras, explorem a produção de petróleo e gás natural, porém antes de vender essas áreas o governo, através da Agência Nacional do Petróleo (ANP), tem que realizar audiências públicas prévias à realização das rodadas de licitações de blocos para exploração e produção.

Na décima terceira rodada de leilões os ativistas do Fórum do Espírito Santo, do FAPP-BG (Rio de Janeiro) e técnicos da ONGs FASE, todos participantes da Campanha “Nem Um Poço a Mais”, apresentaram faixa com dizeres contrários à expansão petroleira e falaram por 5 minutos para um auditório com aproximadamente 200 funcionários de empresas do ramo petrolífero e técnicos governamentais, cobrando que a população deve o direito a ter voz e falar sobre o leilão de bens comuns (figura 10).



Figura 10 Fotos do grupo de militantes envolvidos na campanha “Nenhum poço a mais” durante a audiência pública da 13ª rodada. (Fonte: <https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/areas-livres-de-petroleo/cinco-minutos-contra-a-expansao-petroleira-campanha-nem-um-poco-a-mais-argumenta-sobre-a-13a-rodada-de-licitacoes-de-blocos-para-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas-natural/>)

Nesse evento o militante da FASE, participante do Fórum e da campanha “Nenhum poço a mais” Marcelo Calazans (fonte <http://areaslivresdepetroleo.wordpress.com>) afirma:

“questionar veementemente a expansão da fronteira petroleira, não apenas por motivos óbvios, como o imperativo civilizacional de frear as mudanças climáticas, mas também pela absoluta ‘petroleod dependência’ da economia e da política nacional (...) essa realidade reforça a intensificação de outras cadeias altamente impactantes, como a da mineração, da siderurgia atrelada à produção de monocultivos de eucaliptos para carvão, além das infraestruturas de logística para transporte, refino e distribuição”.

4.1.3 Práticas educativas

“Para o MST, investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, um gesto, alias, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são face e contraface do mesmo processo.” (TIERRA, 1996 apud CALDART, 1997, p.22).

A partir da epígrafe anterior, podemos pensar como o FAPP-BG pensa e pratica os seus processos educativos?

Sobre esse tópico, tal como a história do FAPP-BG, as práticas educativas que nesse Fórum ocorrem nele ou que são desenvolvidas através dele, está a maior parte dos seus contornos apenas na memória de seus sujeitos históricos. Veremos abaixo algumas práticas desenvolvidas nesse grupo tais como: “Toxic Tour” (Ecovivências) e os Seminários.

a) “Toxic Tour” (Ecovivências)

Em 2012, o FAPP-BG aproveitando que no Brasil ocorreria a RIO + 20, no Aterro do Flamengo e teria a presença de lideranças, políticos, militantes, jornalistas e organizações internacionais articulou com a Associação da População atingida pela Companhia Siderurgica do Atlântico (APA CSA), Articulação dos Atingidos pela Vale, Associação Homens do Mar (AHOMAR), Justiça Global, o PACS, FASE, Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul Américas, Amigos da Terra Brasil, Oilwatch, World Rainforest Movement, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Coletivo Fazendo Media, Rio40Caos, Instituto mais Democracia para fazerem uma atividade que alguns militantes do grupo já desenvolviam, chamada de “tóxic tour” envolvendo todas as instituições acima descritas (informações disponíveis em <http://riotoxico.hotglue.me>).

Essa atividade foi realizada durante o período de 15 a 17 junho de 2012, cujo objetivo foi apresentar, para os participantes dessa vivência, que a cidade que promete criar novos marcos ambientais legais para a vida na Terra, porém na verdade possui um

projeto hegemônico “necroeconômico” implantado e funcionando através de megaempreendimentos que se aproveita da “maquiagem verde” do discurso oficial.

Essa vivência, chamada de “Rio+Tóxico”, iniciou na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela maior parte do financiamento de diferentes empreendimentos tóxicos. E de lá passou por 3 municípios: Rio de Janeiro (Santa Cruz), Duque de Caxias e Magé, indo até os territórios afetados pelas seguintes empresas: siderúrgica ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), refinaria de Duque de Caxias (REDUC/Petrobrás) e dutos da TRANSPETRO (Petrobrás) e aos contaminados pelo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e pela “Pó de Broca” (o inseticida BHC), deixado no local após a desativação da Fábrica de pesticidas do Ministério da Saúde que produzia essa substância química que causa câncer. Durante essa imersão nas desigualdades socioambientais, os participantes foram recebidos pelas lideranças, moradores locais e pelos militantes dos movimentos sociais que compartilharam os seus saberes dessas lutas socioambientais.

Além desse “tóxic tour”, os militantes desse fórum, realizaram outras vivências desse tipo com diferentes grupos de estudantes, populares e em parceria com outros seminários como SEMIJARE de 2013. Esse roteiro é muito parecido com o modelo desenvolvido durante o “Rio+tóxico”, porém eles só se focam com os problemas e conflitos que ocorrem em Duque de Caxias (figura 5). No ano de 2014 durante a realização desse seminário o “tóxic tour” foi vivenciado na região de São Gonçalo, região oposta a Duque de Caxias, mais pertencente a Baía da Guanabara.



Figura 5: Foto do tóxico tour inserido na programação do seminário (SEMIJAIRE). (Fonte: <https://www.facebook.com/FappBg/photos/a.494873413955779.1073741828.271721662937623/494873530622434/?type=3&theater>)

Essa nova visita “técnica”, porém muda de nome para uma expressão na língua portuguesa, chamando-a de “Ecovivências”.

Em 2016, essa vivência foi realizada em parceria com os participantes de outros movimentos sociais, jornalistas e cinegrafistas de vários países; porém o seu foco mudou, sendo chamada de “Águas da Baixada: uma ecovivência no Rio Guandu”, cujo objetivo principal foi conhecer a realidade das condições da principal bacia hidrográfica da região e da estação de tratamento de água que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro, conforme a figura 6 do convite.

Segundo Leila Costa em sua dissertação de mestrado essa ecovivência teve a participação ativa do GT mulheres e foi importante como processo de construção de conhecimento e de luta:

No mês de julho, já estava participando com elas na reunião mensal do Fórum [...] e na organização no I ECOVIVÊNCIAS: rios da Baixada. [...] um exemplo de ação formativa e também de enfrentamento foi a organização da I ECOVIVÊNCIAS [...] fizemos um giro nas nascentes e nas desembocaduras dos rios contaminados pelo despejo de dejetos e resíduos tóxicos nos rios Iguaçu, Sarapuí e Botas, no qual tivemos a presença de jornalistas e cinegrafistas da

França, Itália e Holanda e conseguimos nas entrevistas denunciar os impactos de degradação e poluição das águas da Baixada Fluminense (COSTA, 2017, p. 115).



Figura 5: Convite para a atividade chamada de Ecovivência.

Destacaremos que nessa vivência, o processo educativo foi filmado e disponibilizado no site do youtube servindo também para dar maior visibilidade para as atividades desse Fórum.

Nessa atividade o principal foco do grupo foi vistoriar os rios da Baixada Fluminense e o objetivo foi escrito por Carlos Senna no vídeo publicado na internet, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJmvertDKxGk>.

proporcionar as pessoas uma visão do que realmente está acontecendo na luta entre as necessidades da indústria, as necessidades da natureza, e a necessidade de sobrevivências do ser humano. E nesse jogo de interesses, o povo que é a maior parcela de seres humanos do planeta, vive em dois lados paralelos, em um, ele é submetido aos caprichos de quem se julga em um patamar superior. Em outros, todos que se julgam em um nível superior, dependem dele para viverem esta superioridade.

Carlos Senna ainda escreve em outro quadro do vídeo acima descrito:

(...) essa é uma das definições para ecovivências: um passeio para se conhecer a realidade do povo, e do meio ambiente, onde a lei do mais forte ainda impera. Uma oportunidade de ver de perto a realidade do extrativismo humano, gera lucro a poucos, com um desgaste ambiental e social, que vai levar o planeta a ser um lugar impróprio

para a raça humana. O mundo não acaba, nós é que perdemos a capacidade de viver aqui.

Nessa ação ainda destacaremos o depoimento de Sergio Ricardo (movimento Baía Viva):

[...] pois o grande desafio nosso agora é o seguinte como nós vamos manter na agenda política as questões da Baía [Guanabara], e aí não é só a questão ambiental, é a questão cultural aqui, tem a Igreja do Pilar, tem aqui Guia de Copabaiba, tem uma série de patrimônios aqui para o COMPERJ destruir, monte de sambaqui e... aqui para o Arco rodoviário destruíram dezoito, vinte (...) a gente tem um desafio como a gente mantém fora desse processo das Olimpíadas que se encerra daqui a um mês, o debate da Baía Viva, em relação a pesca, aí eu acho que tem que ter um campo de aliança, o primeiro campo de aliança se dá entre nós e os outros (...) teve o lançamento do livro do Emanuel, acho importante esse livro é muito interessante que ele traz os dados mais atuais que ninguém encontra em lugar nenhum, a imprensa fica procurando e não encontra, é temos a ideia de fazer um lançamento aqui, sabe acho que é uma oportunidade, é um outro instrumento aí roda com esse livro divulgando ele e fortalecendo uma rede de cidadania para defender a Baía e a bacia hidrográfica.

E de Sebastião Raulino que explicou aos participantes quem é o FAPP-BG e o seu principal foco de militância:

[...] esse fórum foi criado a partir de um seminário sobre 50 anos da refinaria Duque de Caxias, que aconteceu em 2012, naquele seminário 50 anos de Reduc ganhos perdas e danos se decidiu que criar o fórum para se implementar as propostas colocadas no Fórum, no fórum saiu esse livro 50 anos de Reduc ganhos perdas e danos (...), escrito a várias mãos, por pessoas aqui de Caxias, do estado do Rio, e também de outros Estados e aí eu quero colocar uma questão importante nesse agradecimento e na conversa com alguns correspondentes estrangeiros que estão aqui, também, que é seguinte que essa Baía de todos os problemas, e de todas as belezas largadas e abandonadas essa baía tem a questão do saneamento, da falta de esgoto doméstico, falta de habitação adequada, dos seus moradores, falta d'água contínua, da vulnerabilidade hídrica, porque os rios foram estragados e se depende muito Paraíba do Sul, Guandu, tem esse lado, tem o outro lado pela poluição por indústria, principalmente pela indústria do petróleo, petroquímica e química e esse cenário que o Miguel alerta ali do pré sal São Paulo, Rio, Espírito Santo é um cenário que ameaça muito mais a Baía de Guanabara, né pela pressão por novos empreendimentos COMPERJ, oleodutos, gasodutos, terminais, e repete o mesmo modelo de desenvolvimento que já deu errado para agora, (...) essa Baía desse jeito ela é importante também nessa nossa luta porque o modelo petróleo dependente, nesse modelo destruidor da natureza e das pessoas esse modelo tem sido investido nesse modelo e a gente tem visto isso acontecer SUAPE, Pernambuco, ES litoral todo, os pescadores sofrendo estaleiros, super portos, é o mesmo modelo e

aí vem mais o fracking bacia amazônica (...) essa baía acaba por ensinar ao restante do país que esse modelo não dá certo que esse modelo é explorador da natureza e das pessoas então fugir a esse modelo petróleo dependente né, até se associar a campanha nenhum poço a mais é um caminho para a gente falar que tá na hora de a gente largar o modelo do petróleo que são riquezas que concentram, que geram governos autoritários, corrupção e violência, pensemos em uma transição pro modelo melhor, né então é... o FAPP-BG junto com Baía Viva e outros movimentos eu acho que tem essa coisa da Baía de Guanabara pensar o Brasil (...).”

Nesse mesmo ano, essa prática social ganha outros estados e vai ser realizada no Espírito Santo em parceria com a ONG FASE e o Fórum de Atingidos de indústria do petróleo do Espírito Santo, criado com base nas ações exitosas do FAPP-BG. Essa atividade ganha o nome de “giro” pelos territórios em conflito com o complexo petrolífero do Espírito Santo (figura 7).



Figura 7: Foto do “toxic tour” feito no Espírito Santo durante o seminário

A partir da nossa reflexão teórica sobre essa atividade, podemos pensar que esses sujeitos históricos que “respiram” e sentem o conflito ambiental

(...) se colocam como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente. Organizadas em movimentos ou dispersas na forma de denúncias, há vozes que explicitam a perpetuação de um cenário de desigualdades e de conflitos, evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território. As disputas decorrentes deste cenário se instauram nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito

e pelo poder de construir e fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço (ZHOURI, 2010, p.11)

Nesse sentido, os conflitos ambientais apresentados durante essa imersão no território, desvelam as contradições nas quais esses moradores não só são excluídos de receber os benefícios propagados pelo projeto neoliberal, agora adjetivado pelo projeto hegemônico de “desenvolvimento sustentável”, como são o destino de todo o ônus gerado por ele. Ou seja, esse projeto neodesenvolvimentista amplifica as injustiças ambientais, que estão presentes nas condições concretas e históricas da vida em coletividade, relacionadas em sociedades que exaltam o individualismo e as desigualdades.

Esse tipo de projeto constrói narrativas que se utilizam de estratégias sociopolíticas que, com a justificativa de economizar recursos para aumentar a competitividade não controlam os seus resíduos ou poluentes causando desastres (crimes) ambientais e fazem justamente o contrário, destinam todos os danos aos trabalhadores dessas empresas, as populações originárias, tradicionais, quilombolas, pescadores, moradores de comunidades de baixa renda (ZHOURI, 2010) escolhidos propositalmente devido a um racismo ambiental que está estruturado em nossa sociedade.

b) Seminários (diálogos de saberes)

Como mostramos no item anterior (4.2.2) os seminários podem ser um espaço de uma ação coletiva, bem como, uma prática educativa. Para Paz, Nascimento e Silva (2014, p. 117) organizar, realizar e se apresentar em um seminário pode ser definido tanto como um método de trabalho ou se constituir como uma técnica. Para esses autores um seminário pode se constituir como “uma prática didático-pedagógica aplicada” e é muito desenvolvida como um trabalho de grupo a “no ensino médio, pós-médio, graduação e pósgraduação, como técnica de ensino socializante” (CAMPOS, 2006, p.8).

Nesse grupo social, que luta contra essa desigualdade ambiental e enfrenta esse racismo instituído, os seminários abrem espaços para que todos os membros da sociedade possam emitir as suas opiniões sobre as questões do cotidiano relacionadas a esse modelo petróleo dependente que através de processos autônomos de construção

coletiva de conhecimento e sistematização de saberes, bem como, a sua partilha com a sociedade.

Nesse sentido, o FAPP-BG organizou o seu primeiro seminário, porém agora como grupo social constituído. Esse seminário foi pensado para ocorrer nos dias 18 e 20 de janeiro de 2013, pois nessa data ocorreu o maior derramamento de óleo da Petrobras, na região de Duque de Caxias, já explicado anteriormente.

Segundo Vaz (2013) participaram desse seminário mais de cem pessoas, entre membros de movimentos e moradores da região. Na programação abaixo exposta através do folder (figura 7) os debates estavam relacionados aos conflitos ambientais relacionados a indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía da Guanabara, e logo em seguida ocorreu o lançamento do livro (versão e-book em CD) “50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal”. No final desse evento foi redigido um documento fazendo uma síntese dos debates e apresentando apontamentos futuros.

Segundo Sebastião Raulino (apud VAZ, 2013, s.p.), membro do FAPP-BG,

“um dos grandes problemas na região da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), que dificulta a articulação política de resistência às ações da empresa petrolífera, é a falta de estudos formais sobre seus impactos socioambientais. A Baía de Guanabara está se tornando uma planta industrial da Petrobras. Então, vamos discutir a questão da saúde, dos estudos e até a necessidade dessa indústria do petróleo para o país”.

E para outra participante desse movimento, que representa a ONGs FASE, Julianna Malerba (apud VAZ, 2013, s.p.)

“a ideia é que, no final do Seminário, o Fórum tenha duas claras agendas de atuação: uma local, de controle dos riscos sob os quais a população no entorno da REDUC está submetida; e outra de controle das violações de direitos que tendem a se repetir em outras regiões do Brasil por conta da expansão da indústria do petróleo graças à descoberta do pré-sal”.

Como podemos observar nas falas dos militantes, corroborando com as reflexões de Loureiro (2002) esse movimento de recente trajetória, apresenta uma grande diversidade de tipos de instituições ou grupos sociais e objetivos específicos, porém tem em comum a construção coletiva de uma força social com condições de fazer transformações culturais e políticas.

A processo de diálogo de saberes é uma marca tão forte que o FAPP-BG participou do Seminário Nacional da Campanha Nenhum poço a mais, que ocorreu no Espírito Santo em 2016. Esse evento contou com a presença do movimento nacional de pescadores, com representantes do Nordeste, quilombolas (marisqueiros) da Bahia, do Espírito Santo, representante do movimento equatoriano contra o petróleo e a preservação de uma área amazônica patrimônio da humanidade, militante do Observatório Petrolero Sur (OPSur) da Argentina, sindicato dos



Figura 7: Foto da plenária final do seminário no Espírito Santo . (Fonte: <https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/areas-livres-de-petroleo/declaracao-da-campanha-nem-um-poco-a-mais-dezembro-de-2016/>)

E o símbolo desse conhecimento e do desejo de compartilhar seus saberes fez um discurso que no final fecha afirmando “(...) não subestime o marinheiro, que seu trabalho faz a revolução, Almirante João Cândido, líder da Revolta da Chibata (...)”.

Scherer-warren (1999) classifica os movimentos sociais de acordo com as ações coletivas que podem ser divididas em três tipos: denunciamento (protesto e conflito); cooperativismo (parceria e solidariedade); e a última utopia civilizatória. Ao analisarmos o histórico das atividades do fórum sujeito dessa pesquisa, podemos supor que esse grupo social reuni todas as três características (tipos) apresentados anteriormente.

A partir dessa análise podemos pensar em uma nova categoria de movimento social que estaria relacionado aos construtores do “inédito-viável” (FREIRE, 1989, 1997). Paulo freire explica

(...) Não podemos *existir* sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, a favor de que, contra que, a favor de quem, contra quem virá; sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o "inédito viável" demandando de nós a luta por ele (Ibid., p.50).

Para esse educador, através da "leitura do mundo" as classes populares conseguem decodificar de forma profundamente crítica as “situações-limites”, que para além delas observaremos o "inédito viável" (FREIRE, Op. cit.).

Na concepção de Paulo Freire as “situações-limites”, podem representar impedimentos ou “montanhas” que os oprimidos são expostos na sua realidade concreta de forma individual ou coletiva que necessitam ser suplantadas.

Nesse Fórum essa ideia é facilmente observada através dos vários textos de diferentes fontes que demonstram que existem diversas “situações-limites” como a falta de água, saneamento, trabalho, transporte, falta de assistência à saúde etc (FAPP-BG, 2013).

Nesse sentido, o militante desse grupo social apresentou diversas atitudes diferentes diante dessas “situações-limites” apresentadas anteriormente, não se permitindo a vê-las como muralhas intransponíveis, como geralmente se observa comumente nas conversas informais com moradores da região, mais pelo contrário, esses atores sociais desse movimento social, provavelmente através do seu “saber de experiência feito”, como afirma Freire (*op.cit.*), lutam para romper se dedicando na superação desse “status quo” opressor articulando-se para agir e a criarem um “inédito-viável”, isto é, “uma crença no sonho possível e na utopia que virá desde que fazem a sua história” (*ibid.*, p.50).

Corroborando com as reflexões anteriores Loureiro (2002) argumenta que alguns tipos de movimentos sociais que apresentam uma estratégia de transformação local e microsocia que possui uma abordagem em diálogo com a democratização do Estado e a apresentação de alternativas socioeconômicas, políticas e culturais, pensando essas ações no ambiente do país, sua integração regional e internacionalmente. Como podemos observar na afirmação anterior podemos trazer o FAPP-BG, como um exemplo desse tipo de movimento.

A partir do próximo item, apresentaremos as categorias temáticas identificadas durante as etapas da pesquisa desenvolvidas nesse doutorado. Como explicamos no capítulo 1 (metodologia), a análise do conteúdo pode ser trabalhada através da tematização dos conteúdos comunicativos, isto é, que nos “leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise” (CAMPOS, 2004, p.613) que através de leitura densa e repetitiva do “corpus da análise” em diálogo com o referencial teórico identificamos determinadas categorias que emergiram desse contexto comunicacional (BARDIN, 1977).

Nesse sentido, nos inferimos, isto é, extraímos consequências, deduzimos de forma racional (lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o contexto em que esta foi emitida. Logo corroboramos com Henry e Moscovici (1968) (apud BARDIN, *op. cit.*, p.40), que:

“Qualquer análise de conteúdo não visa o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objeto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos”.

4.2 Diálogos analíticos de saberes

4.2.1 Categorias

Nesse item analisaremos x categorias analíticas apresentadas na metodologia em dialogo com o nosso regencial teórico, definidas como: racismo e oprimido ambiental; sujeito da terrexistência, territorialiania e a educação ambiental Desde El Sur

4.2.1.1 Racismo e Oprimido ambiental

[...] a partir da implantação dessa indústria na cidade [...] a gente percebeu um investimento grande por parte dos governos, [...] para as indústrias se instalarem, mais para receber as populações [...], esse investimento não ocorreu, [...] infraestrutura urbana, saneamento, moradia, saúde e educação. Somos tratados como cidadãos de terceira categoria que temos que viver de qualquer jeito sujeito a poluição, e aos riscos de acidentes. (Entrevistado II: José Miguel da Silva).

Como descrito nas palavras dos membros acima explicitados, as relações entre esses moradores/militantes e o território são indagadas de forma ontológica. Se o morador trabalhador ou desempregado vive oprimido pela estrutura capitalista petroleira, sua forma de ver o mundo e de si será como descrito na pesquisa de Raulino (2009) que eles vem as empresas como salvadoras, que trarão progresso e emprego, porém se os moradores/militantes vivem as lutas, os conflitos e o racismo socioambiental está em processo a transformação das territorialidades e do território, isto é, uma outra maneira de construir as suas palavras em relação com o “modus operandis” da vida em uma sociedade capitalista, de si e com os seus pares.

Essa ideia será reforçada no documento base desse movimento, chamado de Declaração de lançamento do Fórum, quando o mesmo afirma que:

“(...) a desigualdade e a injustiça ambiental vivida pelas populações diretamente afetadas pela indústria do petróleo e petroquímica instalada nas cercanias da Baía de Guanabara têm origem em processos complexos de produção de desigualdades envolvendo relações entre trabalhadores, empresas, sociedade e governos. Elas também refletem o quadro de concentração de poder na apropriação dos recursos naturais e na definição do uso desses recursos que caracteriza a história do país. Em diversas regiões do Brasil são os

trabalhadores, os grupos de baixa renda, as **populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia** que estão mais expostas aos riscos ambientais e que tem menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, a água potável e a segurança fundiária. A elas é também negada a possibilidade de participar efetivamente das decisões sobre o uso do espaço em que vivem e que influem diretamente na qualidade de suas vidas” (anexo1). (grifos do autor)

É importante destacar que essa visão de mundo, não está presente só no Brasil, pois no documento emitido pela rede anti petroleira Oilwatch em 2001 (BRAVO, Et. All., 2001) essa rede afirma que existe uma relação estreita entre o racismo e os combustíveis fósseis. Como podemos observar no texto abaixo:

(...) La generación de energía en el mundo y el racismo están estrechamente ligados. Las actividades de exploración, extracción, refinamiento y transporte de carbón, gas y petróleo afectan principalmente comunidades locales discriminadas, social y económicamente. Estas poblaciones que, por otro lado, son las que menos energía consumen, son las que sufren los mayores impactos. Las actividades de extracción intensiva de recursos naturales han hecho que los pueblos sean más vulnerables, pues han perdido sus territorios y sus culturas están amenazadas, ahora más pues la frontera de petróleo y gas avanza hacia zonas de bosques naturales, en donde aún viven pueblos de manera armónica con su medio ambiente. (...) Existe una distorsión en el mundo sobre quiénes son y quiénes representan a las mayorías. En países, donde las poblaciones son esencialmente indígenas o negras, las consideran minorías y una élite, con intereses políticos y económicos, asume la representación del interés nacional. (BRAVO, et. all., 2001).

Retomando o debate teórico, Alier (2007, p.230) define o racismo ambiental como a “distribuição desproporcional de resíduos tóxicos juntos às comunidades” que nós enfatizamos nos países latino-americanos, africanos, asiáticos em territórios disputados pelo projeto capitalista urbano-industrial. Já na concepção de Gould (2004) esse termo foi criado, pelos militantes de direitos civis dos Estados Unidos, para expor a discriminação racial.

Para esse autor os movimentos sociais que apresentam essa “bandeira”, não estão preocupados com as externalidades ambientais não reparadas, mais com a discriminação racial. Essa mobilização é muito forte nos Estados Unidos pela tradição na luta por direitos civis, por onde ele se constituiu e foi incorporando as lutas ambientais.

No Brasil podemos observar que existe uma diversidade de situações, como o próprio Alier (2007) aponta como a luta dos Seringueiros através da liderança de Chico Mendes, a luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) entre outros como o FAPP-BG.

As práticas sociais, as ações educativas e os textos desse movimento reforçam a sua luta contra as injustiças e o processo do colonialismo “tóxico”, que está associado ao comportamento opressor do capitalismo globalizado, associado a pequena burguesia local, que atrelados a interesses “necroeconomicos” e injustos, despejam todos os resíduos tóxicos sobre as comunidades pretas, étnicas, tradicionais e populares de territórios (ACSELRAD, 1996). Como descrito nas palavras de um membro do FAPP-BG:

Muita dificuldade Para você lidar com esse produto [petróleo] é porque é tóxico e há a possibilidade de se pensar uma energia ou hoje Para que ele possa desenvolver produzir mas que não cause tanto a humanidade de sempre quando se fala em uma empresa de grande porte de petróleo Só se pensa em **um lugar de mais pobreza e mais miséria** Então subi entendo é que esse capital é perverso e vem com uma máscara né, muito útil que vai dar emprego que vai dar você vai progredir que você vai mas e riqueza mas a riqueza vem somente para ele produzir ali levar te deixa fica muito pouco haja vista a Petrobras que veio em 60 A década de 60 ela foi construída por aqui o município de Caxias deveria ser um dos mais ricos mais promissores mais estamos vendo que em torno da Petrobras **é a maior miséria** Campos Elíseos, Cangulu, Ana Clara, Saracuruna, **um lugar desprezado** tudo para lá tem dificuldade para você ter acesso a um hospital tudo é longe o benefício dessa grande palavra Ouro Preto fica muito enrotação (Entrevistado II: José Miguel da Silva) [grifo do autor].

Sendo reforçada a importância do desvelamento das injustiças socioambientais nas palavras da entrevistada IV:

[...] e é um clamor das próprias mulheres que estão com a gente então é detectar as injustiças socioambientais do local.
(Entrevistada IV: Leila Salles)

Essa estratégia do capital é reforçada pelo governo, as instituições legais (judiciário), econômicas, políticas (legislativo) e militares, associando a constituição de facilidades legais e práticas indústrias (BULLARD, 2004). Na atual situação do Brasil está ocorrendo mudança na legislação, flexibilizando os seus aspectos legais para facilitar o capital, além de contar com recursos financeiros do Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é público, garantindo benefícios para os países hegemônicos e imperialistas (BORON, 2000).

Esse processo colonial interno, que ocorre nos países periféricos, gera um racismo institucional, onde instituições governamentais, associadas a projetos políticos neodesenvolvimentismo ou neoliberais, organizam e propagam um sistema de dominação gerando iniquidades raciais, explorações políticas e isolamento social (BULLARD, 2004).

(...) o poder político exercido sobre essas comunidades coincide com a privação econômica vivenciada pelos cidadãos negros. Historicamente as colônias tem existido somente com o propósito de enriquecer, de uma forma ou de outra, o colonizador; a consequência é a manutenção da dependência econômica (CARMICHAEL, HAMILTON, 1967 APUD BULLARD, Op. Cit.).

Esse processo interno está associado ao colonialismo, inicialmente eurocêntrico atualmente ampliado pelo imperialismo, que representa a demonstração de força política e econômica que marca a subalternização da autonomia de um povo aos caprichos de outro (MALDONADO-TORRES, 2007).

Nesse sentido, Oliveira e Candau (2010, p.18) afirma que o colonialismo sobrevive nas ex-colônias localizadas na América, Ásia e África na estrutura do formato da colonialidade.

Aprofundando o debate sobre essa questão, Walsh (2008) afirma que o eixo estruturante da colonialidade está relacionado a quatro temas centrais: “o poder, o saber, o ser e a relação com a natureza” (Ibid., p.10), como detalhado no capítulo 2.

Aprofundando essa questão, podemos supor que a colonialidade do poder estruturou a subjetividade e a construção do pensamento do oprimido, com base no conceito de raça para que os opressores (branco, patriarcado e eurocentrado) continuem a tendo o mesmo nível de poder e de dimensão social (OLIVEIRA e CANDAU, 2010), ou seja, nega aos oprimidos seu modo de ser, viver e re-existir, instituindo nos povos originários, pois o nome índios foi dado pelo eurocentrismo, e dos povos da diáspora (negra) construindo uma outra identidade única homogeneizante e deletéria com uma carga de negatividade.

E quando falamos de opressor e oprimidos logo vem a nossa mente as palavras de Paulo Freire que afirma que nessa relação dialética, associada a violência de um para com o outro ocorre um processo de perda da humanidade, que

leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem

recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 1987, p. 30).

Essa afirmação de Paulo Freire, dialoga com o projeto e os textos do FAPP-BG, que buscam como descrito na Declaração de lançamento do Fórum:

Internalizar as discussões do Fórum junto aos conselhos municipais, especialmente do conselho de desenvolvimento da Cidade de Duque de Caxias (CONCIDADE), com vistas a influenciar sua agenda e a discussão das políticas públicas municipais. (...) estabelecer parcerias e construir ações solidárias com movimentos sociais, moradores e organizações das áreas de influência da indústria do petróleo e petroquímica. Desenvolver ações de formação que relacionem petróleo, gás e injustiças ambientais para movimentos sociais, trabalhadores, professores, moradores de áreas atingidas, entre outros, bem como exigir a inserção destas informações nos currículos escolares (FAPP-BG, 2003).

Podemos observar pelo texto anterior que esse movimento deseja envolver a todos, opressores e oprimidos para juntos promoverem o diálogo de saberes, porém sem estarem em uma posição de subalternidade, sem aguardar a falsa generosidade dos opressores, pois a ordem social injusta é a fonte desse sentimento. Os oprimidos, neste caso os membros do FAPP-BG, buscam a verdadeira generosidade que está na luta, para que as mãos dos condenados da terra (FANON, 1967) se façam “cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo” (FREIRE, *op. cit.*, p. 31).

Além disso, esse projeto do sistema mundo colonial retoma uma outra dimensão, a do racismo ambiental pouquíssimo considerada nas propostas da EA crítica, como podemos observar inclusive na ausência dessa categoria na pesquisa sobre as macrotendências da EA elaborada por Layragues e Lima (2014).

Sobre esse tema podemos destacar o trabalho de Barrozo e Sanchez (2015) e Stortti e Sanchez (2017), sendo esse último relacionado ao contexto de formação de professores e as ideias dos estudantes de licenciatura em biologia de uma faculdade particular de Duque de Caxias, relacionadas ao racismo ambiental, educação ambiental (EA) e ensino de biologia.

Para os primeiros autores a baixa produção acadêmica sobre esse tema possibilita a seguinte reflexão: “De quais meios a educação ambiental poderá dispor para atuar no combate ao racismo ambiental? Como estes meios poderão ser aprimorados?”

No caso específico do FAPP-BG, o combate ao racismo ambiental está atrelado ao eixo central de sua atuação, seja através das suas propostas descritas no manifesto da Declaração de lançamento do Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara, que afirma:

(...) Em diversas regiões do Brasil são os trabalhadores, os grupos de baixa renda, as populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia que estão mais expostas aos riscos ambientais e que tem menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, a água potável e a segurança fundiária (anexo 1).

Além de propor um

(...) conjunto de propostas apresentadas no “Seminário 50 anos de REDUC: Ganhos, Perdas e Danos” visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental (anexo 1).

Dialogando com o conceito de justiça ambiental proposto por um dos seus parceiros estratégicos a Rede Brasileira de Justiça Ambiental:

“Conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais estaduais e municipais locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas” (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 2001, Apud FAPP-BG, 2003).

Esse princípio é ressaltado em todas as práticas sociais e nos processos educativos, como observado na declaração dada durante a atividade chamada tóxico tour:

(...) o objetivo do grupo é mostrar que, na mesma cidade que promete redefinir os marcos ambientais do planeta, estão sendo erguidos ou tocados uma série de mega projetos na contramão do discurso oficial. (...) a existência de pequenos lixões nos quintais das casas, a céu aberto e sem qualquer tratamento ou cuidado no armazenamento. Também foi possível verificar diversos locais de separação de material reciclado, sem as condições mínimas necessárias à manutenção da saúde e das condições salubres de trabalho (RAMOS, 2014).

Como podemos observar existe uma ação interna de combate ao racismo estruturante de nossa sociedade, porém existem outros preconceitos que ainda são pouco

tratados no Fórum, mais que precisam ser mais debatidas e estabelecidas ações para combatê-las, bem como, mais investigadas, como na dissertação de Leila Sales (2016).

4.2.1.2 Sujeito da terexistência (territorialidade + resistência + existência e re-existencia)

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com o seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e as suas circunstâncias."

(Paulo Freire, 1979)

Para refletir sobre esses sujeitos históricos que participam do FAPP-BG, voltaremos a dialogar com os teóricos do campo dos movimentos sociais, apresentados no nosso referencial teórico, primeiramente com Zibechi (2008) que cunhou o conceito de Sociedades em Movimento estabelecendo a ideia que determinados movimentos sociais podem apresentar duas características marcantes nas lutas sociais na América Latina:

[...] a primeira, mais comum ao conceito de movimentos sociais, é a de organizações que lutam e reivindicam direitos e questões ao estado. A segunda (Sociedades em Movimento), que o conceito de movimentos sociais não trata necessariamente, é a de que estas organizações têm, em seus processos constitutivos, capacidade de produzir novidades e mundos novos desde suas relações sociais territoriais e constitutivas (ZIBECHI, *op. cit.*, p. 17).

Para esse autor, esse segundo grupo, relacionado as lutas sociais latino-americanas, podem apresentar um pensamento decolonial que contribuiriam para que esses sujeitos sociais latinos tivessem uma força contrassistêmica, devido as relações sociais outras relacionadas a sua cosmovisão, ancestralidade e os seus saberes outros.

Zibechi (2008) inicia a sua análise a partir do princípio que os movimentos sociais latino-americanos são movimentos territorializados. A noção de território envolve todo o sistema de relações sociais (fluxos e circulações).

Neste sentido, a luta pelo território não se restringe apenas à distribuição de terras ou espaços urbanos, mas é a luta por todas as dimensões: tecnologia, mercado, educação, saúde e principalmente contra o capital que procura controlar os territórios. Portanto, trata-se de uma luta multidimensional e complexa.

O autor analisa que a dinâmica de apropriação territorial como prática coletiva é uma resposta estratégica dos “pobres” à crise da fábrica e à desterritorialização produtiva impulsionada contra as reformas neoliberais e ao processo de privatização do público na esfera política.

“Essa tendência à reapropriação comunitária do espaço da vida onde se assentam esses movimentos, refere-se tanto a experiências de auto-gestão produtiva, de resolução coletiva de necessidades sociais como às formas autônomas de gestão dos assuntos públicos. Neste contexto podem ser abarcados os acampamentos do MST, as comunidades indígenas do Equador e Bolívia, os zapatistas, as fábricas recuperadas da Argentina etc”, (ZIBECHI, 2008, p. 19).

Podemos observar que o FAPP-BG, poderia ser incluído nesse segundo grupo de movimentos sociais como descrito por Raúl Zibechi, pois vários membros desse grupo buscam soluções coletivas dos problemas socioambientais locais, bem como, autonomia e autodeterminação quando participam de conselhos de políticas públicas em diferentes esferas de governança, em relação aos temas públicos. Esse processo de participação em espaços de construção ou desconstrução de políticas públicas é tão visceral para vários integrantes desse grupo que ao se apresentarem uma das primeiras coisas que eles falam é: sou membro desse ou daquele conselho ou comitê, como podemos observar no fragmento abaixo:

[...] Até mesmo assim essa coisa do **conselho**, quem fazia eramos nós, na época do Cezários, depois quando o Cezários não mais estava no sindicato, eu lá continuo com Black, e tal veio Simão não deu ênfase também, **falava vamos lá! bota lá o Sindicato na Baía da Guanabara [Comitê da Bacia Hidrográfica]**, também não ia, não tomava a frente [...] é porque fica muito... o dirigente sindical quera

ou não quera a maioria se ele não se dedicar, ele só fica na parte da coisa, só pega as benesses que é o a situação e as mazelas da luta só isso como a mazela da lua é forte para cacete e o nosso é o cara não vai tocar mais nada. [...] eu aprendi muita coisa caramba, encaminhar essa luta, interagir com a sociedade como um todo, muita coisa que a gente implementou no **conselho** eu mesmo... a gente implementou várias, várias, hoje a gente chamaria de roda de conversas, vários, vários retornos, nós físemos isso, Campos elísios, jardim Primavera naquela época fizemos em vários lugares. (Entrevistado IV: Sergio Abadi) [grifo do autor].

[...] de qualquer maneira eu estou lá no CONDEMA, **Conselho Municipal de Meio Ambiente**; eu acabo acompanhando os problemas todos, atuais; não só os do que eu já acompanho (Entrevistada III: Marlucia Santos) [grifo do autor].

Além disso, esses militantes promovem uma luta em prol do território, não apenas para garantir moradia saudável e sustentável, mais disputam com o capital internacional o controle do mesmo, com tudo que tem nele água, o solo, o ar, as mentes e corpos dos seres humanos que habitam nele.

Como podemos observar nos trechos abaixo:

[...] quando se fala de uma empresa de grande porte de petróleo só se pensa em um lugar de mais pobreza e mais miséria então se subentende que esse capital é perverso e vem com uma máscara muito sutil de que vai dar emprego de que vai, vem riqueza mais a riqueza vem realmente para ele produzir ali e levar e o que deixa? Fica muito pouco! Acha vista a Petrobras que veio em 60, na década de 60 ela foi construída aqui e... o município de Caxias devia ser um dos municípios mais ricos e (...) está vendo que em torno da Petrobras é a maior miséria que nos temos hoje, Campo Elísios, Cangulo, Ana Clara, Sarapuí, [Bairros desse município] um lugar desprezado, tudo para fazer lá tem dificuldade, para você ter acesso a um hospital, tudo

é longe e o benefício dessa grande palavra Ouro Preto. (Entrevistado I: Daniel) [grifo do autor].

A partir da reflexão anterior o território passa a ter uma centralidade no pensamento desse movimento como mesmo apregoa no documento de lançamento do FAPP-BG como podemos observar no trecho transcrito desse documento:

Resolvemos constituir o Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara com vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região. [...] Internalizar as discussões do Fórum junto aos conselhos municipais, especialmente do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade de Duque de Caxias (CONCIDADE), com vistas a influenciar sua agenda e a discussão das políticas públicas municipais. Reivindicar estudos epidemiológicos no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias para identificar perfis de adoecimento e morte e possíveis relações com as atividades do Pólo, propondo políticas de saúde a partir desses estudos. [...] Reivindicar processos decisórios e de acompanhamento mais participativos na relação Pólo/comunidade. Atualizar o Processo de Alerta e Prevenção de Emergências em Nível Local (Processo APELL) no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias, tornando-o mais crítico e instituir concretamente o sistema de respostas de emergências (P2R2). Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais, especialmente na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica. [...] Estabelecer parcerias e construir ações solidárias com movimentos sociais, moradores e organizações das áreas de influência da indústria do petróleo e petroquímica. Desenvolver ações de formação que relacionem petróleo, gás e injustiças ambientais para movimentos sociais, trabalhadores, professores, moradores de áreas atingidas, entre outros, bem como exigir a inserção destas informações nos currículos escolares. Exigir o

monitoramento constante e democratização do acesso às informações relativas à qualidade do ar e o controle da poluição atmosférica na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica. (FAPP-BG, 2013)

Como podemos observar no pensamento de Raúl Zibechi e dos membros desse movimento as empresas desse segmento, fazem um processo de desumanização, que facilita o processo de opressão e de constituição desse sujeito social, como o oprimido, porém nesse processo de desvelamento da realidade e disputa por uma territorialidade, esse sujeito resiste como nas palavras de um de seus militantes:

eu aprendo o tempo inteiro, porque no movimento ele te aprende a **resistência**; ele leva a conhecer a realidade; primeiro a realidade né, você vai lá vendo o areal lá na sua frente; dentro, o tóxic tour tem um papel importante nisso; leva o cara a olhar lá; e dali você também vai para buscar um conhecimento mais ampliado sobre aquela problemática, né sobre aquela injustiça ambiental. (Entrevistada III: Marlucia Santos)

“[...] ir pro embate, enfrentar, então a gente, não tem tempo pro sofrimento, isso também é uma forma de **resistência** a gente vai a luta...” (Entrevistada IV: Leila Salles) [grifo do autor].

Então somada a disputa pelo território, temos uma outra territorialidade, que se constitui na práxis desses sujeitos, como podemos observar nas falas anteriores, que disputam também com a lógica do capital, que através de um processo de desumanização coisifica os seres humanos (FREIRE, 1989).

No caso específico dessa região onde se localiza o FAPP-BG essas empresas trazem para o território doenças, como as associadas aos produtos químicos liberados durante o processo de fabricação de produtos derivados do petróleo (benzeno entre outros) e morte para os oprimidos ambientais.

A partir dessa necroeconomia, podemos pensar que existe uma situação-limite (uma das categorias criadas por Paulo Freire) que é desvelada pela “leitura do mundo”

outra que esse grupo social faz. Como Freire (2011, p.54) afirma: É a “leitura do mundo” que pode possibilitar a decifração cada vez mais crítica da ou das “situações-limites”.

Então podemos pensar que nesse processo de despir da roupagem de índio, preto ou mestiço que encobriu o sujeito social outro (DUSSEL, 1993) que foi colocado através de um processo de alienação cultural (FREIRE, 1979), faz necessário uma leitura de mundo outra, reconfigurando-se também em um giro para “uma repolitização e radicalização do pensamento socioeducativo” (ARROYO, 2014, p. 46) que nesse caso em particular podemos pensar decolonial, contra a pedagogia da colonialidade.

Nas palavras de Paulo Freire podemos complementar esse raciocínio a partir da afirmação dele que a

leitura do mundo não pode ser a leitura dos acadêmicos imposta às classes populares. Nem tampouco pode tal leitura reduzir-se a um exercício complacente dos educadores ou educadoras em que, como prova de respeito à cultura popular, silenciem em face do “saber de experiência feito” e a ele se adaptem (FREIRE, 2011, p. 54).

Nesse grupo essa tensão existe o tempo inteiro, porém ao mesmo tempo que existe essa disputa por uma hegemonia interna, também existe um diálogo construído pelo “saber da experiência feita” com o saber acadêmico ou “Cadeira” (como alguns militantes chamam as pessoas que trabalham nas universidades) como podemos observar no depoimento abaixo:

[...] o Fórum eu vejo é a coisa mais técnica, mais intelectual, quer ver que eu to ouvindo to, deixa eu... hoje eu peguei uma carta, será que eu deixei em casa?; não é... era o Fórum mandando um ofício para a CEDAE, em relação aquele reservatório lá [do Rio Saracuruna que abastece a REDUC e a população capta água de forma clandestina/oficiosa] ótimo, é interessante participo mais é... a academia é importante, o Acadêmico é importante mais... nos traz para aqui, nos orienta nos informa, mais vai nos fortalecer? (Entrevistado I: Daniel Silva) [explicação do autor].

[...] batendo em ponto de faca, vindo para cá vendo nego fala que vai fazer , eu não sei escrever, quer dizer eu sei escrevo mais é para o meu, eu não tenho **catedra, catedra** para pra acumular, até tenho mais não para essas coisas, hoje eu consigo fazer um monte de coisas escrevo faço um monte de coisas, mais alí não era para mim, para mim é para ir a luta, fazer a discussão, ir para a discussão daquela parada lá do chamei ele, chamei Sebastião, Sebastião vamos fazer juntos, Sebastião, vamos construir aqui, vamos bater juntos nesse negócio, não é por aqui não Sebastião, é por aqui [por aqui era a onde?], saúde , saúde dessa porra, é para tirar a gente precisa, tem que fazer alguma coisa pra... nós queríamos fazer que a prefeitura e a e os caras alí os empresários [...] tem o projeto APELL, tem o projeto alí não vai adiantar porra nenhuma pois o cara que domina o projeto APELL é outro idiota, entendeu? É outro tapado, por que po você vai nas ruas ali atrás, agora que deram uma melhorada lá [...] você vai ali buraqueira, a estrada, o bandido, [...] bombeiro não entra, se tiver que sair deslocar uma multidão de moradores como é que vai deslocar cara, nós queríamos isso, nós queríamos modificar aquilo. (Entrevistado V: Sergio Abadi)

Essa ebulição de saberes em dialogo entre si, mesmo que em alguns momentos com certa dificuldade, é que contribuem para o surgimento de um inédito viável (outra categoria freiriana) que nas palavras de Paulo Freire ele é

[...] uma coisa inédita, ainda não conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um percebido destacado pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. Assim, quando os seres humanos conscientes querem, refletem e agem para derrubar as situações limites que os e as deixaram a si e a, quase todos e todas limitadas a ser menos, o inédito viável não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inviável. Portanto, na realidade são essas barreiras, essas situações-limites que mesmo não impedindo, depois de percebidos-destacados, a alguns e algumas de

sonhar o sonho, vêm proibindo à maioria a realização da humanização e a concretização do ser mais (FREIRE, 2011, p. 206-207).

Então a partir do entendimento desse grupo de quais são as suas situações-limites ou barreiras quase que insuperáveis (FREIRE, 1987) que os impedem de avançar nesse processo de resgatar a humanidade perdida, ou melhor dizendo o sentido da existência.

Ana Maria Araújo Freire aprofunda essa categoria freiriana afirmando que

As ações necessárias para romper as “situações-limites” Freire as chama de "atos-limites". Esses se dirigem, então, à superação e à negação do dado, da aceitação dócil e passiva do que está aí, implicando dessa forma uma postura decidida frente ao mundo. (FREIRE, 2011, p. 277).

Esse grupo social busca desenvolver as suas ações como se fossem “atos-limites” pensando e dialogando com o território, bairros ou sub-bairros de baixo IDH de Duque de Caxias e de outros municípios localizados próximos de empreendimentos da cadeia produtiva do petróleo nas cercanias da Baía da Guanabara, como podemos observar na fala dos militantes abaixo:

Ooo FAPP é uma construção de dois ou 3 companheiros na verdade é Sebastião, que iniciaram essa proposta, eu também conversei com Simão, como a gente faz para participar de um grupo que vai lutar contra a Petrobras, aí depois a gente ficou assim não é contra a Petrobras a gente pode fazer o trabalho de **mostrar as dificuldades**, as..., o que **faz de errado a Petrobras**, mais a gente também pode tentar influenciar de alguma maneira que a gente possa tirar dela também algumas **coisas que vai melhorar**, que vai **remediar** essas **condições, situações** e poderia ser uma ferramenta boa para Campos Elísios [bairro de Duque de Caxias] e tal (Entrevistado V: Sérgio Abadi) [grifo e explicação do autor].

O FAPP [...] ele se dá por um grupo de estudantes, professores, universidades, organizações não governamentais e **população que está sendo impactada e está com um nível de incomodo** então no Seminário que veio lembrar nos 50 anos de fundação da Refinaria de

Duque de Caxias REDUC, surgiu a ideia de criar um Fórum Político e coletivo né! ele é o um espaço de dialogo, de lutas para o enfrentamento da questão, dessa questão socioambiental (Entrevistada IV: Leila Salles) [grifo do autor].

Esses sujeitos sociais percebem que os problemas/temas desafiadores da sociedade (FREIRE, 2011) são reais, isto é, não foram encoberto pelas mentiras das falsas promessas de emprego e melhorias nos bairros adjacentes das empresas do setor petrolífero (RAULINO, 2009; FAPP_BG, 2013) e não foram en-cobertos (DUSSEL, 1993) pelas “situações-limites”, propiciando neles um incentivo para se automobilizarem, bem como, a outros sujeitos para partirem para a ação com reflexão, associada a um processo de resistência, e de existência desvelando os antolhos da monocultura da mente (SHIVA, 2003) que atrapalha a liberdade dos oprimidos ambientais, para sonhar o sonho do “inédito viável”.

Para Ana Maria Araújo Freire o “inédito viável”, pensado por Paulo Freire, é uma situação ainda não vivida, só pensada, podendo ser considerada como a última etapa do sonho utópico, mais só se torna real, quando se torna um “percebido-destacado” e trilha a estrada da práxis libertadora em dialogo com uma “ação dialógica” (FREIRE, 2011, p. 277).

Podemos pensar nesse sonho utópico dos membros desse grupo como um ato de resistência, na busca de sua existência perdida durante o processo de opressão e de encobrimento do outro (índio, negro e mestiço), bem como, na luta para se libertar, como podemos observar nas palavras de Paulo Freire, essa utopia é um ato de se reumanização de si e dos outros sujeitos que são oprimidos ambientais dessa necroeconomia.

O utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico (FREIRE, 1979, p. 27).

Como podemos perceber a utopia desse grupo também se configura como um ato histórico de sujeitos sociais buscando a sua liberdade. Segundo Paulo Freire para se

chegar a libertação do opressor, os oprimidos, nesse nosso caso ambientais, buscam realizar uma nova humanização, não aquela apresentada por Hegel (2001), no capítulo anterior, que afirma que a Europa é a origem da história, a fundante de tudo, mais a eliminação da opressão desumanizante da colonialidade (QUIJANO, 2002; MIGNOLO, 2017) e do imperialismo (AMIN, 2005 BORON, 2007).

Nesse sentido o ato de resistir pode estar associado ao pensamento de um ato de libertação. Dialogando com essa concepção de resistência, Buzanello (2006) afirma que esse conceito se institui no processo do ideal libertário escolhendo agir de forma pragmática para contrapor os abusos de todas as formas, de forma preventiva, buscando constituir uma nova ordem democrática diferente daquela originada pelo processo opressivo-repressivo.

Esse ideal libertário, nasce no oprimido ambiental provavelmente pela superação da contradição opressores-oprimidos (FREIRE, 1987), isto é, a luta contra esse en-cobrimento para não se tornarem idealisticamente opressores.

Esse ideal invisível de ser opressor pode nesse grupo social ser exemplificado através da disputa interna entre a “catedra” (pesquisadores/doutores) e os sujeitos populares pela hegemonia interna do Fórum.

Como podemos observar esses sujeitos históricos estão também em uma outra luta, além das disputas internas ao grupo social e externas contra a colonialidade e o imperialismo, a de se libertar desse processo de se constituir como opressor, iniciado em 1492 com a invasão de Abya Yala, através do en-cobrimento de todos os povos dessa terra (DUSSEL, 1993), os povos africanos trazidos para cá e os mestiços nascidos aqui para desumanizá-los pela colonialidade pedagógica, descrita no capítulo anterior, criando assim uma nova identidade a de oprimido (FREIRE, 1989) e a de excluído como preconiza Arroyo (2014).

A partir das reflexões anteriores podemos observar que os sujeitos históricos do FAPP-BG, se constituíram na centralidade do território, nesse caso específico o território das cercanias da Baía da Guanabara, como descrito no próprio nome desse grupo social e explicitada na declaração de lançamento desse Fórum:

Nós, representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, considerando que: A população das cercanias da Baía de

Guanabara, especialmente a mais próxima das unidades industriais de petróleo e petroquímica, está exposta a situações de injustiça ambiental e de vulnerabilidade (FAPP-BG, 2013)

E dialoga com a territorialidade pois como explica Becker (2010, p.20) ela

[...] manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial.

A territorialidade pode também ser considerada como um processo de constituição de uma identidade, de regras coletivas em relação a um determinado território, sendo um elemento de proteção e solidariedade entre os sujeitos históricos que apresentam esse mesmo perfil (ALMEIDA, 2008).

Essas disputas por ideias e força político para influenciar no seu território, e constituinte de sua territorialidade, pode também ser embasada pelos conhecimentos advindos da cultura e disputa político partidária, pois a maioria participa direta ou indiretamente de partidos políticos, como fica claro nas palavras do depoente:

eu conheci o **Partido Comunista** na época 78 setenta...9 já na ditadura as células construídas a partir de São João de Meriti, foi onde eu comecei a entender a política, comecei a entender um pouco o que era a luta da classe trabalhadora a luta do povo. (Entrevistada V: Sérgio Abadi).

[...] 80 e... 83 veio o governo eleito Leonel Brizola [...] Veio com uma questão muito ambiciosa as políticas públicas implementar o saneamento na Baixada de modo geral saímos dessa luta fizemos várias reuniões Criamos um corpo bom de companheiros, Hoje infelizmente uns foram cooptados é um mal nosso do nosso dia-a-dia veio o projeto emergencial daquelas enchentes de 80, 88 O projeto do Leonel Brizola tínhamos uma perspectiva de avançar nesse sentido [...] na luta também foi, ele ajudou muito no nosso conhecimento. Nós temos hoje dados para discutir. O corpo técnico dos engenheiros mais a gente conseguiu apanhar alguma fama E isso colocamos hein pratica, Nessa altura surgiu o MUB em 83 né, que também foi um

baluarte. Nessa luta criamos a comitê de saneamento daí saiu um grupo de trabalho e surgiu o Comitê de saneamento e Habitação da Baixada. (Entrevistada I: Daniel Silva).

Como podemos observar existe um processo histórico de territorialização em curso desde as primeiras lutas sociais da Baixada fluminense (BEZERRA, 2000; SOUZA, 2014). Essas lutas inspiraram e contribuem com o processo de construção e “expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento”. (ALMEIDA, 2008, p. 193), que no caso desse grupo social a extensão territorial vai das matas que originam as nascentes dos rios que resistiram contra a força opressora da apropriação irracional da colonialidade que para facilitar a sua exploração mudaram os seus cursos naturais, porém como o resistir dialoga com o existir, essas matas e as suas águas e as todas os outros seres vivos em torno dela sobrevivem e chegam na Baía da Guanabara que também foi explorada de forma desumana/irracional porém também resisti e existe e nutre a identidade desse Fórum que se constitui a partir das suas cercanias.

Nesse sentido Walsh (2016, p. 8) afirma que a luta socioambiental latinoamericana suscitan reflexiones y enseñanzas sobre la situación/condición colonial misma y el proyecto inacabado de la des- o de-colonización, a la vez que engendran atención a las prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados [...] prácticas, estrategias y metodologías que se entretajan con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización.

Complementando o pensamento da Catherine Walsh podemos pensar a partir das falas dos participantes do FAPP-BG que a re-existência também pode ser entendida como um processo de re-enraizamento territorial, propiciando “o estabelecimento de novas raízes ou a fusão com as existentes para formular espacialidades com a condição de continuar a existir” (CARNEIRO, MENDONÇA; 2012, p. 11).

Logo podemos pensar que a re-existencia (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) também pode contribuir para o re-encontro das vozes ancestrais da Baixada Fluminense, das aldeias Jacutingas e dos Africanos escravizados, bem como, com as vozes dos migrantes socioambientais expulsos das terras nordestinas que encontraram abrigo nas cercanias da baía da Guanabara, promovendo uma diálogo de saberes ancestrais, que foram silenciadas e invisibilizadas pela colonialidade do poder, saber e do ser.

Essas vozes do presente ressuscitam e contam as histórias e memórias a partir de um outro ponto de vista, dos oprimidos ambientais. Como podemos observar na fala da entrevista abaixo:

[...] talvez a minha contribuição do pensar a ocupação humana histórica, [...] e muitos pesquisadores vinham pesquisar, para o Sebastião, ele vem fazer a tese dele, aquela menina que escreveu sobre a REDUC, eu levei ele lá na REDUC, eu sempre gostei de levá-los eu acho assim eu dei uma contribuição, não é o máximo, mais foi o que foi possível; levar as pessoas no lugar faz uma diferença muito grande (Entrevistada V: Marlucia Souza).

Além disso, podemos perceber que em alguns grupos sociais existe uma convivência, muito próxima com o opressor, principalmente se estivermos falando daqueles grupos que vivem a dimensão do conflito, por terra (indígenas, quilombolas, MST, MAB), por água (MAB, pescadores) e aqueles que vivem o conflito ambiental, como os participantes do FAPP-BG.

Essa experiência do conflito e da justiça ambiental faz com que os sujeitos dentro desse conflito e que vivem as injustiças criem estratégias de sobrevivência e de se reinventar, como indivíduos e coletividade.

Logo a re-existência tem relação com esse processo de inventar uma forma de continuar existindo, continuar exercendo o seu direito de viver, mesmo que para isso seja necessários reinventar-se. Como podemos ver nas palavras da militante abaixo:

Eu aprendo o tempo inteiro, porque no movimento ele te aprende a resistência; ele leva a conhecer a realidade; primeiro a realidade né, você vai lá vendo o areal lá na sua frente dentro, o tóxic tour tem um

papel importante nisso; leva o cara a olhar lá; e dali você também vai para buscar um conhecimento mais ampliado sobre aquela problemática, né sobre aquela injustiça ambiental cada vez que você mais lê e e você mais participa de encontros; mais a gente vai se qualificando e para se posicionar frente aquela injustiça e ter uma visão mais global né! De todos os problemas articulados, articular essas problemáticas com a própria história do capitalismo, não vê que o que está acontecendo aqui está acontecendo só no nosso umbigo; né tem o movimento nacional quando a gente se encontra com pessoal com os mesmos problemas da indústria petroleira química lá de outro país. (Entrevistada III: Marluci Souza).

Outro exemplo muito contundente disso, ocorreu com outro integrante desse Fórum que participou ativamente do seminário “50 anos de REDUC”, chamado de Alexandre Anderson, fundador da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR). Para esse pescador a sua instituição

[...] vem, ao longo de quase 10 anos de atuação, denunciando todo este processo. A partir de ações como barqueatas, inviabilização de obras através de ocupações e acionamento de instituições do poder público, se consolida como um ator relevante na luta por justiça ambiental em defesa dos interesses dos pescadores artesanais e do meio ambiente da baía de Guanabara (ANDERSON, 2013, p. 344)

Como podemos observar um simples pescador tem a sua atividade de existência/sobrevivência totalmente interrompida, em 2000, pelo vazamento de óleo do duto da PE-II de responsabilidade da Petrobras na baía de Guanabara.

E para piorar a situação de degradação e de dificuldades em que se encontrava, em 2003, vive outro conflito com essa mesma instituição ao socorrer outro pescador que teve a sua rede destruída por um barco a serviço dessa empresa descobre que outras ações muito maiores com relação a essa petroleira estariam por vir, então ele reuni 482 pescadoras e pescadores e cria a AHOMAR (ANDERSON, 2013).

Logo podemos observar o começa do processo de re-existência em desenvolvimento, isto é, a mudança de identidades mediante um conflito e injustiças

ambientais na tentativa de constituir outra existência, garantir o direito de existir de se reinventar. E esse processo tem seu ápice quando o conflito ambiental atingi a uma magnitude que o opressor decide mandar o seu “capitão do mato” dos tempos atuais, os milicianos (grupo de bombeiros, policiais militares ou membros das forças armadas que se constituiriam como instituição criminosa), para dar um “lição” nesse grupo de pescadores.

E em 2009, ocorreu a morte do primeiro pescador dessa associação, Paulo Santos Souza, espancado e assassinado com cinco tiros na frente da sua família. E em 2010, outro fundador da AHOMAR, Márcio Amaro, também foi assassinado (Jornal GGN, 2012). E no dia 24 de junho de 2012, dois dias depois do encerramento da Rio +20, mais dois pescadores da AHOMAR são encontrados mortos com as mãos amarradas e com marcas de execução, durante a madrugada enquanto estavam pescando (ANDERSON, 2013).

Como podemos observar anteriormente a força da necroeconomia em sua expressão máxima na disputa por territórios, territorialidades e existências contra a AHOMAR. Esses dois últimos assassinatos, relacionados a necroeconomia, coincidência ou não, ocorreram dias depois da realização no dia 17 de junho de 2012 de uma atividade de educação ambiental, chamada de tóxic tour com a participação de quase 30 pesquisadora(e)s, ambientalistas e jornalistas nacionais e internacionais na praia de Mauá em Magé com os integrantes da AHOMAR, como descrito no site que organizava o evento em parceria com o FAPP-BG, FASE e outras ONGs (<https://riotoxico.hotglue.me/>) onde esses pescadores/militantes fizeram várias denúncias contra as empresas ligadas ao ramo do petróleo e obras. Nessa atividade de educação ambiental Alexandre Anderson resume o conflito e as injustiças ambientais da seguinte forma:

A baía é a planta industrial da Petrobras. Não há espaço para viver, trabalhar, ter lazer. E sei que aqui não é diferente de Yasuní, no Equador, da Nova Zelândia, do Espírito Santo ou do Rio Grande do Sul. Em todos os lugares a Petrobras deixa destruição. Mas aqui sentimos na carne: somos perseguidos e proibidos de viver como fazemos há centenas de anos. Nunca vimos desenvolvimento sustentável aqui”. E completou: “Resistimos para não morrer de tiro. Mas também para não

morrer de depressão por não poder fazer o que sempre fizemos (BOLL, 2012, p. 1).

Re-existência tem a ver com essas reinvenções que envolvem muitas perdas de direitos, envolve muitas vezes a vida, não necessariamente essa reinvenção vai ser uma coisa boa. Re-existir não é necessariamente bom é uma estratégia de pessoas, grupos e comunidades desenvolver para reexistir diante de uma ameaça a sua existência estamos falando de uma situação-limite pessoas fazendo atos limites de reexistir, como no exemplo desses pescadores da Baía da Guanabara, criaram uma outra forma de existir, resistir, re-existindo através de uma ação de educação ambiental ligada a uma vigilância popular pesqueira e da sua divulgação utilizando fotos, vídeos e textos curtos em uma página na rede social do facebook chamada de Patrulha Ambiental da Pesca (<https://www.facebook.com/patruhambientaldapesca>).

Além disso, alguns pescadores dessa associação também resistem e re-existem de outra forma, como, por exemplo, sendo membros de conselhos políticos, participando da vida política, não partidária, nas arenas públicas de construção de políticas de Estado. Essa outra forma de existir/sobreviver nos mostra a possibilidade de re-existir no sentido de assumir outras funções, podendo existir níveis diferentes de existências.

Como podemos observar nesses exemplos anteriores de re-existência, ela não é uma ato heróico, como Carvalho (2002) explicita como eram vistos os ecologistas/ambientalista dos anos 70, 80 e 90. Nesse nosso caso podemos desromantizar essa ideia de resistência, pois resistir pode ser perigoso, pode ser horrível, pois dependendo da situação limite ela pode ser uma ameaça completa a tudo que se ama, como apresentado no exemplo da AHOMAR.

Logo, o ato de resistir pode estar relacionado com uma ameaçada que pode ser muito violenta e isso pode ser um martírio, porém essas pessoas precisam continuar existindo, por isso nós estamos chamando de re-existência, isto é, para continuar a existir, não morrer em diferentes sentidos, se re-humanizar, se re-inventar, propiciando a invenção de outras formas de ser, saber e poder.

Porém você também pode ter um outro tipo de re-existir, aquele que o sujeito continua sendo o que ele é, continua no espaço, no território, com as suas territorialidades seja Quilombola, Indígena, da pesca ou de comunidades populares, por que eles enfrentam, resistem, e tentam existir.

Na re-existência eu posso re-existir e reinventar a minha prática como sujeito histórico dentro das minhas territorialidades, mantendo a identidade original como alguns pescadores da AHOMAR que continuam pescando e participando de reuniões ou audiências públicas ou aquele morador da comunidade próximo de um empreendimento altamente poluidor que continua ministrando as suas aulas, porém também participa de reuniões, audiências públicas ou outras atividades organizadas pelo FAPP-BG, isto é, também continua participando da luta no território, como podemos observar nas palavras do participante desse Fórum descritas abaixo:

[...] passou o tempo 91 formado [na UERJ em biologia], 92 município, [Colégio particular] SOBEC, fiquei no colégio em Duque de Caxias, particular, **Eco 92, levei os alunos para o Fórum Global**, foi uma luta para conseguir, primeiro só queriam dar convites, né depois que liberou a entrada no Fórum Global, Aldeia Carioca, tentei entrar com o ônibus no Riocentro com os alunos eu não consegui, levei as duas escolas [Públicas] de Duque de Caxias e [Colégio particular] SOBEC, 93 estava nessa coisa da Ação da Cidadania contra a miséria, [a fome e pela] vida; 94 pré vestibular para negros e carentes começo a dar aula no pré vestibular para negros e carentes com o Frei Davi (entrevista VII Sebastião Raulino) [explicações do autor].

Nesse sentido, podemos aprofundar o diálogo e análise desses sujeitos históricos e a educação ambiental que emerge desse território através das pesquisas de Isabel Carvalho. Para essa autora a tradição ambiental organiza um “território simbólico, uma trama de sentidos e temporalidades sempre reencontrados e recriados nos autoposicionamentos dos sujeitos em suas trajetórias de vida” (CARVALHO, 2002, p. 71).

A partir desse pensamento, essa autora entende a EA como “uma prática interpretativa que desvela e produz sentidos, contribuiria para a constituição do horizonte compreensivo das relações sociedade-natureza e para a invenção de um sujeito ecológico” (CARVALHO, 2001, p. 58).

Logo, para ela o educador ambiental, pode ser entendido como o sujeito que decodifica as redes de saberes e fazeres que instituem o pluralismo de sentidos da temática ambiental na sociedade ou em outras palavras um decodificador dos códigos socialmente estabelecidos nesse campo (Ibidem).

Esse modo de perceber os ecologistas e os educadores ambientais e a sua práxis possibilitou que Isabel Carvalho identificasse nesse campo a presença de um tipo ideal

de educador e de outras pessoas que seguem esse tipo de lógica existencial, por ela denominado de sujeito ecológico.

Para ela o sujeito ecológico “condensa a utopia de uma existência ecológica plena, [...] uma sociedade plenamente ecológica [...] atitudes e comportamentos ecologicamente orientados” (CARVALHO, 2004, p. 65).

Na concepção dessa pesquisadora esse sujeito ideal

[...] está relacionada a um modo específico de ser no mundo. Sujeito ecológico é, então, um modo de descrever um conjunto dos ideais que inspira atitudes ecologicamente orientadas. [...] portanto, designa a internalização ou subjetivação de um ideário ecológico. Esse mesmo processo pode ser pensado nos termos de uma incorporação por indivíduos e grupos sociais de certo campo de crenças e valores compartilhados socialmente, que passa a ser vivida como convicção pessoal, definindo escolhas, estilos e sensibilidades éticas e estéticas (CARVALHO, 2013, p. 115).

Esse tipo de reconhecimento relacionado a um determinado somatório de características e padrões ecológicos, orienta esses sujeitos sociais a escolherem uma determinada forma de viver. Nesse sentido esses sujeitos ecológicos, podem denotar uma práxis relacionada a “um modo cuidadoso de se relacionar com os outros humanos e não humanos que tomam como boas, corretas, moral e esteticamente admiráveis” (ibidem, p.115).

Essa maneira de se relacionar entre diferentes formas de vida e com características pensadas pela ética e pela racionalidade ambiental (LEFF, 2000) pode ser expandida para instituições que também sigam esses mesmos saberes e fazeres.

Segundo essa autora

[...] o educador ambiental é um caso particular do sujeito ecológico e, sendo assim, integra este projeto identitário maior atualizando-o em algumas de suas possibilidades. Isto não significa que partilhar desta identidade ecológica seja necessariamente um pré-requisito para tornar-se educador ambiental. Em vários casos o caminho pode ser inverso, ou seja, da EA para a identidade ecológica. A EA tanto pode ser fruto de um engajamento prévio ou constituir-se num passaporte para o campo ambiental. Desta forma, identificar-se como sujeito ecológico e tornar-se educador ambiental podem ser processos

simultâneos, no sentido simbólico, mas podem estruturar-se em diferentes tempos cronológicos tornar-se um sujeito ecológico a partir da EA ou vice versa. (CARVALHO, 2004, p. 01).

Essa autora afirma que o sujeito ecológico compartilha de alguma forma um ideal político emancipatório relacionado com a mudança na forma de entender e interagir com a vida, e com os outros seres humanos. Nesse sentido, esse sujeito ideal, tem como característica “se vê como parte dessa mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo, incluindo o mundo interno e os estilos de vida pessoal” (CARVALHO, 2002, p.211).

E o perfil das pessoas que possuem afinidade com essa identidade ecológica também está associado a “postura ética de crítica a ordem social [...] pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais [...] na manutenção da desigualdade e da exclusão social e ambiental” (CARVALHO, 2004, p.67).

Para essa autora essa identidade pode agregar um conjunto de formas de interpretar essa práxis do sujeito ecológico, podendo subdividi-lo em diferentes formas, tais como: o político, instaurador de um movimento de luta de esquerda com uma nova político-existencial de viver; o Nova Era – aquele que dialoga com ideias holísticas e alternativas e por último o gestor social, aquele com visão política e técnica da questão ambiental e se utiliza de instrumentos jurídicos para organizar atividades e mediar os conflitos (CARVALHO, op. cit.).

A partir das reflexões de Isabel Carvalho podemos pensar se os integrantes do FAPP-BG, poderiam ser identificados como sujeitos ecológicos. A partir das matrizes teóricas apresentadas pela autora esse grupo poderia ter a sua práxis associada a esse perfil, porém quando se adentra na observação e comparação detalhada sobre o perfil do sujeito ecológico e o perfil apresenta no início dessa classificação, podemos ressaltar que esse grupo social a partir das suas vivências nacionais com a participação efetiva de seus membros na Rede Brasileira de Justiça ambiental, bem como, a organização em parceria com várias universidades em especial a UNIGRANRIO na organização do SEMIJARE. Esse seminário contribui para ampliar os saberes e fazeres dos militantes desse grupo com outros grupos e pesquisadores como a palestra e “tóxic tour” com Robert Bulard pesquisador Americano que auxiliou na constituição do movimento de Justiça ambiental, além de dar visibilidade para diversos integrantes desse Fórum que ministram palestras nesse seminário.

E as vivências internacionais, com outros grupos sociais, como os povos originários do Equador, conhecidos como Kofan, que lutaram contra a empresa petroleira Chevron. A associação do FAPP-BG com a rede internacional de luta contra as empresas petroleira na América latina, África e em outros continentes chamadas de Oilwatch. Como descrito pelo entrevistado abaixo:

[...] fizemos reunião no Museu do São Bento com a coordenação mundial, né da com a **coordenação Global da Oilwatch** né então, são os atingidos pelo petróleo no hemisfério Sul principalmente, tava o Equador, as professoras do Equador, esqueci o nome delas; é tava presente outros países entendeu? foi interessante. aí eu peguei essas duas professoras aí eu perguntei para a coordenadora do noturno para elas derem uma palestra para os professores do noturno na questão do Petróleo lá no Equador, de toda a luta, falando da experiência com escolas, experiência delas, muito boa. Então, quer dizer com o tempo a gente vai formando essa rede. (Entrevistado VII Sebastião Raulino)
[grifo do autor]

Além disso esse Fórum troca experiências presencialmente e a distância com movimentos sociais da Argentina, aglutinados através rede de militantes do Observatorio Sur Petrolero (OPSur) (<http://www.opsur.org.ar/blog/>).

Essas experiências práticas/teóricas desse grupo permitem que os mesmos promovam um giro epistemológico ampliando os seus saberes, fazeres e a sua identidade que inicialmente se aproximava da ecológica, para aquela ligada ao somatório de valores e crenças outras. Como podemos destacar nas palavras da participante desse Fórum:

[...] tenho aprendido muito, os intercâmbios, fora do Brasil e no Brasil com é... populações que também foram atingidas por esse processo é... de lutas contra empresas petrolíferas então, Estados como Espirito Santo, interior do Rio, Equador, Argentina eles virem para cá, o pessoal de Holanda eles vieram para ver os impactos da Shell, isso tudo tem feito a gente crescer mais de conhecimento de fato e de direito aproveitando isso (entrevistada III – Leila Salles).

Esses valores e crenças estão relacionados ao território, sua base material e epistemológica. E essa vivência territorial pode estar associada a constituição de novas

territorialidades, promovendo uma existência que incentiva a uma resistência promovendo uma re-existência.

O somatório desses valores que vão para além do ecológico fundado em um projeto territorial outra que busca autodeterminação para as populações locais sobre o seu território. Que não deseja mediar o conflito, mais que ele não ocorra, isto é, impedir que essas empresas se instalem nesses territórios, pois sabe que o seu grupo social sempre estará em desvantagem economia e política em relação aos interesses de grandes corporações que tem como eixo central a necroeconomia.

Logo podemos pensar que o sujeito histórico que compartilha desses anseios e experiências/vivências em conflitos ambientais e de enfrentamentos das injustiças ambientais relacionadas a necroeconomia se identifiquem com uma outra lógica de existir, resistir, re-existir em dialogo com as suas territorialidades constituídas no seu território, pode ser identificado como o sujeito da terexistência.

4.2.1.3 “*Territoriana*”

Segundo Ucheche e Perez (2017) a cidade constitui-se através da rede de territórios, que eclodem como espaços habitados e imaginados de formas diferentes por aqueles que vivem nela. E, ao mesmo tempo, outras questões são constituídas pelos fluxos da cidade onde essas pessoas vivem.

O pensamento acima exposto está expresso nas ideias que os participantes do FAPP-BG fazem de seu processo de luta por direitos, como podemos observar no trecho abaixo:

“(…) vc **bota uma agenda** que se justifica na comunidade, na assembleia da associação de moradores, e ninguém é contra e você sabe que tem uma dívida e vai na porta do governador e diz o que a gente quer (...) (Entrevistado II: Miguel da Silva).

Esse pensamento é compartilhado pelo Cacique Marcos Pastranas da etnia diaguita-calchaquí, de Tucumán (Argentina), que afirmou “soy territorio” (AROS, 2012, p.21). E nas palavras de Aroz (Ibid.) essa ideia parecia uma metáfora, porém o Cacique não estava falando nesse sentido, pois nossas células tem o ar que respiramos, a

água que bebemos, a terra que pisamos através dos alimentos e os seus nutrientes. Essa ideia é reforçada pelas palavras de Medardo Ávila⁴ (apud AROZ, Ibid) “tenemos 40% del ADN de los vegetales y 85% de los insectos, o sea, somos territorio, somos naturaliza”.

Ucheche e Perez (2017) aprofundam o debate sobre a relação entre a cidade e o território afirmando que na América Latina, existem processos de subjetivação relacionados ao projeto hegemônico, do sistema mundo moderno colonial (PORTO-GONÇALVES, 2008), através de conteúdos escritos e atividades práticas organizadas pela colonialidade territorial, que se estruturam como instrumentos de legitimação de uma maneira geopolítica eurocentrada de construir os territórios das cidades, de estabelecer uma ontologia de espaços. Esse projeto hegemônico de poder sobre o território elimina ou invisibiliza outras formas de saber, viver e ter na cidade, proveniente de outras epistemologias que estabelecem relações de outras formas com as tradições e conhecimentos ancestrais ou com ações relacionadas ao viver em territorialidades classificadas como ultrapassadas e de baixa qualidade (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Nesse sentido, Porto-Golçalves (2008) afirma que o projeto do sistema mundo moderno colonial homogeneizante que funciona para fundar o estado territorial moderno em todas as partes do planeta, construído a partir da unicidade da forma de se comunicar nacionalmente (através de um mesmo idioma), de organizar-se para calcular o peso e as medidas dos produtos e uma única religião.

Refletindo sobre essa relação entre o projeto econômico capitalista e o apoderamento territorial, no qual o espaço entra no jogo sociopolítico e econômico como instrumento para organizar as interações entre o projeto da pequena burguesia e os sujeitos sociais populares e as questões sociais e econômicas, estabelecendo os consensos que amenizam os conflitos, e não somente como lugar para guardar ou gerar de recursos técnicos e naturais. Nesse sentido, o território estrutura-se como local de implementação de interações sociais capitalistas e não mais como uma reserva de recursos sem passado ou futuro (VELTZ, 1996).

Como já debatido no capítulo anterior, o Território pode ser entendido como:

(...) espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja,

⁴ Membro da Organização dos Médicos de “Pueblos Fumigados” da Argentina (www.unr.edu.ar/noticia/3478/agrotoxicos-quotnecesitamos-una-ley-que-penalice-suuso-indebidoquot).

processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Nessa perspectiva, o território também pode ser um lugar de disputa entre o saber hegemônico, cientificamente construído para oprimir o saber popular e sua práxis, fica claro nas palavras do militante social abaixo:

“ (...) O que me deixa constrangido é porque quando a gente começa a discutir com os técnicos que passaram 10, 12 anos, 20 anos em uma faculdade, tem pós-graduação em tudo que é canto, **vem nos perguntar se nós somos biólogos ou engenheiros, aí me deixa meio constrangido**, mas, a vida nos ensina, sabe, e eu fico muito à vontade, a falar certas coisas porque eu tenho condições de falar, a gente vai vendo, vai tendo experiência, até porque abre aspas, diz-se que todo torneiro tem sensibilidade, eu não comecei fácil mas, como se diz que todo torneiro tem sensibilidade, eu acho que é por isso, quando cara tem sensibilidade para ver as condições sociais, econômicas, né” (Entrevistada I: Daniel Silva) [grifo nosso].

Como podemos observar nas palavras do militante acima descrita a Colonilidade Pedagógica provoca esse sentimento de inferioridade por causa da ausência de estudos superiores, pois busca construir na população de periferia uma identidade de oprimido (ambiental), aquele que depende do seu opressor para tudo inclusive para pensar. Porém, esse grupo social resiste, existindo no território, quando acompanha de perto as ações governamentais no território e re-existe quando constrói saberes outros através desse processo das práticas sociais e educativas realizadas dentro e fora do seu território.

Como podemos observar nos textos orais ou escritos produzidos por esse movimento social, existe um processo de construção teórica e prática para se tornarem protagonistas na elaboração de saberes em seus cenários de conflitos e injustiças (ESCOBAR, 2003, p. 607). Constroem mediante sua organização política, visões de mundo cuja matriz epistêmica difere substancialmente daquelas tradicionalmente produzidas pela ciência moderna. Assim, ainda é válido ressaltar, como afirma Lage (2005), que dentro desta pluralidade de conhecimentos, estes saberes vivem e legitimam-se a partir das respostas que oferecem aos diversos problemas enfrentados ao longo das suas trajetórias.

“(...) porque se nós tínhamos dois locais que era de absorção de água, foi aterrado porque fizeram um conjunto, essa água veio para a estrada, quando chega na Washington Luiz ela tem uma obstrução natural também de mais ou menos 200 metros que era para atravessar, aí encontra o Rio Calombe e Rio Pilar, **então eu aprendi que?** Se eu, tenho essa a água nesse mesmo nível e esse rio enche e a maré tem de um metro a um metro, **obvio e evidente, que esse local vai encher a natureza que ensinou para mim**, não fui na escola não. Tá.”
(Entrevistada I: Daniel Silva) [grifo nosso].

Porto-Gonçalves (2008) afirma que a diversidade de territorialidades e dos atores sociais que são encontrados nos territórios estão reestruturando as regiões e o recinto. E complementa esse raciocínio afirmando que “a tensão que hoje vivemos é a melhor expressão que a conformação territorial hegemônica já não consegue mais oferecer abrigo” (Ibid, p.43).

Nessa acepção, o modelo hegemônico de participação, também está sendo questionado por esse grupo social, principalmente aquele relacionado ao exercício da cidadania, que já foi debatido por diferentes pesquisadores (LOUREIRO, 2003; VIEIRA, 2001; CARVALHO, 2008).

Se estamos falando de um sistema mundo colonial que através do colonialismo fundou o Estado-nação e que esse modelo propaga destruição e morte, através do colonialidade do poder, do saber, do ser sobrevivendo ao termino do processo do colonialismo (QUIJANO, 2005), conseqüentemente podemos supor que o modelo que rege a relação dos sujeitos sociais entre as fronteiras geopolíticas dos territórios nacionais pode ser chamado de cidadania (CARVALHO, Op. cit.).

No entanto, essa relação sempre se deu através da luta política pelos direitos, sendo construída por meio da interação entre os seres humanos com o poder central e com o país (CARVALHO, Op. cit.).

Essas palavras estão no eixo central da luta por direitos desse movimento social:

[...] Considerando também que o conjunto de propostas apresentadas no “Seminário 50 anos de REDUC: Ganhos, Perdas e Danos” visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental (anexo 2).

Como salienta Paulo Freire

Não há prática social mais política que a prática educativa. Com efeito, a educação pode ocultar a realidade da dominação e da alienação ou pode, pelo contrário, denunciá-las, anunciar outros caminhos, convertendo-se assim numa ferramenta emancipatória. O

oposto de intervenção é adaptação, é acomodar-se, ou simplesmente adaptar-se a uma realidade sem questioná-la (FREIRE, 2004, p. 34).

Nessa lógica construir um pensamento sobre a realidade concreta com base em um processo emancipatória, em diálogo com o sul global em especial com a América latina e caribenha, porém não com o projeto da colonialidade que instituiu essa nomenclatura, mais com “Nuestra América”, como falava José Martí (1853-1895) ou Abya Yala, que representa toda a extensão territorial dessa América usurpado pelos conquistadores (ACOSTA, 2016).

Porém as diferentes formas de colonialidade promoveram o encobrimento de todos que não se achavam “europeus” (DUSSEL, 2005), isto é, povos originários, negros, mestiços; todos excluídos das riquezas da terra, da vida e das suas culturas, tornando-os “coisas inferiores” atrelados aos vínculos de dominação e produção, que se constitui em uma diversidade de classes sociais imerso na racialidade (QUIJANO, 2007).

Essas relações estão presentes até os dias de hoje, através da pequena burguesia local que se acha “europeu, branco, burguês e fático” (DUSSEL, 2005).

(...) a gente pede que façam estudos também pedimos controle social nas ações de segurança envolvendo o polo petroquímico, o APEL como é hoje é muito passivo a gente quer que a sociedade participe da decisão de qual indústria vai se instalar no município, quais os riscos dessas indústrias, qual é a interação dessas indústrias entre si, qual o limite do petróleo e da petroquímica (...), entendemos que os limites já passou porque a poluição do ar, ar já está saturado desde os anos 90, então controle social e ações de segurança saúde, o que significa valorização dos conselhos, o vigi água sistema de vigilância da água funcionando bem, vigi ar, também e **que Duque de Caxias pense um outro modelo para além do petróleo**, porque eu vim de um seminário essa semana a mudança climática está na nossa porta, o cenário de catástrofe está muito próximo, **Caxias tem que pensar em um cenário metropolitano sem petróleo, e quais os caminhos alternativos para construir?** Não é de uma hora para outra. Então que caminho Caxias pode construir? seguir e... não é só enxergar o petróleo como riqueza” (Entrevistada VII: Sebastião Raulino) [grifo do autor].

A partir dos textos do FAPP-BG e as suas redes de re-existências, podemos observar o nascimento e a construção de uma nova forma de ser e existir na vida, com autonomia e autodefesas dos territórios, não desejando reivindicar direitos para fazer valer a sua outra lógica de pensar embebida de suas territorialidades e processos de territorializações construindo a sua própria “territoriania”, uma cidadania para além do capital, onde o principal foco está relacionado as territorialidades por todos as formas de

vida, culturas presentes no território. Nesse processo, os territórios se tornam como zona de resistência, pois os grupos sociais criam outras formas de práticas sociais, saberes e processos educativos para inventar formas de fazer, sobre-viver e re-existir em comunhão com toda a natureza (QUIÑONEZ, 2015).

4.2.1.4 Educação Ambiental Desde El Sur: uma proposta

[...] Os amores na mente As flores no chão. A certeza na frente
A história na mão. Caminhando e cantando. E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando. Uma nova lição. Vem, vamos embora
Que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora. Não espera acontecer.
(Geraldo Vandré, 1969 – Festival Internacional da Canção).

Com a epígrafe acima podemos observar que o saber e a divulgação do mesmo faz parte de um movimento que quem busca construir esse saber, “não espera acontecer”, pega na charrua da história e busca aprender e ensinar, porém esse saber pode estar relacionado a um lugar como afirma Streck (2012) que na educação popular ele está relacionado a um território determinado.

Para esse autor o território é um espaço que permite o desenrolar das experiências humanas. Para ele a prática social e a suas inter-relações são manifestadas por grupos e classes sociais que estão atreladas a disputas de poder e influenciadas por ele

Reforçando essa ideia Theis (2008, p.12) afirma “território é, inquestionavelmente, a política no espaço!”. Logo, os processos educativos são influenciados pelas disputas conflitos e políticas relacionadas aos territórios, para manter o “status quo” neoliberal ou para transformá-los.

No caso específico do território do recôncavo da Baía da Guanabara, temos um território muito específico, pois foi classificado pela poder central como uma zona de sacrifício (GOULD, 2004), como salientamos no segundo capítulo, que expõe a

população local a injustiças e conflitos ambientais, que pode ser denominada de população de sacrifício (RIOS-RAMIARINA, 2016).

Dialogando com essas particularidades territoriais esses sujeitos da terexistências com a sua territorialia, apresenta na declaração de lançamento do Fórum a proposta:

(...) Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais, especialmente na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica (anexo 1).

A partir da proposta desse movimento podemos dialogar com Eunice Trein que faz uma reflexão sobre que tipo de EA “crítica” nós estamos falando? “a educação ambiental crítica é crítica de que?” (TREIN, 2012).

Tozoni-Reis (2004) destaca que a EA crítica, geralmente, é pensada como prática social instituída historicamente, a educação é um campo de disputa entre muitas formas de ver e descrever a “vida” em plenitude, o ser humano e a sociedade, nas diferentes formas de ser e existir, inclusive não hegemonicamente. Nesse sentido essa cientista afirma:

(...) a educação e a educação ambiental instrumentalizam o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental; instrumentalização que poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais. O princípio educativo não é a ideologia da harmonia, nem o fetiche do conhecimento científico, mas as efetivas necessidades histórico-concretas da sociedade, expressas pela atividade essencial, o trabalho – compreendido em sua amplitude filosófica – tomando como síntese da produção da vida individual e coletiva (TOZONI-REIS, Op. Cit., p. 145).

Trein (2012) retoma o debate marxista da EA afirmando que decodificar a vida concreta com as suas dicotomias e disputas através de um olhar crítico nos possibilita a desvelar as relações sociais estabelecidas pelo mercado que promovem a alienação reforçando o projeto hegemônico homogeneizante que estruturam a vida nesse modelo de sociedade.

Contribuindo com esse debate Layragues e Lima (2014) dialogam com a classificação proposta por Alier (1999) para os diferentes tipos de ambientalismo e apresentam as macrotendências que surgiram para esse campo do conhecimento. Esses autores afirmaram que no caso da EA crítica

(...) aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apoia-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRAGUES; LIMA, OP. CIT. p.11).

E complementando esse raciocínio, ressaltaram que os conceitos-chave relacionados com essa macrotendência são: (...) Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social (Idid. p.33). Além disso, incorpora a Ecologia Política, o pensamento da complexidade, as questões culturais, individuais, bem como, subjetivas, a politização da vida cotidiana e da esfera privada. (LAYRAGUES; LIMA, Op. cit.).

Porém esses autores ainda veem essa tendência de EA com um olhar eurocentrado como demonstrado na utilização da afirmação de Einstein para reforçar a sua forma de ver o processo de aprendizagem: “nenhum problema pode ser resolvido a partir da mesma consciência que o criou. Precisamos aprender a ver o mundo renovado” (EINSTEIN *apud* STERLING, 2001).

A nossa análise sobre essa categoria, permite afirmar, que, os autores anteriores não levaram em conta as novas redes de interação internacionais entre diferentes movimentos sociais, principalmente aqueles cujo eixo central está relacionado aos conflitos socioambientais latino-americanos que determinam a ocorrência de injustiças sociais e ambientais em diálogo do nascimento do Movimento por Justiça Ambiental nos Estados Unidos a partir de 1960 (ACSELRAD, 2013) e no Brasil desde 2001 através da criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2010).

Essa gênese, não estava relacionado ao famoso processo de “denuncismo” característico de uma classe média intelectualizada integrante do movimento ambientalista em sua origem nos anos 70, mais a um cenário propício ao surgimento de um novo sujeito social, formado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e tendo como parceria estratégico padres adeptos da teologia da libertação, identificados pelo denominação/conceito de atingidos (afetados) “por diversos tipos de grandes projetos de desenvolvimento relacionados às atividades extrativistas” (LOSEKAN, 2016).

Essa particularidade territorial gera nesse grupo social uma identidade específica, chamada de “atingido”. Essa identidade foi debatida por e Mariana Corrêa dos Santos e Carlos Vainer que analisaram esse conceito por diferentes olhares, como da legislação, das políticas públicas porém focados nos sujeitos sociais que seriam

impactados por empreendimentos hidroelétricos como aquele que denota “disputas, legitimação e reconhecimento de direitos e demandas; não sendo apenas técnica ou econômica” (VAINER, 2008, p. 19).

Para Carlos Vainer

[...] o surgimento e a evolução do conceito de “atingido”, que estava relacionado às legislações ambientais ligadas ao licenciamento a partir da década de 1980. A definição foi criada externamente por legislações e acordos internacionais para caracterizar grupos que seriam impactados por certos empreendimentos, sobretudo hidrelétricos. A identificação desses sujeitos seria necessária para garantir os seus direitos de cidadãos (*ibidem*).

Para esse último autor esse conceito pode ser ampliado e

estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2008, p. 21).

Cristiana Losekann complementa essa ideia afirmando que

Essa era uma concepção territorial e foi criada em conexão com o aparato legal existente. Assim, o atingido era o proprietário de um território que precisava ser desapropriado para a realização de um empreendimento, em geral conectado àquele território por suas características naturais peculiares (existência de minério, rios, costa). (Losekann, 2016, p. 133).

Segundo Carlos Vainer ocorriam diferentes formas de acometer essa questão, porém aquela que levava em consideração o tipo de negócio, analisando-o como aquele com imenso potencial de provocar mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, foi sendo cada vez mais aceito por diferentes sujeitos e organizações sociais. Esse autor ressalta que nessa forma de entender essa problemática, o dono do

negócio perde a força político econômica e conseqüentemente direitos, ganhando mais deveres e os sujeitos sociais de uma localidade de interesse de um empreendimento ganham atenção e cuidados redobrados, logo

Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2008, p. 4).

Como podemos observar essas territorialidades ligadas a identidade de atingido, que se iniciou com o movimento nacional dos impactados direta e indiretamente pela política energética de construção de barragens no Brasil (VAINER, 2008) e se expandiu para outros processos produtivos, originado outras lutas e movimentos sociais temáticos como mineração através da Articulação internacional pelos atingidos pela Vale (<https://atingidospelavale.wordpress.com/>) entre outros, como no caso dos atingidos pelo petróleo através do FAPP-BG, foco do nosso estudo, do Fórum SUAPE (<http://forumsuape.ning.com/>), a Coalização Não Fracking Brasil (<http://naofrackingbrasil.com.br/historico-2/>) entre outros.

O potencial de luta destes movimentos em alterar de forma incisiva as discussões políticas, inclusive com a capacidade de atender as suas reivindicações, provavelmente ocorre através “da retórica pela qual seus porta-vozes promoveram uma construção particular da noção de bem público” (ACSELRAD, 2002, p. 51), porém nos dias atuais essas redes internacionais promovem diálogos interculturais, com povos originários, caiçaras, quilombolas, pescadores, pequenos agricultores, o movimento dos sem Terra (MST), o movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) entre outros reivindicando outras formas de viver, existir sem um desenvolvimento baseado no consenso das Commodities (SVAMPA, 2015) e na petroleodpendencia (FAPP-BG, 2013), construindo a ideia de bem comum e de bem viver (ACOSTA, 2016).

Essa análise pode ser complementada pela pesquisa de Barrozo e Sanchez (2016) que afirma ocorrer uma aproximação entre as redes de Justiça Ambiental, a EA

Crítica e a Interculturalidade Crítica, permitindo a aglutinação uma práxis e um embasamento teórico inter-relacionado ao intercultural, crítico, emancipatório e antirracista, auxiliando no combate aos epistemicídios (SOUZA SANTOS, 2000) resgatando a ancestralidade da forma como são elaborados os saberes e fazeres em um mergulho no contexto latino-americano profundo.

Além disso, esse diálogo de saberes, propõe a quebra com esse ciclo de informação e de educação bancária (FREIRE, 1989) de conhecimentos ecológicos que sugerem o desenvolvimento de bons comportamentos e atividades ecológicas (rotulo utilizado pelo mercado e marketing verde) ou dados científicos acríticos, sem diálogo histórico com o pano de fundo social, econômico e político dos sujeitos sociais (ACCIOLY; SÁNCHEZ, 2011) e os seus territórios.

Com base nas reflexões acima expostas podemos afirmar que esses movimentos sociais estão enfrentando “situações limites” (FREIRE, 1999) críticas que contribui para uma visão crítica, isto é, o “inédito viável” (FREIRE, Op. cit.) para estabelecer um desvelamento da realidade, construindo uma consciência, que nesse processo libertador, ético e humanizador, se faz decolonial.

Dessa forma os territórios dos oprimidos (FREIRE, 2011), vão se transformando onde as suas territorialidades fonte da elaboração de outras práxis que pensam e refletem temáticas críticas imersas em processos de territorialização gerando conhecimentos "outros" que irão estimular uma autonomia crítica, a capacidade de decisão e de condução de outro futuro possível, pensado em um sonho, projetado no imaginário das ancestralidades destituindo os grilhões do pensamento do sistema mundo colonial hegemônico, eurocêntrico, racista e patriarcal (QUIJANO,2010).

A partir do que expomos anteriormente podemos apresentar como uma definição de Educação ambiental desde el Sur: sendo aquela que se situa no sulear pedagógico como uma proposta contra hegemônica, a pedagogia ambiental que acompanha a manutenção do status quo solo fértil da colonialidade do ser e do saber poder, nesse sentido a EA Desde El Sur se assenta a uma critica a colonialidade pedagógica e aponta para a pluralidade dos mundos de forma de ser e existir reconhecendo como estratégias pedagógicas que emergem das lutas dos povos que insistem em resistir e reexistir portanto a EA Desde El Sur está no território e aponta para a totalidade do território para o todo no sentido anunciar a urgência de um mundo onde outros mundos sejam possíveis, superando a monocultura da mente no território.

4. Considerações finais

Nesta tese realizamos uma travessia por mares revoltos das epistemologias hegemônicas e do cientificismo colonial e imperialista, que afundam a maioria dos projetos contra hegemônico que na linha do horizonte tendem a surgir.

O nosso empenho nesta pesquisa foi estruturar uma investigação, com base na reflexão sobre as insurgências sociais relacionadas as lutas socioambientais latino americanas, com foco e exemplo do FAPP-BG, enquanto fato geopolítico fundamental de resistência ao “rolo compressor” do Desenvolvimento Sustentável em escala global, principalmente relacionada a instauração de uma nova década do Sistema das Nações Unidas destinada a ampliação, principalmente nos países do Sul, do consenso do Desenvolvimento Sustentável e no caso específico dos Commodities para a América Latina.

Nesse sentido, buscamos reconstituir um processo de territorialização e de enunciação de territorialidades construídas pelo grupo social do FAPP-BG, em diálogo com outros movimentos sociais que provocam tensionamentos e disputas epistemologias com os organismos internacionais associados ao capital e a pequena burguesia local que não quer ceder ou perder privilégios e espaços de poder, fizemos uma reflexão de como esta dinâmica de tensionamentos e destensionamentos influenciou a questão ambiental no Brasil, emergindo o que entendemos como uma outra prática social e conseqüentemente educativa, promovendo uma Educação Ambiental, que no papel se diz crítica, porém, nas falas e vivências (que viraram textos) vão além, constituindo-se como fazer próprio “*Desde el Sur*”, *decolonial*, ou seja, encontramos uma educação ambiental embebida de terra, de pessoas, de populares, de memórias e histórias, de relações, de afetos e territorialidades.

Nessa pesquisa mergulhamos nas reivindicações, nos saberes e fazeres dessa rede popular revolucionária, que vai além dos movimentos populares, que lutam pelo direito de viver do seu próprio modo, com equidade socioambiental, das comunidades negras e indígenas que vivem em suas almas e se manifestam nos seus corpos, que resistem e *re-existem* no território ancestral, reinventam e dão novos sentidos às formas de resistência e *re-existência* e de sustentabilidade e das demais identidades subalternas,

oprimidas, “esfarrapadas” que colorem a biogeosociodiversidade do solo Brasileiro e provavelmente latino-americano.

Esses lutadores são liderados por guerreiras como ficou demonstrado na pesquisa de Leila Salles (2017) sobre o GT de mulheres do FAPP-BG e os levantamentos de dados participativos e de debates venais para desvelar a realidade necroeconomica e genocida; construir um caminho fora do eixo capitalista hegemônico, constituindo-se seres “sentipensantes” como explica Fals Borda.

Os fazeres e saberes produzidos pelo FAPP-BG são radicalmente opostos a educação ambiental hegemônica que propõem comportamentos normatizadoras, que incentivam o individualismo, responsabilização igualitária dos cidadãos em relação ao meio ambiente, se constituindo em um processo de “educação-adestramento” sendo “uma forma de adequação dos indivíduos ao sistema social vigente (...) conduz particularmente à perpetuação de uma estrutura social injusta” (BRÜGGER, 1996, p.35).

A partir dessa reflexão, esse projeto se fundamenta em uma epistemologia ético-política sustentando na construção de uma agenda “outra” orientada por mobilizações, atos públicos, reuniões, seminários e espaços de gestão de políticas públicas (conselhos municipais, estaduais ou federais), reconquistando os seus territórios, territorialidades reais ou imaginárias devido a sua condição de atingido, ou des-terrado.

Nesse sentido as categorias identificadas nessa pesquisa foram o racismo e o oprimido ambiental; o sujeito da terexistencia; a territorialiania e a EA Desde el Sur.

Além disso estabelecemos índices que constitui o acumulo das investigações, dissertações, artigos e comunicações em congressos relacionadas as pesquisas do nosso grupo de pesquisa (GEASUR).

A primeira categoria apresentada o racismo e o oprimido ambiental se constitui como categoria analítica de suma importância pois esse campo teórico debate o papel da questão da raça no processo de apagamento da memória e história dos povos originários de Abya Ayla e da África. Nesse sentido, pode também contribuir para outra explicação para o modus operandi do capital através da necroeconomia. Mesmo com algumas contradições internas referentes a questão de gênero debatidas por Salles (2016), esse Fórum senti os os conflitos ambientais e percebe o racismo ambiental literalmente na pele, bem como, a sua condição de oprimido, nesse caso específico ambiental. Porém em vez de ficar imobilizado diante do rolo compressor destruidor e necrófilo do capital e vai a luta e cria formas de resistir, existindo e re-existindo.

Na segunda categoria, o sujeito da terexistência ele é instituído como uma identidade em processo de construção através da luta socioambiental em dialogo com o giro territorial que esse Fórum fez quando constrói parcerias teoricas e práticas com outros movimentos sociais em outros territórios, inclusive de outros países com outras ancestralidades, ampliando a sua forma de ser, sentir e viver. Essa sinergia de ecologias de saberes propicia a construindo novas territorialidades em dialogo com as re-existências que vão sendo postas em prática pelos sujeitos históricos desse Fórum.

Porém não entendemos esse re-existir, com um romantismo ingênuo, mais como as estratégias de sobrevivência a ameaças concretas que mudam muitas vezes o estilo de vida de uma pessoa que é atingida por um conflito ambiental. Logo, quando se vive uma ameaça concreta contra a vida, a existência de uma liderança ou de um morador em uma zona de sacrificio, quando essa população de sacrificio vive uma ameaça real ao seu direito de existir; de ser e estar no mundo, as vezes eles conseguiram re-existir, isto é, criar estratégias outras de existência, como no caso dos pescadores da AHOMAR quem não morreu teve que reexistir, pois ele não poderia continuar pescando como nada tivesse acontecido, pois isso poderia ser um suicídio, então isso não é romântico, é a realidade, viver ou morrer, então ele re-existiu a necrofilia do capital.

Como podemos observar a re-existência como categoria sociológica de análise é muito potente para demonstrar que vários participantes desse grupo social estão fazendo um giro territorial, da sua territorialidade, da sua existência, da resistência e por fim da re-existência, se constituindo como sujeitos da terexistência.

E a terceira categoria pode até entendida como um complemento da anterior, pois se alguns sujeitos históricos, se percebem como oprimidos urbanos (ambientais), promovem um giro epistemológico e iniciam um processo de resistir, existindo no seu território com novas territorialidades se constituindo como um sujeito outro, buscando se libertar das amarras da colonialidade do poder, do ser, do saber e a pedagógica, ele está cansado de esperar pela cidadania prometida, pois percebe que na verdade ele é um cidadão de última categoria, o excluído.

Esse atingido não consegue acesso aos direitos e identifica que o poder hegemônico não lhe dará nada, então ele busca repensar a sua re-existência em dialogo com as suas territorialidades, constituindo a sua territorialiana.

E por último observamos que esse processo existencial que gera saberes outros, institui também uma outra forma de pensar a educação ambiental que dialoga com os indícios da educação ambiental crítica e com a temática da justiça ambiental mais que

encharcada desses sujeitos outros e suas pedagogias, principalmente os indivíduos dos países latino-americanos, por isso instituímos como uma possível definição dessa EA outra, nessa pesquisa chamado por nós de desde el Sur como aquela que suleia o horizonte pedagógico, com um pensamento contra as colonialidades do poder, do ser, saber e pedagógica, em dialogo com o pensamento crítico latino-americano e da decolonialidade, exaltando a sociogeobiodiversidade dos territórios, bem como, a sua pluralidade de maneiras de senti-pensar e de re-existir pedagogicamente, propiciando um novo patamar nas lutas socioambientais dos povos que resistem e re-existem.

Nesse sentido, identificamos uma educação ambiental crítica, “outra”, “desde el Sur” decolonial, emprenhada de povo, cor, sonoridades, vida, pujante no resgate das alteridades ancestrais negadas e abolidas pelo projeto eurocêntrico epistemicida do encobrimento do outro. Esse pensamento “desde el sur” decolonial se torna um instrumento de embate e provocador, pois permite o desenvolvimento de uma escuta sensível das “outras” vozes silenciadas, por esse projeto em curso, que teimam em renascer, como a fênix das cinzas, e re-existir se tornando um processo formativo e transformador de sujeitos históricos coletivos, como no caso do FAPP-BG, e individualmente, pois cada membro foi sendo transformado nesse processo, de redescoberta de sua ancestralidade e identidade.

Logo, a EA Desde El Sur é territorial, indicando que as territorialidades publicizam a necessidade de um território-mundo onde outros territórios-mundos sejam permitidos, não pela cooptação do sistema-mundo colonial, mais pela instituição da policultura da mente e do viver dos sujeitos da terexistência.

Essa prática social associada a uma prática educativa “outra”, promove o içamento das velas imaginárias da coragem pra lutar e continuar lutando, e indo além, pois as estrelas da ancestralidade do “bem viver” vão guiar esse barco territorial, rompendo as amarras que fizeram ele ficar silenciado e atracado no tempo histórico do projeto colonial, fazendo seguir lutando contra as ondas revoltas da vida capitalista, carregando esse barco, através de sangue, suor e lágrimas que brotam das nascentes, correndo por rios (veias) abertas da América Latina e desembocam no mar da vida.

E inspirado por essas palavras, penso que novas pesquisas são necessárias, buscando investigar as disputas internas e outras questões nesse grupo social e as consequências disso para a prática social e educativa, bem como, outros grupos sociais latino-americanos, africanos e de outras regiões do mundo que sofrem do colonialismo externo e interno, buscando desvelar outras ecologias de saberes, bem como, outras

práticas sociais e educativas para que possamos aprender com esses saberes outros e compartilhá-los com outras pessoas e promover diálogos com outros espaços como a educação formal, investigando mais profundamente como esses sujeitos outros e suas pedagogias outras, como do FAPP-BG, influenciam as práticas pedagógicas de professores, bem como, o cotidiano escolar.

5. Referências Bibliográficas

ACCIOLY, Inny; SÁNCHEZ, Celso. *“A educação ambiental crítica no enfrentamento dos desafios da política ambiental contemporânea no parlamento brasileiro”*. In: **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v.27, jul-dez.2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO. 2003.

AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 18, 2005.

ARANHA, M.L.A.. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna. 2006.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2007.

ARAUJO, Romana Coêlho. **Valoração econômica do dano ambiental em inquérito civil público**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2011

ARÁOZ, Horacio Machado. Crisis ecológica, extractivismo y necro-economía, la religión oficial del Capital. **Boletín Onteiken** No 13, Mayo 2012. Disponível em: <http://accioncolectiva.com.ar/sitio/jornadas2011>. Acessado em 07 de junho de 2018.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educación, resistencia y movimientos sociales : la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas. Universidad Nacional Autónoma de México. 2015.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. (Obras completas. v. 10, tomo I – IV). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARROZO, Luciana Aranda; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental Crítica, Interculturalidade E Justiça Ambiental Entrelaçando Possibilidades. **VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. 2005.

BATISTA, Gustavo Araújo. O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia. *Educação Unisinos*, 14(2):82-96,

maio/agosto 2010. disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/490>. Acessado em 04 de fevereiro de 2016.

BASTOS, M. H. C.. Ferdinand Buisson no Brasil: Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, (8): 79-109. 2000.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BEZERRA, N. R.. **Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BEVERLEY, John. Subalternity and representation. Arguments in cultural theory. Duke University Press, Durham. 1999.

_____. La persistencia del subalterno. Ponencia presentada en LASA, Washington. 2001.

BORON, Atilio. A questão do Imperialismo. In: BORON, Atilio; AMADO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO):Espressão Popular, 2007.

BUISSON, F. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire**. Paris: Librairie hachette.1911.

BUZANELLO, José Carlos. **Direito de resistência constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CAMARGO, Daniel Renaud. **Lendas, Rezas e Garrafadas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os Saberes Locais no Vale do Jequitinhonha** (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) set/out;57(5):611-4.2004.

CARDOSO, Ruth C. L. Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 193-200.

- CARNEIRO, J., Lino, D.P e MENDONÇA, M. R. 2012. A Territorialização da Italc Alimentos e os Rearranjos Espaciais Em Corumbaba (GO). Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/29.pdf>
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca Instituto Pensar, Universidad Javeriana.2005.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global /. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação ambiental**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.2, n.2, p. 43-51, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica – narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 2ª edição. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental; pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, Marta; PAIVA, Irene. (Orgs.). **Práticas coletivas na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- CINTRA, André; MARQUES, Raisal. **UBES, Uma Rebeldia Consequente — A História do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil**. UBES/UNE/MIC, São Paulo. 2008.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- _____. Método para determinar essa função. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DUSSELL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. acessado em: 03 de março de 2015.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org) (2003). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **Histórico da FASE**. Rio de Janeiro: Mimeo. 1975.

_____. **Missão e Estratégia**. Disponível em: < <http://www.fase.org.br>> Acesso em: 15 de jun 2017.

_____. Fundos de Apoio. Disponível em: < <http://www.fase.org.br>> Acesso em: 15 de jun 2017.

_____. Programas Nacionais. Disponível em: < <http://www.fase.org.br>> Acesso em: 15 de jun 2017.

FERREIRA, Cesar Cunha. Caso 07: O Maior Acidente da REDEC (1972). Blog: Inspeção de Equipamentos: Estudo de Casos.2013. disponível em: <http://inspecaoequipto.blogspot.com.br/2013/05/caso-007-o-maior-acidente-da-reduc-1972.html>. acessado em 10 de fevereiro de 2016.

FRANCA, Leonel S.J **O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum” Introdução e Tradução**. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Pe-Leonel%20Franca-O-Metodo-Pedagogico-dos-Jesuitas.pdf>. Acessado em 17 de março de 2016.

FREIRE, Patrocínio Solon. **Pedagogia da Práxis o conceito do humano e da educação no pensamento de Paulo Freire**. Dissertação mestrado Universidade Federal de Pernambuco. UFPE. 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro , Paz e Terra. 1979.

_____. Algumas notas sobre humanização e suas implicações pedagógicas. In: FREIRE, Paulo (org.). **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Arquivo PDF. Disponível em:

http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_p_ara_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2004.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1996.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. In: FREIRE, Paulo (org.). **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis, Editora Vozes. 1987.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: BRADÃO, C. R. (org.). Pesquisa Participante, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

_____. **Los hijos de los días**. Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, 2012.

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. IN: Acselrad, H.; Herculano, S.; Pádua, J.A.(orgs) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

GONZALES, M. J. R.; VENTURA, B.. **El modelo educativo de la Compañia de Jesús durante la colonia em México, 1572-1767**. título de licenciados em pedagogia. Universidad Pedagógica nacional. 2013. disponível em: <http://200.23.113.51/pdf/29962.pdf>. Acessada em 11 de março de 2016.

GROPPO, Luis Antonio. A revolta mundial da juventude e o Brasil. **Teoria e debate Especial** 1968, maio. 2008. Disponível em: www.novo.fpabramo.org.br/uploads/special68-revolta_e_juventude.pdf. Acessado em 11-12-2015.

HEGEL, Georg H. F. **The Philosophy of History**. Kitchener, Ontario: Batoche Books, 2001. disponível em: <https://socialsciences.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/hegel/>

history.pdf. Acessado em: 10 de fevereiro de 2016.

HOPSTEIN, Graciela. Movimentos sociais latino-americanos: “territórios em resistência”. **PolITICs**. 2011. Disponível em: <https://politics.org.br/edicoes/movimentos-sociais-latino-americanos-%E2%80%9Cterrit%C3%B3rios-em-resist%C3%Aancia%E2%80%9D>. Acessado em: 11 de fevereiro 2015.

LAGE, A. C.. **Lutas por inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Souza Santos. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/485>. Acessado em: 21 de fevereiro 2017.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. _____ . **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Democratização da Escola Pública - A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAESTRI, Mario. A Pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In; STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C (Orgs.). **Histórias e Memória da Educação no Brasil. Vol. I - séculos XVI a XVIII**. Petrópolis: Cortez, 2004. p.192-209.

MIGNOLO, Walter. Un paradigma otro colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo critico. In: MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. AKAL ediciones. 2002a.

_____. **Historias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos y pensamiento limiar**. Belo Horizonte:UFMG. 2002b.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

_____. COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32 nº 94 junho. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acessado em 05 de fevereiro de 2018.

MESQUITA Marcos Ribeiro. **Juventude e Movimento Estudantil: O “velho” e o “novo” na militância**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, **Universidade Federal de Santa Catarina**, Santa Catarina. 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASSIF, Ricardo; SANTOS, Eduardo (org.). **José Martí**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NETO, A. S.; MACIEL, L. S. B.. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>. Acessado em: 03 de março de 2016.

NOVICKI, Victor. Brasil autoritário: "transições negociadas" rumo à "democracia tutelada". In: NOVICKI, V. **Política fundiária e cultura administrativa nos anos 80: governos federal, fluminense e paulista**. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 11-52.

NOVICKI, Victor. **Práxis: problematizando consciência e participação na educação ambiental brasileira**. In: LOUREIRO, C.F.B. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 135-175.

OLIVEIRA, Ercília Coelho. As CEBs na Baixada Fluminense. **Hídra de Igoassú. Caderno de Textos sobre história local e regional da Baixada Fluminense**. Ano 1 nº1 fevereiro. 2012.

PELLISSON, M.. France. In: BUISSON, F. *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d’instruction primaire*. Paris: Librairie hachette. 1911.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H.. El campesinato y el Estado em América Latina. **Rebellion**, 7 março de 2002. disponível em: FONSECA, Thais N.L.. As Câmara e o ensino régio na américa portuguesa. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n 66, p. 229-246. 2013.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 75, Outubro, p. 139-169. 2006.

_____. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.

_____. A ecologia política na América latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2012v9n1p16/23002>. acessado em: 03 de fevereiro de 2010.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acessado em 10 de fev 2015.

_____. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL Ramón (Org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados** 6 (16). 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n16/v6n16a07.pdf>. Acessado em 08 de fev 2015.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, nº 37, pp. 4-28. 2002. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>. Acesso em 08 de fev 2015.

RAULINO, Sebastião Fernandes. **Construções sociais da vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2009.

RIOS-RAMIARINA, Natália Tavares. **Educação Ambiental e Direitos Humanos na Formação Inicial de Professores de Ciências Biológicas**. 2016. 239 f.. Tese

(doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Rio de Janeiro.

_____. Educação Ambiental e Direitos Humanos na Formação Inicial de Professores de Ciências e Biologia. **Anais... XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, XI ENPEC**. S.C.. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,.. 2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas: Alínea, 2008.

SANTOS, Jordana de Souza. **A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar**. Aurora. Ano III, numero 5, dez. 2009. Disponível em: www.marilia.unesp.br/home/revistasEletronica/Aurora/SANTOS.pdf. Acessado em 11-12-2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!**. Campinas, S.P. : AutoresAssociados, 1999.

_____. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.), **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, Autores Associados, p. 1-29. 2005.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acessado em: 03 de março de 2017.

SILVA, Júlio Vitor Costa. **Sociedades de água do morro da Formiga: Subsídios para Educação Ambiental de base comunitária e ecologia de saberes em uma favela carioca** (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

STORTTI, Marcelo Aranda. **Dos movimentos sociais a academia: uma análise das representações sociais de educação ambiental dos pesquisadores do GT (22) ANPED. 2009**. 180 f. Dissertação (mestrado em Educação) – UNESA, Rio de Janeiro. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?seleetc_action. Acesso em 20 de março de 2016.

_____. Consensos e os embates dos educadores ambientais: o tratado de educação ambiental para Sociedades sustentáveis e responsabilidade global como referência das políticas públicas de educação. In: **X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC**, 2015, Águas de Lindoia, S.P.. Anais. Águas de Lindoia: ABRAPEC.2015. Disponível em: www.xenpec.com.br/anais2015/resumos/R1193-1.pdf. Acesso em 20 de março de 2016.

STORTTI, Marcelo Aranda; SANCHEZ, C.. Pedagogias De-coloniais e educação ambiental crítica no “Observatorio petrolero Sur” movimento social que luta contra os conflitos socioambientais ligados a cadeia produtiva do Petróleo na Argentina. In: **III Fórum de Educação Ambiental Crítica**, Bauru. UNESP, v.1 p.16-17. 2016.

_____. A Pedagogia dos Afetados: A educação ambiental emergente dos movimentos socioambientais em luta contra os mega empreendimentos petroleros. IN: COSTA, Cesar Augusto; COSTA, José Ricardo Caetano (Orgs.). **Pensamento Latino-Americano e Justiça Social: perspectivas Críticas**. Jundiaí: S.P.. Paco Editorial. 2017.

_____. Educação Ambiental Decolonial de Base Comunitária: a Pedagogia dos Afetados pelo setor da Mineração. In: IX Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), 9., 2017, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2017, p. 30-31.

SOUZA, MarluCIA Santos. **Escavando o passado da cidade: história política da Cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ:APPH, CLIO. 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v.1: A árvore da liberdade

_____. **Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UCHÔA, Rafaella Sampaio. **A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO: uma análise sob a ótica da Educação Ambiental Crítica**. 2015. 121 f. Dissertação (mestrado em Educação) – UNIRIO, Rio de Janeiro. 2015.

_____. ANÁLISE DA DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DEDS) DA UNESCO A PARTIR DA LEITURA DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE. **Revbea**, São Paulo, V. 13, Nº 2: 340-350, 2018.

UCHÔA, RAFAELLA; CASTRO, LEONARDO; SÁNCHEZ, CELSO. Análise da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) da UNESCO a partir da leitura da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. In: IX Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), 2017, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.

VAZ, Carolina. **Ato público marcou 13 anos de vazamento de petróleo**. Blog Combate ao Racismo ambiental. 2013. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/02/06/rj-ato-publico-marcou-13-anos-de-vazamento-de-petroleo/>. Acessado em 12/09/2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. **Comparative Studies in Society and History**, volume 16, p.387-415 (1974).

WALSH, Catherine.; GARCÍA, John.. El pensar del emergente movimiento afroecuatoriano. Reflexiones (des)de un proceso. In: MATO, D. (Org.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Universidad central de Venezuela, 2002. p. 317-326.

WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. reflexiones latinoamericanas**. Quito: Abya-Yala, 2005.

_____. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la ‘diferencia colonial. In: WALSH, C. et al. **Interculturalidad, descolonización del estado e del conocimiento**. Buenos Aires: Signo, 2006. p. 21-70.

ZIBECHI, Raul. **Territorios en resistencia**. Buenos Aires: La vaca Editora, 2008.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSI, Klemes. Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação. IN ZHOURI, Andréia, LASCHEFSI, Klemes. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DO FÓRUM DOS AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA NAS CERCANIAS DA BAIA DE GUANABARA (FAPP-BG)

Nós, representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, considerando que:

- A população das cercanias da Baía de Guanabara, especialmente a mais próxima das unidades industriais de petróleo e petroquímica, está exposta a situações de injustiça ambiental e de vulnerabilidade, tais como: Habitações precárias, em locais com riscos de enchentes, falta de equipamentos públicos de saúde, de abastecimento regular de água tratada e de outras ações de saneamento; Riscos de vazamento de gases e de óleo, lançamento de efluentes industriais nos rios e na Baía de Guanabara, contaminação de solos, transporte de cargas perigosas, armazenamento de combustíveis e outros derivados do petróleo, emissões gasosas e exposição a altos níveis de poluição atmosférica, explosões e incêndios; Dificuldade de formação profissionalizante e inserção em postos de trabalho na Refinaria e outras empresas do Pólo Petroquímico. Degradação e abandono do patrimônio arqueológico e histórico, do patrimônio cultural material e imaterial bem como a ausência de políticas de valorização, preservação, transmissão e guarda das memórias e saberes locais tradicionais historicamente construídos. Poluição das águas e outras atividades envolvidas com a inviabilização dos modos de subsistência das comunidades tradicionais de pesca.
- Os riscos e danos já existentes podem atuar sinergicamente com impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes do desenvolvimento das indústrias do petróleo e petroquímica no Estado do Rio de Janeiro e, em particular, em sua Região Metropolitana (RMRJ), que envolve: Início das atividades de exploração do pré-sal; Investimentos em andamento ou já realizados como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ); Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS);

Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) Arco Metropolitano; Pólo Siderúrgico de Itaguaí/Sepetiba.

- A desigualdade e a injustiça ambiental vivida pelas populações diretamente afetadas pela indústria do petróleo e petroquímica instalada nas cercanias da Baía de Guanabara têm origem em processos complexos de produção de desigualdades envolvendo relações entre trabalhadores, empresas, sociedade e governos. Elas também refletem o quadro de concentração de poder na apropriação dos recursos naturais e na definição do uso desses recursos que caracteriza a história do país. Em diversas regiões do Brasil são os trabalhadores, os grupos de baixa renda, as populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia que estão mais expostas aos riscos ambientais e que tem menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, a água potável e a segurança fundiária. A elas é também negada a possibilidade de participar efetivamente das decisões sobre o uso do espaço em que vivem e que influem diretamente na qualidade de suas vidas. Considerando também que o conjunto de propostas apresentadas no “Seminário 50 anos de REDUC: Ganhos, Perdas e Danos” visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental, entendida como: “Conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais estaduais e municipais locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas” (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 2001). Resolvemos constituir o Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara com vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região. Entre nossas estratégias/ações de superação das situações consideradas de injustiça ambiental nas áreas afetadas pelo Pólo Petroquímico de Duque de Caxias ou em estado de vulnerabilidade em decorrência dos grandes projetos de “desenvolvimento” em implantação na RMRJ fazem parte:

- Internalizar as discussões do Fórum junto aos conselhos municipais, especialmente do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade de Duque de Caxias

(CONCIDADE), com vistas a influenciar sua agenda e a discussão das políticas públicas municipais.

- Reivindicar estudos epidemiológicos no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias para identificar perfis de adoecimento e morte e possíveis relações com as atividades do Pólo, propondo políticas de saúde a partir desses estudos. Atualizar os estudos de riscos oferecidos pelas empresas do Pólo, suas possíveis sinergias e cenários de acidentes, bem como assegurar a sua divulgação.
- Reinvidicar processos decisórios e de acompanhamento mais participativos na relação Pólo/comunidade.
- Atualizar o Processo de Alerta e Prevenção de Emergências em Nível Local (Processo APELL) no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias, tornando-o mais crítico e instituir concretamente o sistema de respostas de emergências (P2R2).
- Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais, especialmente na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.
- Realizar discussões em nível nacional e internacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica.
- Discutir o tema petróleo/petroquímica ligado ao debate mais amplo sobre o modelo energético brasileiro e sua relação com as mudanças climáticas.
- Estabelecer parcerias e construir ações solidárias com movimentos sociais, moradores e organizações das áreas de influência da indústria do petróleo e petroquímica.
- Desenvolver ações de formação que relacionem petróleo, gás e injustiças ambientais para movimentos sociais, trabalhadores, professores, moradores de áreas atingidas, entre outros, bem como exigir a inserção destas informações nos currículos escolares.
- Exigir o monitoramento constante e democratização do acesso às informações relativas à qualidade do ar e o controle da poluição atmosférica na região do Polo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.

As organizações e pessoas físicas que concordam com os termos e princípios desta Declaração assinam a seguir:

- Associação dos Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-Clio)
- Associação Guadá Vida

- Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR)
- Biblioteca Comunitária Solano Trindade
- Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH)
- Decanato de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- ECOCIDADE
- Federação de Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
- Feira Cultural e Artesanal de Santa Cruz da Serra - Grupo de Educação e Recuperação Ambiental (GERA)
- GT Racismo Ambiental
- Instituto Brasileiro de Direito Ambiental (IBDA) - Movimento Pró-saneamento e meio ambiente da região do Parque Araruama – São João de Meriti.
- Núcleo Interdisciplinar de Estudo do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF/FEBF/UERJ)
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo de Duque de Caxias (SINDIPETRO-CAXIAS)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem Industrial, Mármore e Granitos, Mobiliário e Vime de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Magé e Guapimirim (SITICOMMM)
- Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – Núcleo de Duque de Caxias (SEPE/DC)
- Sindicato dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (SINDPESCA – RJ)

São Bento, Duque de Caxias (RJ), 12 de abril de 2012

ANEXO 2

Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica da Baía de Guanabara
(FAPP-BG)
Planejamento 2016

Data: 09/01/2016 – Horário: 9h às 19h

Local: Casa da professora Marlúcia Santos de Souza (APPH/Clio, CRPH/Museu Vivo)
na Estrada do Rosário, 1202, Jardim Primavera, Duque de Caxias (RJ).

Pauta

- 1) Revisão do Planejamento de 2015. Onde avançamos? Quais os desafios/demandas que continuam?
 - 2) Memória de ações realizadas em 2015
 - 3) Metodologia e experiências toxic tour;
 - 4) Eventos a serem organizados pelo FAPP-BG; Proposta de 2 a 3 no ano, Entre os já sugeridos, temos:
 - II Seminário de conflitos ambientais e planejamento urbano com C.E. Presidente Kennedy;
 - Curso básico de legislação ambiental com UNIGRANRIO gratuito;
 - Seminário de formação do GT mulheres do FAPP-BG;
 - VI SEMIJAIRE;
 - 55 anos de REDUC;
 - Ato em Cidade dos Meninos;
 - 5) Comunicação: facebook, blog, documentários, exposições
 - 6) Colegiado político da RBJA
 - 7) Relação com outras lutas (Baía Viva, Comitê de Bacia, conselhos, campanha da fraternidade, entre outras).
 - 8) Barqueata e Seminário Baía Viva
 - 9) Agendamento da Confraternização
- Informes: Votação PL 654/2015 – Flexibilização do Licenciamento Ambiental
- Pendências:

- 1) Licença Ambiental TECAM/PETROBRAS. Ofícios protocolados;
- 2) Retomada do diálogo com ENSP FIOCRUZ e vice-presidência FIOCRUZ;
- 3) Participação nas reuniões do CEREST.

Anexo 3

Duque de Caxias, 21 de maio de 2014

À PRESIDÊNCIA DA CHEVRON

O Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG), que reúne representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, vem por meio deste comunicar que integra o Dia de ação internacional contra a Chevron-Texaco. Assim, vimos protestar contra as injustiças ambientais e danos à saúde que a Chevron-Texaco vem trazendo para muitos povos, inclusive no Brasil. São exemplos dessas situações os atingidos pelo derramamento de óleo de Campo do Frade (Campos, RJ, 2011); Os afetados pelo fracking nos Estados Unidos, onde o Fraturamento hidráulico começou: muitas comunidades já estão atingidas, na água de beber, dos alimentos, de gases emanados pelo solo; na Argentina, da mesma forma, a Chevron está destruindo a vida e a saúde de povos indígenas, pequenos e médios agricultores, assim como degradando o ambiente e ameaçando outras formas de vida; No Equador, a Chevron deixou sua marca quando operou na região amazônica do país com a autorização do governo militar, entre os anos de 1964 e 1992. Nesse período, despejou 17 milhões de galões de petróleo na região, formando piscinas de petróleo e de elementos tóxicos que foram responsáveis por inúmeras mortes e doenças das populações indígenas locais. O presidente Rafael Correa foi ao local em 2013 para pegar resíduos de petróleo dessas piscinas denunciando o que seria a “mão suja” da Chevron. A região contaminada tem mais de 3 mil quilômetros quadrados e ficou conhecida como a “Chernobyl da Amazônia”. A Chevron chegou a ser condenada em 2011 a pagar US\$ 9,5 bilhões pelos danos ambientais causados ao país, mas até hoje não pagou. Exigimos esse pagamento.

No Brasil, as injustiças ambientais e danos da Chevron não se limitam aos atingidos pelo derramamento de óleo de Campo do Frade (Campos (RJ), 2011), mas atingem outras localidades, como Regência, no Espírito Santo, onde famílias tiveram que abandonar suas terras pelos danos causados da extração de petróleo convencional pela

Chevron. Com o cenário do Pré-Sal, preocupa-nos a ação da Chevron isoladamente ou em parceria com outras empresas, devido aos riscos desse tipo de atividade, dos estaleiros e portos que degradam o ambiente e acabam com a vida de populações tradicionais, como em Porto- Açu (RJ) e SUAPE (PE).

Aproveitamos para manifestar nossa rejeição ao uso do fracking ou faturamento hidráulico em terras brasileiras, assim como nos solidarizamos com todos os países onde a Chevron tem usado essa técnica, ainda que com o consentimento de governos locais. Exigimos o abandono dessa técnica que degrada os lençóis freáticos profundos e superficiais e ameaça a vida de seres humanos e de outras formas de vida, assim como a cultura de povos tradicionais. Exigimos o direito de consulta aos povos indígenas em relação ao uso de suas terras para exploração de petróleo convencional e não-convencional, bem como de outras atividades econômicas.

Defendemos a transição de um modelo petroleodependente que degrada e promove injustiças ambientais para modelos que contemplem alternativas energéticas que devem ser implementadas conforme o contexto local e a cultura dos povos, pensando-se antes para que se deseja produzir energia e na sustentabilidade com justiça ambiental.

Atenciosamente,
Secretaria Colegiada.